

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Instituto de Filosofia, Sociologia e Política
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

Dissertação



Agricultura familiar, relações de poder e mercados institucionais: Estudo de caso sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar no município de São Lourenço do Sul

Amanda Fabres Oliveira Radünz

Pelotas, 2013

Amanda Fabres Oliveira Radünz

Agricultura familiar, relações de poder e mercados institucionais: Estudo de caso sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar no município de São Lourenço do Sul

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia, Sociologia e Política da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientador: Dr. Flávio Sacco dos Anjos (UFPEL/FAEM)

Pelotas, 2013

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

R132a Radünz, Amanda Fabres Oliveira

Agricultura familiar, relações de poder e mercados institucionais : estudo de caso sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar no município de São Lourenço do Sul / Amanda Fabres Oliveira Radünz ; Flávio Sacco dos Anjos, orientador. — Pelotas, 2013.

133 f. : il.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, 2013.

1. Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.
2. Relações de poder. 3. Agricultura familiar. I. Anjos, Flávio Sacco dos, orient. II. Título.

CDD : 307.72

Elaborada por Simone Godinho Maisonave CRB: 10/1733

Amanda Fabres Oliveira Radünz

Agricultura familiar, relações de poder e mercados institucionais: Estudo de caso sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar no município de São Lourenço do Sul

Dissertação aprovada, como requisito parcial, para obtenção do grau de Mestre em Sociologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas.

Data da defesa: 28 de Junho de 2013.

Banca examinadora:

.....
Prof. Dr. Flávio Sacco dos Anjos (Orientador) Doutor em Sociologia pela Universidade de Córdoba.

.....
Prof^a.Dr^a.Cátia Grisa Doutora em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

.....
Prof. Dr. Pedro Alcides Robertt Niz Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

.....
Prof^a. Dr^a. Nádia Velleda Caldas Doutora em Agronomia pela Universidade Federal de Pelotas.

Ao companheiro André

AGRADECIMENTOS

Encerrada mais esta etapa da minha formação profissional, quero neste momento agradecer aqueles que estiveram ao meu lado dando força, apoio, carinho e atenção. Agradeço primeiramente a Deus pela saúde que Ele me concedeu e pela certeza de ter Nele um suporte inabalável.

Primeiramente, gostaria de agradecer ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade Federal de Pelotas (UFPeL), aos professores, funcionários e colegas, pela oportunidade de ter estudado com profissionais capacitados e comprometidos com a educação brasileira, e por terem compartilhado momentos extremamente importantes de minha vida profissional e pessoal.

Não poderia deixar de agradecer a CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – que me concedeu a bolsa de mestrado, que me permitiu dedicação exclusiva aos estudos e sem a qual meu processo de formação fatalmente seria prejudicado.

O meu sincero obrigado aos professores Pedro Robertt e Nádia Caldas, integrantes da banca de qualificação do projeto de pesquisa, as contribuições destes profissionais possibilitaram-me predicamentar esse trabalho.

Neste processo, foi de suma importância a confiança e força da minha família, sem eles não conseguiria seguir “alçando vôos” em busca dos meus ideais. Aos meus pais Jesemiel e Telma por tudo que me ensinaram, pelos momentos em família que me proporcionam e por ser sempre meu porto seguro. À minha vó Neuza que mesmo com os percalços da vida tem me ensinado a cada dia querer ser uma pessoa melhor. Ao meu marido André, pela extrema paciência, compreensão, apoio, carinho e auxílio a mim oferecidos. Não tenho palavras para dizer o quão significativa é a forma com que ele tem me incentivado a continuar nesta empreitada da qualificação profissional.

A minha irmã Lara e ao meu cunhado Leandro pelos momentos de descontração e alegria proporcionados, esta jornada seria bem mais árdua sem a leveza destes.

Aos meus sogros Sony e Leonida, pela ajuda nos contatos com os entrevistados e durante as saídas de campo.

Ao meu orientador Flávio Sacco dos Anjos pela orientação na escrita desta dissertação.

Ao Roni Bonow, engenheiro agrônomo do CAPA, pela prontidão com que sempre me atendeu e pela ajuda valiosíssima no contato com os agricultores familiares

Por fim, agradeço aos entrevistados por terem aceito participar da pesquisa, pela atenção e compreensão dispensadas durante as entrevistas, com certeza sem a participação destes atores sociais a realização deste trabalho seria inviável. À todos os meus amigos que me fortaleceram, apoiaram e ajudaram a enfrentar obstáculos do dia-a-dia.

O conhecimento é orgulhoso por ter
aprendido tanto; a sabedoria é humilde por
não saber mais.

Willian Cowper

RESUMO

RADÜNZ, Amanda Fabres Oliveira. **Agricultura familiar, relações de poder e mercados institucionais: Estudo de caso sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar no município de São Lourenço do Sul.** 2013. 133f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2013.

A partir da promulgação da Lei 11.947/09, escolas estaduais e municipais de todo país são obrigadas a, dentre outras exigências, adquirirem, no mínimo 30% dos alimentos oferecidos na merenda escolar (Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE), da agricultura familiar. Essa política pública oferece, à agricultura familiar, a possibilidade de acesso a um novo mercado institucional, bem como um incentivo à produção de alimentos e o reconhecimento e valorização desta forma social de produção. No entanto, alguns aspectos, relativos à maneira como os agricultores acessam esta política, a sua participação e, principalmente, as relações de poder, explícitas e implícitas existentes nesse processo, são centrais para o funcionamento desta política pública. As questões que orientaram este estudo giram em torno ao entendimento de quais são as regras estabelecidas nesse campo, os capitais prevaletentes e como se dão as disputas de poder entre as entidades que participam do PNAE e entre os agentes inseridos nessas organizações. A pesquisa empírica envolveu a realização de dezesseis entrevistas, com agricultores familiares, lideranças da agricultura familiar, políticos e diretores de escolas localizadas no meio urbano do município de São Lourenço do Sul. Os resultados deflagram a existência de uma assimetria estrutural, no tocante aos recursos movidos pelos agentes envolvidos na dinâmica do PNAE, e conseqüentemente, ao poder retido por cada um no campo onde atua. Tal situação aponta divergências e contradições no processo de participação no PNAE, no qual as relações são, segundo o que podemos apurar, condicionadas à necessidade de organização da cadeia produtiva e de cumprimento das exigências legais do texto da Lei 11.947/09. Sendo, nessa perspectiva, mais valorizados os produtos do que o agente que os produziu, ou seja, o agricultor familiar. Nesse sentido, a Lei 11.947/09 proporcionou a adoção de novas práticas alimentares, mas não alcançou todos os pressupostos presentes nela, principalmente no que se refere ao reconhecimento e à valorização da agricultura familiar.

Palavras-chave: Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE; relações de poder; agricultura familiar.

ABSTRACT

RADÜNZ, Amanda Fabres Oliveira. **Family agriculture, power relations and institutional markets: Case study of the National School Feeding in São Lourenço do Sul**. 2013. 133f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2013.

From the Law 11.947/09 promulgation, state and municipal schools across the country are required to, among other requirements, to acquire at least 30% of the food offered in school meals (National School Feeding Program - PNAE), from family agriculture farms. This public policy offers to family farms, the possibility of access to a new institutional market, as well as an incentive to food production and the recognition and appreciation of this form of social production. However, some aspects related to the way farmers access this policy, their participation and especially the power relations existing explicit and implicit in this process, are central to the operation of this public policy. The questions that guided this study revolve around the understanding of what are the rules in this field, the prevailing capital and how to give the power disputes between the participating entities of PNAE, and between the agents inserted in these organizations. The empirical research involved sixteen interviews, with farmers, family agriculture leaders, politicians and schools' directors located in urban areas of São Lourenço do Sul city. The results trigger a structural asymmetry existence in terms of resources, driven by the agents involved in the dynamics of PNAE, and consequently, the power held by each field in which it operates. This points divergences and contradictions in the PNAE participation process, in which relations are, according to what we can ascertain, conditional on the need for organization of the supply chain and compliance with the legal requirements of the Law 11.947/09 text. Being, in this perspective, the products most valued than the agent that produced, that is, the family farmer. In this sense, the Law 11.947/09 provided a new feeding practices adoption, but did not reach all the assumptions present in the Law 11.947/09, especially with regard to the recognition and appreciation of family agriculture.

Keywords: National School Feeding Program - PNAE, power relations, family agriculture.

Lista de Figuras

Figura 1	Mapa do Rio Grande do Sul localizando São Lourenço do Sul.....	60
Figura 2	Mapa do município de São Lourenço do Sul.....	60

Lista de siglas

CAPA	Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor
CAPEC	Conselho Agropecuário Municipal
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CMN	Conselho Monetário Nacional
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura
COOPAR	Cooperativa Mista de Pequenos Agricultores da Região Sul Ltda.
CUT	Central Única dos Trabalhadores
CRE	Coordenadoria Regional de Educação
CRESOL	Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária
DAP	Declaração de Aptidão ao Pronaf
DNTR	Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais
FAO	Food and Agriculture Organization
FETAG	Federação dos Trabalhadores da Agricultura
FETRAF	Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
Mercosul	Mercado Comum do Sul
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
ONG	Organização Não-Governamental
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PRONAN	Programa Nacional de Alimentação e Nutrição
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PROVAP	Programa de Valorização da Pequena Produção Rural
RS	Rio Grande do Sul
Simbrater	Sistema brasileiro descentralizado de assistência técnica e extensão rural

Sintraf	Sindicato dos trabalhadores na agricultura familiar
STR	Sindicato dos trabalhadores Rurais
UCPel	Universidade Católica de Pelotas
UFPeI	Universidade Federal de Pelotas
UNICEF	The United Nations Children's Fund

Sumário

Capítulo 1. Introdução	14
1.1. Apresentação.....	16
1.2 O problema de pesquisa.....	20
1.3 Hipóteses da pesquisa.....	23
1.4 Objetivos da pesquisa	24
1.5 Metodologia da pesquisa	25
1.6 A sociologia de Pierre Bourdieu : contribuições para a análise de relações de poder ...	28
1.6.1 Relações no campo: habitus e capital	29
Capítulo 2. Agricultura familiar: dos clássicos às concepções atuais	37
2.1 Revisitando os clássicos da questão agrária: Marx, Kautsky, Lênin e Chayanov	37
2.1.1 Karl Marx e o desaparecimento do campesinato.....	37
2.1.2 O marxismo agrário de Karl Kautsky e Vladimir I. Lênin	40
2.1.3 Alexander Chayanov e o campesinato.....	44
2.2 Políticas públicas e a agricultura familiar no Brasil	47
2.3 A agricultura familiar em São Lourenço do Sul: a importância de uma categoria social na formação histórica do município	56
2.4 O Programa Nacional de Alimentação Escolar e seus desafios	64
2.4.1 Mercados Institucionais e o papel das instituições	71
Capítulo 3. A dinâmica do PNAE em São Lourenço do Sul como expressão de um campo...	75
3.1 A constituição de liderança: os capitais dispensados pelo agente e exigidos pela organização/instituição	77
3.2 Relações de poder e poder simbólico nas organizações da agricultura familiar	81
3.3 Relações de poder e poder simbólico: o horizonte das instituições públicas no município de São Lourenço do Sul e dos agricultores familiares em relação à agricultura familiar e as organizações sociais desta categoria.....	87
Considerações Finais	107
Referências	114

Capítulo 1. Introdução

A agricultura familiar brasileira tem sido reconhecida nos últimos anos como importante categoria social, política e econômica, a qual possui destacada participação na produção de alimentos e na diminuição da expressão das desigualdades.

De acordo com dados do Censo Agropecuário de 2006 a agricultura familiar no Brasil é responsável por 87% da produção de mandioca, 70% de feijão, 58% do plantel de suínos, 56% do leite, 50% das aves e 46% do milho, apenas em se tratando dos índices mais representativos, sendo esses o exemplo mais eloquente da importância econômica e social da agricultura familiar. Todavia, o reconhecimento e a valorização desta categoria social encontram-se em processo de consolidação, uma vez que alguns estudiosos e setores da sociedade ainda acreditam que esta é uma categoria social fadada ao desaparecimento, face a intensificação das relações capitalistas e a necessidade de acompanhar as exigências do mercado globalizado. Assumimos nesta dissertação uma posição oposta, assentindo o pressuposto de que a participação social desta categoria representa – dentre outras questões - a diminuição da concentração de bens, de renda e de terra, além da promoção da segurança alimentar e do desenvolvimento rural.

Buscando atender as demandas da agricultura familiar e, por conseguinte, reconhecendo o papel desempenhado por esta categoria para a sociedade, os governos brasileiros elaboram em meados da década de 1990 as primeiras políticas públicas específicas a esta categoria. Dentre essas políticas públicas, destacamos o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, o Banco da Terra, o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar, e mais recentemente, as reformulações do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), consagradas na Lei 11.947/09, a qual estabelece que no mínimo 30% dos alimentos oferecidos na merenda escolar tenham origem em propriedades agrícolas familiares.

Nesse sentido, centramos o debate nas relações de poder estabelecidas entre os agentes que, direta ou indiretamente, estão envolvidos na dinâmica do PNAE. Para tanto, é essencial aportarmos nossa discussão no sentido de estabelecer um marco teórico-metodológico, que nos possibilite compreender as relações de poder e os ativos considerados necessários para agir nesse campo. Optamos então, pela teoria de Pierre Bourdieu, uma vez que este autor desenvolve seus estudos dentro de uma

perspectiva relacional, abarcando temas inerentes ao exercício do poder e à estrutura das relações que, de um lado legitimam este poder, e de outro o questiona.

Buscando explorar nosso objeto de estudo, organizamos esta dissertação em três capítulos. No primeiro capítulo, do qual faz parte esta introdução, são explicitados os elementos teórico-metodológicos norteadores da pesquisa de campo e dessa dissertação. Nesse espaço é apresentada a teoria bourdiesiana, na qual fundamenta-se este trabalho.

O segundo capítulo ocupa-se do estudo dos clássicos da questão agrária, bem como dos conceitos atuais acerca do termo agricultura familiar. Além disso, desenvolvemos, nesse capítulo, um breve histórico sobre a consolidação das políticas públicas no Brasil e a formação do município de São Lourenço do Sul.

Por fim, no terceiro capítulo, são expostos e discutidos, os dados resultantes da pesquisa realizada ao longo do ano de 2012, bem como as considerações finais acerca do objeto desta dissertação. Com isso, pretendemos localizar o leitor no debate que propomos sobre o papel dos mercados institucionais e a participação dos agentes no processo de organização e gerenciamento de uma política pública específica, neste caso o PNAE através, dos desdobramentos da Lei 11.947/09.

1.1. Apresentação

Nossa intenção neste trabalho é discutir as relações de poder praticadas pelos agentes sociais envolvidos na dinâmica do Programa Nacional Alimentação Escolar – PNAE no município de São Lourenço do Sul/RS.

Esse tema despertou-nos a atenção face à atualidade das políticas públicas de compra de alimentos da agricultura familiar, havendo ainda poucas pesquisas produzidas sobre tal. Deve-se ter em vista que o PNAE data de 1955, porém, a Lei 11.947/09, estabelecendo que no mínimo 30% dos alimentos adquiridos para a merenda escolar sejam oriundos da agricultura familiar está em vigência há apenas quatro anos, com importantes desdobramentos que merecem ser analisados.

O PNAE foi implantado em 1955 com o objetivo de suprir as necessidades nutricionais dos educandos durante o período em que esses permaneciam na escola. Em 1988, a nova Constituição Brasileira reforça ainda mais o direito dos alunos a terem acesso à alimentação adequada nas dependências das escolas, sendo dever do Estado prover tais condições, conforme determina o Art. 208:

O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:
IV - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade
VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988)

Esta política pública preconiza uma maior qualidade da alimentação oferecida nas escolas públicas, a participação dos corpos docente, discente, de pais e responsáveis dos educandos no processo de ensino e aprendizagem - com a inclusão da educação alimentar e nutricional -, bem como o apoio à agricultura familiar por meio da compra de alimentos.

Nesse sentido, é sancionada, em 2009, a Lei 11.947, a qual define, em suas diretrizes:

I – o emprego de alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos saudáveis [...];

II – a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem que perpassa pelo currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional;

III – a universalidade do atendimento aos alunos matriculados na rede pública de educação básica;

IV – a participação da comunidade no controle social, no acompanhamento das ações realizadas pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios para garantir a oferta da alimentação escolar saudável e adequada;

V – o apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais, priorizando as comunidades tradicionais indígenas e de remanescentes de quilombos;

VI – o direito à alimentação escolar, visando a garantir segurança alimentar e nutricional dos alunos, com acesso de forma igualitária, respeitando as diferenças biológicas entre idades e condições de saúde dos alunos que necessitem de atenção específica e aqueles que se encontram em vulnerabilidade social. (Lei 11.947/09)

O foco dado à pesquisa foi exatamente no âmbito das relações sócio-políticas estabelecidas a partir da compra dos alimentos da agricultura familiar, considerando principalmente a diretriz número V e o Artigo 14, no qual consta que,

Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas. (Lei 11.947/09)

Trata-se, portanto, de um estudo que busca compreender de que forma esta política pública está sendo implementada nas escolas públicas da zona urbana do município de São Lourenço do Sul, considerando que a participação da agricultura familiar no fornecimento dos alimentos poderia representar, no nosso entendimento, muito mais do que a simples formalização de um dever por parte dos gestores da merenda escolar. A compra de alimentos da agricultura familiar para a merenda escolar tem como um de seus objetivos, converter-se em um meio de trazer, à superfície do processo de ensino-aprendizagem, a valorização do ofício de agricultor e o papel desempenhado pelos produtores familiares em nossa sociedade. Esse aspecto é relevante, se temos em mente que São Lourenço do Sul é um município de características eminentemente rurais com uma importância indiscutível do que se conhece hoje como “agricultura familiar”.

Outro importante fator que impulsionou a escolha do tema foi minha própria trajetória pessoal e acadêmica. Nesse sentido, meu primeiro contato com o mundo rural deu-se a partir do ingresso ao ensino médio e técnico no Conjunto Agrotécnico Visconde da Graça, quando pude¹, então, tomar conhecimento, através da convivência com colegas filhos de agricultores, do quão complexo é saber cultivar a terra e dela tirar o sustento. Porém, a convivência “*in locus*” com agricultores e a experiência de conhecer e compartilhar o cotidiano de agricultores familiares, com todas as dificuldades e incertezas inerentes a este ofício, deu-se desde o momento que conheci meu marido (André Luiz Radunz, filho de agricultores familiares). Através desse relacionamento fui tomando ciência da complexidade e das dificuldades enfrentadas pela agricultura familiar. Embora as raízes da minha família estivessem fincadas no campo, o processo de migração para a cidade, durante a década de 1910 foi estabelecendo uma outra cultura e forma de vida que, definitivamente, se impôs sobre minha origem rural.

A partir disto as temáticas pertinentes à agricultura familiar brasileira foram despertando minha atenção. O ingresso na faculdade de Serviço Social estimulou ainda mais a vontade em entender as relações sociais estabelecidas neste campo no sentido de identificar as demandas dos agricultores familiares em toda sua diversidade. Com isto, comecei a pesquisar sobre as questões do mundo rural e, mais especificamente, sobre as questões que afetam o universo da agricultura familiar, havendo escrito a monografia de conclusão de curso sobre a atuação do profissional de Serviço Social junto a este coletivo.

Concluída a graduação, ingressei no curso de pós-graduação em nível de especialização em Sociologia e Política e dediquei-me a estudar as políticas públicas para a agricultura familiar, mais especificamente o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Concentrei meus estudos no município de São Lourenço do Sul, pois a viabilidade de deslocamento e de referência para contato com os entrevistados era mais fácil em razão de os meus sogros residirem no 1º Distrito desta localidade.

¹A partir desse momento há uma alteração na pessoa a quem alude o verbo, pois se refere a situações e experiências pessoais, o que exige o uso da escrita em primeira pessoa do singular.

Desde então tenho me centrado sobre São Lourenço do Sul, sendo que no mestrado não seria diferente. Para a seleção do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais apresentei o pré-projeto com intuito de analisar como estava se dando o processo de compra dos alimentos da agricultura familiar para a merenda escolar, em São Lourenço do Sul e Pelotas, observando a vigência da Lei 11.947/09. Entretanto, o curto período para execução da pesquisa e a necessidade de aprofundar as questões, algumas sinalizadas de antemão em estudos exploratórios, apontaram para a necessidade de limitar a pesquisa ao município de São Lourenço do Sul. Tal interesse em pesquisar o PNAE a partir da sanção da Lei 11.947/09 deu-se em razão de meu marido estar, no período que eu participei da seleção para o mestrado em 2010, envolvido diretamente com o processo de venda dos produtos da agricultura familiar. As dificuldades e contradições, relatadas por ele e por outros atores sociais envolvidos no processo de venda dos produtos da agricultura familiar, e as contradições entre o que constava no texto da Lei, e o que efetivamente acontecia no dia-a-dia, foram cruciais para a delimitação do objeto desta pesquisa.

1.2 O problema de pesquisa

O reconhecimento e a consolidação da agricultura familiar como categoria social no Brasil têm impulsionado, desde os anos 1990, a criação de uma série de políticas públicas voltadas às demandas emanadas por estes agentes. Entretanto, o sucesso dessas políticas perpassa a necessidade de um aprofundado conhecimento prévio acerca da realidade vivenciada pelos agricultores familiares e das demandas próprias dessa categoria social. Sendo assim, investigar as singularidades de cada região do país, faz-se extremamente relevante para que haja êxito na elaboração e desenvolvimento das políticas públicas de âmbito nacional. Eric Sabourin (2007), ao discorrer sobre as políticas públicas lançadas ao longo da última década, afirmou

O Brasil institucionalizou desde 1998 uma abordagem dualista do seu setor agrícola separando o apoio à agricultura familiar com a criação do MDA, do apoio à agricultura patronal, mantido mediante o MAPA.

Essa medida apenas cristalizou a representação já forte no seio do governo e da sociedade de uma agricultura a duas velocidades: uma agricultura capitalista empresarial e uma pequena produção de subsistência, camponesa e atrasada. Essa visão foi fortalecida pela oposição cada vez mais radical, institucionalizada no seio do Estado e mantida pela mídia, entre uma agricultura capitalista competitiva e provedora de divisas (qualificada de agronegócio por referência ao agribusiness americano) e uma agricultura familiar associada à reforma agrária e a compensações sociais custosas para o contribuinte. Graças à influência dos movimentos sociais sindicais na política do MDA, os recursos destinados ao apoio da agricultura familiar são cada vez mais significantes. (SABOURIN, 2007, p.718. *italico no original*)

Os movimentos sociais têm influenciado o volume dos recursos destinados à agricultura familiar, mas também a elaboração de políticas condizentes com a real necessidade dos agricultores familiares, bem como o reconhecimento e valorização desta categoria. O estereótipo de atividade agrícola atrasada e de subsistência, forjado pela mídia e pelos setores mais capitalizados da sociedade, tentou ao longo dos anos desmobilizar a luta dos agricultores familiares e lhes convencer de sua impossibilidade de sobrevivência dentro do modo de produção capitalista vigente.

Embora ainda hoje alguns setores do agrobusiness tentem manter esse discurso de que a agricultura familiar não é uma atividade economicamente viável, os dados oficiais, novamente, apontam no sentido contrário. Conforme destaca Eric Sabourin as estatísticas oficiais mostram que o setor familiar e camponês assegura 40% do PIB agrícola do país, quando só tem acesso a 25% das terras e dos financiamentos públicos (SABOURIN, 2007, p.722). Evidentemente, a participação da agricultura familiar na produção de alimentos e na geração de emprego e renda não

pode ser menosprezada. Ou seja, a pequena exploração agrícola não só não sucumbiu, como tem desempenhado importante papel social e econômico.

Sob esta égide, são de suma importância as políticas públicas voltadas às demandas da agricultura familiar brasileira. Até a década de 2000 essas políticas tinham, na modernização da produção e no aumento da produtividade, seu objetivo principal. A partir de 2003 com o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), a questão da comercialização da produção torna-se um dos focos privilegiados das políticas públicas voltadas à agricultura familiar. Nesse limiar, a Lei 11.947 de 16 de junho de 2009 - a qual se inclui no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) - representa um avanço no tangente ao incentivo à produção de alimentos e à abertura de mercado para os produtos da agricultura familiar, vistas como duas reivindicações históricas desse coletivo que finalmente estão sendo contempladas. Segundo Becker (2010):

(...) o acesso a mercados sempre foi um dos maiores desafios para a consolidação da atuação das instituições representativas da agricultura familiar, que frequentemente se defrontam com restrições no que tange à colocação no mercado da produção de seus associados/cooperados. (BECKER, 2010, p.17)

A abertura de canais de comercialização da produção de alimentos, a exemplo do PAA e da Lei 11.947/09, exigiu dos agricultores familiares, uma estrutura organizacional que lhes imbuísse de capital social, no sentido bourdieusiano, capaz de fazer frente à estrutura econômica e social instituída. Para Wilkinson (1997)

(...) o futuro da produção familiar (...) depende menos da competitividade definida nos estreitos limites tecnológicos e organizacionais do que no surgimento de uma coalizão de atores comprometidos com a redefinição das prioridades econômicas para a região a partir do potencial produtivo do sistema de produção familiar. (WILKINSON, 1997, p.47)

A organização em cooperativas, associações, sindicatos, dentre outros, assume o papel de protagonista, no concernente à explicitação e encaminhamento das demandas da agricultura familiar. Entretanto, a participação de diferentes segmentos sociais, como o poder público municipal e estadual, escolas, instituições de pesquisa e assistência técnica, organizações da agricultura familiar, entre outros, possibilitam a existência de uma pluralidade de percepções acerca da importância, relevância e gestão desta política pública. Considerando essa profusão de entendimentos e a participação de diferentes atores, assumimos como objeto de análise desta dissertação as relações de poder estabelecidas entre os agentes

envolvidos direta e/ou indiretamente com a Lei 11.947/09 no município de São Lourenço do Sul/RS.

A Lei 11.947 é relativamente recente e encontra-se ainda em fase de aprimoramento e consolidação. A exigência de que no mínimo 30% dos alimentos oferecidos na merenda escolar sejam produzidos pela agricultura familiar passou a vigorar, sendo passível de sanções, em caso de descumprimento, apenas em meados de 2011. O período compreendido entre os anos de 2009 e 2011 foi, portanto, considerado como prazo para os gestores da merenda adequarem-se à nova legislação.

Não podemos esquecer que o PNAE, através da Lei 11.947/09, expressa a transversalidade de uma questão que envolve os agricultores familiares, suas estruturas de mediação, entes públicos e privados, sem falar, é claro da própria comunidade escolar e do poder público municipal e estadual.

Diante dessa problemática, tivemos como perguntas norteadoras da pesquisa as seguintes: em que medida a compra de alimentos da agricultura familiar para a merenda escolar representa, efetivamente, um espaço para o processo de reconhecimento e valorização dos agricultores familiares na conjuntura atual das escolas públicas localizadas nas cidades de São Lourenço do Sul? De que maneira as relações de poder podem interferir na operacionalização da compra de alimentos produzidos pela agricultura familiar para a merenda escolar?

Buscamos, a partir dessas questões, conhecer com mais profundidade a conjuntura histórica, econômica e social da qual participam os agentes sociais – estejam esses envolvidos direta ou indiretamente no processo de compra e fornecimento da merenda escolar.

A escolha do município onde se desenvolveu a pesquisa não foi aleatória. Primeiramente é explicada, pelo fato de conhecer e ter contato com a realidade rural de São Lourenço do Sul. Também porque neste município a iniciativa de comprar alimentos da agricultura familiar para a merenda escolar é anterior à Lei 11.947/09, como assim o demonstra Cláudio Becker (2010), tendo em vista que no ano de 2000 foi elaborado um projeto piloto de fornecimento de produtos orgânicos, originários da agricultura familiar, para a merenda escolar. Informações da Secretaria Municipal de Educação dão conta que o percentual mínimo de compra de alimentos da Agricultura Familiar para a merenda escolar tem sido cumprido nesta localidade.

1.3 Hipóteses da pesquisa

O mercado institucional relativo à dinâmica do PNAE que opera em São Lourenço do Sul há que ser visto como expressão de um campo de relações de poder nos termos tratados pela sociologia de Bourdieu. Sendo assim, consideramos:

- 1) Um campo que evidencia suas hierarquias sociais, onde os agricultores familiares exercem um escasso nível de protagonismo por se tratarem de atores sociais que ostentam um capital cultural bastante reduzido, com sua escassa escolaridade, atomismo e baixa capacidade de intervir em um processo governado por agentes ligados ao poder público local (educadores, agentes de desenvolvimento, etc.), mais bem situados em termos destes atributos, os quais impõem sua lógica, que, invariavelmente, contraria a própria filosofia do programa.
- 2) Embora exista uma preocupação em valorizar a agricultura familiar, implícita nos termos da Lei 11.947/09, o processo de implementação, verticalizado e pouco aberto à participação dos produtores e de seus órgãos de representação, não tem colaborado, para a construção de uma nova realidade social.
- 3) A preocupação dos gestores do PNAE tem se fixado em torno do cumprimento legal da compra, desconsiderando os demais aspectos explícitos e implícitos deste programa.
- 4) O processo de compra dos alimentos para a merenda escolar não tem estado em consonância com a realidade de produção dos municípios. Neste sentido, a burocracia para a participação das chamadas públicas tem-se tornado um entrave para os agricultores familiares.

1.4 Objetivos da pesquisa

O ponto de partida desse estudo foi o PNAE, uma vez sancionada a Lei 11.947/09, a qual, conforme mencionado anteriormente, exige a compra de no mínimo 30% dos alimentos oferecidos na merenda escolar de propriedades agrícolas familiares. A partir disso, a investigação consiste em analisar as relações de poder estabelecidas entre os atores sociais envolvidos nesse processo e o quanto políticas públicas como essa têm promovido o reconhecimento e a valorização da agricultura familiar em âmbito educacional.

Passados três anos (2009-2012) da implementação da Lei 11.947/09 a pesquisa realizada no município de São Lourenço do Sul buscou:

- a) Analisar como está se desenvolvendo a dinâmica relativa ao Programa Nacional de Alimentação Escolar em São Lourenço do Sul, mormente com relação à incorporação dos dispositivos da Lei 11.947/09.
- b) Examinar como se dá a participação dos agricultores familiares neste campo de relações de poder cujos desdobramentos afetam diretamente suas demandas, identificando, ainda, se efetivamente o baixo capital cultural destes atores contribui para aprofundar este quadro.
- c) Compreender a relevância atribuída pelos gestores desta política pública e pelos agricultores familiares a programas como o PNAE, levando em conta que esta é uma possibilidade de inserção e valorização da agricultura familiar. Também identificar a posição assumida pelos gestores da merenda escolar frente à exigibilidade da compra de alimentos da agricultura familiar.
- d) Investigar a compatibilidade entre o potencial agrícola familiar de São Lourenço do Sul, a solicitação de alimentos e o processo de compra destes para a merenda escolar, buscando entender a relação entre a oferta e a procura estabelecida neste município.

1.5 Metodologia da pesquisa

Com intuito de abarcar uma gama maior de informações acerca do tema tratado nesta dissertação e imergir profundamente nas questões suscitadas, optamos por uma metodologia qualitativa. Esta abordagem possibilita analisar a realidade, observando, principalmente, as perspectivas particulares dos agentes envolvidos sem perder o foco da conjuntura mais global. Segundo Gialdino (2006) a pesquisa qualitativa:

[...] é pragmática, interpretativa e esta assentada na experiência das pessoas. É uma ampla aproximação ao estudo dos fenômenos sociais, seus vários gêneros são naturais e interpretativos e recorre a múltiplos métodos de investigação. Desta forma, o processo de investigação qualitativo supõe: a) a imersão na vida cotidiana da situação selecionada para o estudo, b) a valoração e o intento por descobrir a perspectiva dos participantes sobre seus próprios mundos e c) a consideração da investigação como um processo interativo entre o investigador e esses participantes, como descritiva e analítica e que privilegia as palavras das pessoas e seu comportamento observável como dados primários. (GIALDINO, 2006, p. 26)

Reconhecer os sujeitos como agentes sociais que percebem e compreendem o mundo que os cerca de maneiras distintas, pode ser, portanto, uma das maiores riquezas obtidas a partir desta metodologia. Em consonância com esta perspectiva, no presente estudo optou-se pela metodologia de estudo de caso, uma vez que:

O estudo de caso não é uma técnica específica, mas uma análise holística, a mais completa possível, que considera a unidade social estudada como um todo, seja um indivíduo, uma família, uma instituição ou uma comunidade, com o objetivo de compreendê-los em seus próprios termos. (GOLDENBERG, 2011, p.33)

Sobre a importância dos detalhes e vestígios não evidentes, a autora supracitada observa que “(...) a omissão de fatos, de ocorrências, de detalhes pode ser tão significativa quanto sua inclusão nos depoimentos” (GOLDENBERG, 2011, p. 55). Ainda sobre a pesquisa qualitativa e as ferramentas usadas nessa metodologia, Mirian Goldenberg afirma que “Não é possível formular regras precisas sobre as técnicas de pesquisa qualitativa porque cada entrevista ou observação é única: depende do tema, do pesquisador e de seus pesquisados” (GOLDENBERG 2011, p.57). Por isso, a ferramenta de pesquisa proposta constitui-se, principalmente, por questões e perguntas abertas, as quais permitem aos entrevistados atribuírem a uma mesma questão diferentes respostas, levando em consideração experiência, e não as alternativas oferecidas pelo pesquisador. Pierre Bourdieu ao discorrer sobre a liberdade e o uso das técnicas de pesquisa afirma:

Apetecia-me dizer: “É proibido proibir” ou “Livrai-nos dos cães de guarda metodológicos”. Evidentemente, a liberdade extrema que eu prego, e que me parece ser de bom senso, tem como contrapartida uma extrema vigilância das condições de utilização das técnicas, da sua adequação ao problema posto e às condições do seu emprego. (BOURDIEU, 2009, p.26, aspas no original)

Quanto ao recorte espacial cabe ressaltar que este se resume ao município de São Lourenço do Sul/RS, escolhido por razões expostas já no início deste trabalho.

Foram entrevistados 16 (dezesseis) agentes, sendo esses representantes de organizações da agricultura familiar do município (sindicato, cooperativas e associação), do poder público municipal (secretário do desenvolvimento rural, secretária da educação, nutricionista, vereador e prefeito), diretores de escolas da zona urbana (municipal e estadual) e agricultores familiares residentes no município e que comercializam sua produção para a merenda escolar. Para essas entrevistas utilizamos roteiros semiestruturados, os quais viabilizam a elaboração de perguntas não previstas anteriormente. No tocante ao número de entrevistados, limitamo-nos a 16 primeiramente por entender que estes agentes representam as principais organizações e instâncias públicas envolvidas com a comercialização dos produtos da agricultura familiar para a merenda escolar. Ainda sobre o número de entrevistados, deve-se considerar que, para fins desta pesquisa, abalizamos apenas as escolas sediadas no meio urbano. Com isto, investigamos de que maneira temas como a produção agrícola familiar, sua participação e importância para a economia e sobrevivência social tem sido, ou não, abordados nestas escolas. Assim, acreditamos que o número de entrevistados e os dados coletados são suficientes para fornecer-nos um panorama geral do programa em São Lourenço do Sul, além de possibilitar a identificação das diferentes concepções de cada agente.

O contato com esses agentes se deu – em alguns casos –primeiramente por telefone, quando era agendada a entrevista. Entretanto, na maioria das situações a entrevista foi antecedida pela apresentação pessoal e do trabalho, o que nos permitiu explicar a técnica logo no primeiro encontro.

No tocante ao contato com os agricultores familiares este se deu via indicação do Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA) e da Cooperativa Mista de Pequenos Agricultores da Região Sul Ltda. (COOPAR), tanto dos que produzem de forma orgânica quanto convencional, os quais comercializam sua produção através destas organizações para o PNAE.

Quanto à seleção das escolas, elegemos apenas as que se localizam na zona urbana. Nossa intenção com isso era identificar de que maneira a merenda escolar, preparada com produtos originários da agricultura familiar, estava sendo, ou não, trabalhada em sala de aula. Este ponto tem fundamental relevância na medida em que o programa da merenda escolar e a própria Lei 11.947/09 propõem a valorização e o reconhecimento da agricultura familiar, dando especial atenção à condição do alimento ser produzido localmente. Também porque nas escolas da zona rural do município a proximidade e o contato com a realidade da agricultura familiar poderiam, ao nosso ver, obscurecer o discurso proferido pela escola, possivelmente não revelando o trabalho desenvolvido neste espaço. A possibilidade de identificar o trabalho desempenhado com os alunos sobre a importância da agricultura familiar para e na sociedade é, por nós entendida como mais “visível” nessas escolas do meio urbano. O contato com os diretores de escolas deu-se primeiramente via telefone e agendamento prévio da entrevista, a qual foi posteriormente realizada. O levantamento do número de escolas da zona urbana do município de São Lourenço do Sul, bem como o contato telefônico com estas instituições, deu-se através do site da 5ª Coordenadoria Regional de Educação (CRE).

Quanto à ferramenta de pesquisa – entrevistas semiestruturadas – foram elaborados diferentes roteiros de perguntas (em anexo), conforme a relação dos agentes sociais com o tema de pesquisa. Essas entrevistas foram extremamente importantes na perspectiva de diagnosticar quanto, e como, as organizações da agricultura familiar valorizam, ou não, o protagonismo desta categoria social, além de possibilitar-nos compreender a posição de cada agente dentro desse *campo*.

Ademais das entrevistas, foram analisados dados secundários, a partir de fontes bibliográficas e de sites de institutos governamentais, por exemplo IBGE, os quais fizeram parte do arsenal de dados analisados neste trabalho. Este conjunto de técnicas nos permitirá entender os meandros desta política pública sob a perspectiva dos atores. Em outras palavras, o que queremos é justamente identificar, a partir dos instrumentos de pesquisa e, por conseguinte, da análise desses, as relações de poder estabelecidas entre os agentes.

Em suma, são estas as grandes premissas metodológicas que orientaram a realização desta proposta.

1.6 A sociologia de Pierre Bourdieu : contribuições para a análise de relações de poder

O objetivo desse subcapítulo é estudar os elementos teórico-metodológicos que nortearam a pesquisa empírica e, por conseguinte, o desenvolvimento desta dissertação, oferecendo-nos os subsídios necessários à análise e compreensão do fenômeno investigado. De fato, escolhemos a teoria bourdiesiana com o intento de, entender as relações estabelecidas entre os agentes envolvidos no processo de comercialização e consumo dos alimentos, produzidos pela agricultura familiar para a merenda escolar, enquanto expressão desses processos.

A teoria construtivista-estruturalista de Pierre Bourdieu nos possibilita analisar as diferentes interfaces deste tema, pois para este autor as estruturas compõem um sistema complexo das relações, no qual ação dos agentes está muito mais relacionada às predisposições existentes do que condicionadas a motivação pessoal e singularizada (*habitus*). Pierre Bourdieu define sua abordagem como construtivista estruturalista ou estruturalista construtivista.

Por estruturalismo ou estruturalista, quero dizer que existem, no próprio mundo social e não apenas nos sistemas simbólicos – linguagem, mito, etc. -, estruturas objetivas, independentes da consciência e da vontade dos agentes, as quais são capazes de orientar ou coagir suas práticas e representações. Por construtivismo, quero dizer que há, de um lado, uma gênese social dos esquemas de percepção, pensamento e ação que são constitutivos do que chamo de *habitus* e, de outro, das estruturas sociais, em particular do que chamo de campos e grupos, e particularmente do que se costuma chamar de classes sociais (BOURDIEU, 1990, p.149)

A ênfase nos estudos de Bourdieu está localizada tanto na ação como nas estruturas, ambas são tratadas pelo autor como conceitos-chave para as ciências sociais, sendo denominados de *Habitus* e *Campo* e melhor desenvolvidos no subcapítulo posterior.

Pierre Bourdieu propõe uma análise relacional aplicada à revisão de estudos, na qual “[...] as definições e recursos [são] valorizados, a partir das posições relativas que os agentes ou grupos rurais ocupam em cada momento, em relação à constituição histórica do campo da agricultura e da sociedade da qual fazem parte” (KOVALSKI, 2011, p. 64). A história assume, nessa dimensão, um eloquente papel. Para Bourdieu, é fundamental conhecer e reconhecer o processo histórico como eixo central para análise das estruturas e da ação dos indivíduos. Considerar as estruturas autônomas

e universais, independentemente das diferentes culturas e percepções humanas, é para Bourdieu inconcebível.

Do estruturalismo, Bourdieu rejeita a redução objetivista que nega a prática dos agentes e não se interessa senão pelas relações de coerção que eles impõem. Nega, igualmente, o determinismo e a estabilidade das estruturas, mas mantém a noção de que o sentido das ações mais pessoais e mais transparentes não pertence ao sujeito que as perfaz, senão ao sistema completo de relações nas quais e pelas quais elas se realizam (THIRY-CHERQUES, 2006, p 29)

Com vistas a entender as relações, não somente entre os agricultores familiares e os gestores da merenda escolar, mas também no que tange aos demais agentes sociais envolvidos com o tema desta dissertação, é que optou-se pela teoria bourdiesiana, uma vez que um dos focos deste sociólogo francês é o estudo das relações de poder, principalmente do ponto de vista de sua natureza simbólica.

1.6.1 Relações no campo: habitus e capital

Sem desviar o foco do objeto desta dissertação, a saber, das relações de poder estabelecidas entre os agentes envolvidos na produção e compra dos alimentos da agricultura familiar para a merenda escolar, é oportuno entendermos como e onde essas relações se estabelecem a partir do horizonte bourdiesiano.

Conforme Kovalski (2011) “Bourdieu compreende espaços sociais, relativamente autônomos, como campos de força, à semelhança de um campo magnético, que impõem um sentido aos agentes sob sua influência” (p.66). O campo de forças é também um campo de lutas, na medida em que os agentes ocupam diferentes posições no espaço social, porém sob o julgo das mesmas regras. No concernente às regras, cada campo possui um conjunto de regras particular, coerente com as ações que nele são exercidas. Entender o conceito de campo é, então, condição *sine qua non* para o pensamento bourdiesiano. Bourdieu (2003) destaca que para compreender uma produção não basta referir-se apenas a um texto – conteúdo textual -, tampouco referir-se ao contexto social numa relação entre texto e contexto. Antes, entre esses existe o campo,

[...] universo no qual estão inseridos os agentes e as instituições que produzem, reproduzem ou difundem a arte, a literatura ou a ciência. Esse universo é um mundo social como os outros, mas que obedece a leis sociais mais ou menos específicas. A noção de campo está aí para designar esse espaço relativamente autônomo, esse microcosmo dotado de suas leis próprias. (BOURDIEU, 2003, p. 20)

O campo, para fins desta pesquisa, é o espaço onde são orquestradas as ações de compra dos alimentos da agricultura familiar. Ou seja, os diversos locais e datas onde, de alguma forma, são pactuadas as relações entre os diferentes agentes envolvidos neste processo.

Ao discorrer sobre o campo, Pierre Bourdieu sustenta que

Compreender a gênese social de um campo, e apreender aquilo que faz a necessidade específica da crença que o sustenta, do jogo de linguagem que nele se joga, das coisas materiais e simbólicas em jogo que nele se geram, é explicar, tornar necessário, subtrair ao absurdo do arbitrário e do não-motivado os actos dos produtores e as obras por eles produzidas e não, como geralmente se julga, reduzir ou destruir. (Bourdieu, 2000, p. 69;destacado no original)

Sendo assim, as regras do jogo - jogado nos campos-, das coisas simbólicas e materiais que estão em voga são fundamentais para se entender as posições ocupadas por cada agente neste espaço. O campo como um espaço de relações objetivas, como estrutura estruturada, a qual fornece as regras para o jogo e determina a postura necessária para que o agente possa nele atuar.

A compreensão das regras do campo e do grau de autonomia deste em relação ao macrocosmo, e mesmo dentro do campo entre os subcampos, é, segundo o autor, uma das grandes questões acerca dos campos. Esta questão está estreitamente relacionada a pressões externas. Bourdieu (2003) assevera que essas pressões externas alcançam êxito quando em proporção inversa à capacidade de refração do campo. Quanto maior a capacidade de refração do campo maior a sua autonomia. Observaremos esta relação no último capítulo desta dissertação, quando os dados coletados serão analisados, por enquanto indicaremos apenas que, em detrimento desta correlação, o campo estudado possui um grau de autonomia extremamente limitado pelas condições externas que lhes são impostas.

A respeito da posição que os agentes ocupam no campo, Grillo (2005) afirma que, para Pierre Bourdieu, os primeiros caminham

[...] do social para o individual. Os sujeitos são formados pela incorporação de disposições produzidas por regularidades objetivas, situadas dentro da lógica de um campo determinado (ciência, religião, mídia, família, classe social etc), mas que são redimensionadas em razão da trajetória individual e da posição ocupada pelo sujeito nesse campo. (GRILLO, 2005, 156)

A posição ocupada por cada agente no campo é essencial, assim como o conceito de *habitus* para que se compreenda o que Bourdieu defendia. No excerto acima está implícita a constituição de um *habitus* capaz de orientar a ação prática do agente e, por outro lado, ser reestruturado em virtude da experiência vivenciada. Por isso, afirma-se que o conceito de *habitus* bourdiesiano é estruturado e estruturante. Segundo Pierre Bourdieu: “[...] o *habitus*, como indica a palavra, é um conhecimento adquirido e também um haver, um capital (de um sujeito transcendental na tradição idealista), o *habitus*, a *hexis* indica a disposição incorporada, quase postural [...]” (BOURDIEU, 2000, p. 61). Então, enquanto o campo é uma estrutura estruturada, o *habitus* é uma estrutura estruturante, o que significa que ele pode ser mutável.

Em *Os usos sociais da ciência – Por uma sociologia clínica do campo científico*, Bourdieu retoma o conceito de *habitus*, central em seus estudos, ratificando que:

Os agentes sociais, evidentemente, não são partículas passivamente conduzidas pelas forças do campo [...] Eles têm disposições adquiridas [...] que chamo de *habitus*, isto é, maneiras de ser permanentes, duráveis que podem, em particular, levá-los a resistir, a opor-se às forças do campo. (BOURDIEU, 2003, p. 28)

Nesta mesma obra, o autor assinala que a posição dos agentes no campo está intrinsecamente relacionada ao capital que cada um possui. Nas palavras de Bourdieu “as oportunidades que um agente singular tem de submeter às forças do campo aos seus desejos são proporcionais à sua força sobre o campo, isto é, ao seu capital [...] ou, mais precisamente, à sua posição na estrutura da distribuição do capital” (BOURDIEU, 2003, p. 25). Para Bourdieu capital é tudo aquilo que confere poder ao agente dentro de um ou mais campos específicos. Nesse sentido,

A posição de um determinado agente no espaço social pode assim ser definida pela posição que ele ocupa nos diferentes campos, quer dizer, na distribuição dos poderes que actuam em cada um deles, seja, sobretudo, o capital econômico – nas suas diferentes espécies - , o capital cultural e o capital social e também o capital simbólico, geralmente chamado prestígio, reputação, fama, etc. que é a forma percebida e reconhecida como legítima das diferentes espécies de capital. Pode-se assim construir um modelo simplificado do campo social no seu conjunto que permite pensar a posição de cada agente em todos os espaços de jogo possíveis [...] (BOURDIEU, 2000, p. 134).

Portanto o capital, no sentido bourdiesiano, encontra relação direta com a detenção de poder. Quanto mais capital, mais poder. E esse poder está intimamente relacionado ao reconhecimento social. Assim:

Na luta pela imposição da visão legítima do mundo social, em que a própria ciência está inevitavelmente envolvida, os agentes detêm um poder à proporção do seu capital, quer dizer, em proporção ao reconhecimento que recebem de um grupo. A autoridade que fundamenta a eficácia performativa do discurso sobre o mundo social, a força simbólica das visões e das previsões que têm em vista impor princípios de visão e de divisão desse mundo, é um *percipi*, um ser reconhecido e reconhecido (*nobilis*), que permite impor um *percipere*. Os mais visíveis do ponto de vista das categorias de percepção em vigor são os que estão mais bem colocados para mudar a visão mudando as categorias de percepção (BOURDIEU, 2000, p. 145. Destacado no original).

Desta maneira, é plausível que os agricultores familiares, ao utilizarem-se do capital social, alterem as categorias de percepção – que até agora atribuíam a esses uma estreita associação com o atraso social, econômico, cultural, etc. – e conseqüentemente modifiquem a visão da sociedade, aumentando, assim, seu poder simbólico. Sobre esta relação de dominação e poder, Bourdieu declara em conferência

La dominación no és mero efecto directo de la acción ejercida por un conjunto de agentes (“la classe dominante”) investidos de poderes de coacciones cruzadas a las que cada uno de los dominantes, dominado de este modo por la estrutura del campo a través del cual se ejerce la dominación, está sometido por parte de todos los demás. (BOURDIEU, 1989, p.51; aspas no original)

O conceito de capital relaciona-se às estratégias adotadas pelos agentes no espaço social e as relações de poder estabelecidas no interior dos campos. São três as espécies fundamentais de capital, conforme frisa Bourdieu (2005): Capital Social, Capital Cultural e Capital Econômico. No tocante ao capital social, Bourdieu determina como:

O conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e inter-reconhecimento ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por ele mesmo) mas também são unidos por ligações permanentes e úteis. (BOURDIEU, 1998, p. 67)

Capital social relaciona-se então à ideia de união de indivíduos que, por motivos nem sempre idênticos, percebem um objetivo comum, o qual dificilmente seria atingido na ausência deste primeiro. De acordo com Ricardo Abramovay “A noção de capital social permite ver que os indivíduos não agem independentemente, que seus objetivos não são estabelecidos de maneira isolada e seus objetivos nem sempre são estritamente egoístas” (ABRAMOVAY, 1998, p.4). A presença de capital social é substancial tanto para a formação, como para a preservação das instituições que estudamos, quais sejam, as organizações da agricultura familiar no município de São Lourenço do Sul. Embora este não seja o único ativo presente nessas organizações, ele é um dos responsáveis pela coesão do grupo.

Nesse sentido, outro importante capital, determinante no concernente à posição que cada agente ocupa no campo, e portanto, presente nas relações ora estudadas, é o capital cultural. Este pode configurar-se, segundo a teoria bourdiesiana, sob três formas: sob a forma de disposições duráveis do organismo, em estado incorporado; sob a forma de bens culturais, estado objetivado; e através do reconhecimento de títulos escolares, estado institucionalizado. A relação entre o estado incorporado de capital cultural e o habitus é tão próxima que Bourdieu (1990) dispõe como um “*ter*” que se tornou “*ser*”. Pierre Bourdieu chama-nos a atenção de que o capital cultural, em sua forma incorporada, não pode ser transmitido instantaneamente, pois implica em uma vivência, na construção de um habitus.

Cada campo possui mecanismos de funcionamento, de acordo com as regras e o “sentido de jogo” nele exigido. Segundo Bourdieu (2003) “os campos são os lugares de relações de forças que implicam tendências imanentes e probabilidades objetivas” (BOURDIEU, 2003, p. 27). O poder exercido e reconhecido como legítimo no campo possui estreita relação com o tipo de capital exigido para tanto e a quantidade que cada agente detém desta espécie para jogar no campo. Não basta apenas deter uma quantidade significativa de capital, é relevante, antes, que este tenha relação com aquilo que é exigido para tornar eficaz a ação do indivíduo.

1.6.2 Relações de poder e poder simbólico.

A eficácia da ação do sujeito perpassa pela quantidade de capital detida por esse e, também, pelo reconhecimento que os demais agentes lhes concedem. Pierre Bourdieu evidencia que:

[...] não basta notar que as relações de comunicação são, de modo inseparável, sempre, relações de poder que dependem, na forma e no conteúdo, do poder material ou simbólico acumulado pelos agentes (ou instituições) envolvidos nessas relações e que, como dom ou potlatch, podem permitir acumular poder simbólico. É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os “sistemas simbólicos” cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação [...] (BOURDIEU, 2000, p. 11; *italico e aspas no original*).

Este autor afirma a necessidade de reconhecer o poder no campo, de não ignorá-lo, “(...) é necessário saber descobri-lo onde ele se deixa ver menos (...)” (BOURDIEU, 2000, p. 7). Ter presente a ideia de que o poder perpassa todas as partes do campo e, portanto está em diferentes situações, mesmo naquelas em que se julga estarem envolvidas outras questões que não apenas o poder. Esse poder exercido, mas nem sempre reconhecido como tal; vigente, porém sem que necessariamente os indivíduos tenham a consciência de sua existência: o poder simbólico, “[...] poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (BOURDIEU, 2000, p. 7-8). Ainda sobre a relação entre os sujeitos e o poder simbólico, afirma

[...]o poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformara visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo; [...] Isto significa que o poder simbólico não reside nos “sistemas simbólicos” em forma de uma “illocutionary force” mas que se define numa relação determinada – e por meio desta – entre os que exercem o poder e os que lhe estão sujeitos, quer dizer, isto é, na própria estrutura do campo em se produz e se reproduz a crença. O que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de a subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras (BOURDIEU, 2000, p. 14-15; *aspas no original*).

O excerto acima realça a importância das relações entre aqueles que exercem o poder e os que a este se submetem, para a definição de poder simbólico. Ainda de acordo com este autor “o poder simbólico, poder subordinado, é uma forma transformada, quer dizer, irreconhecível, transfigurada e legitimada, das outras formas de poder [...]” (BOURDIEU, 2000, p.15).

Estreitamente relacionado ao conceito de poder simbólico, está o conceito de capital simbólico.

O capital simbólico – outro nome da distinção – não é outra coisa senão o capital, qualquer que seja a sua espécie, quando percebido por um agente dotado de categorias de percepção resultantes da incorporação da estrutura da sua distribuição, quer dizer, quando conhecido e reconhecido como algo óbvio (BOURDIEU, 2000, p.145)

Bourdieu (2000) afirma que os agentes detêm poder na medida em que detêm capital, em uma relação direta e proporcional; quanto maior o capital, maior o poder que o agente exercerá no campo. Este poder, ao ser considerado legítimo pelos demais sujeitos, através do capital simbólico, está concatenado à violência simbólica, essa última entendida como meio de exercício do poder simbólico. Ao discorrer sobre a dominação, Bourdieu (2000) ressalta

Ao atribuírmos, como faz o mau funcionalismo, os efeitos de dominação a uma vontade única e central, ficamos impossibilitados de apreender a contribuição própria que os agentes (incluindo os dominados) dão, quer queiram quer não, quer saibam quer não, para o exercício da dominação por meio da relação que se estabelece entre as suas atitudes, ligadas às suas condições sociais de produção, e as expectativas e interesses inscritos nas suas posições no seio desses campos de luta, designados de forma estenográfica por palavras como Estado, Igreja ou Partido. A submissão a certos fins, significações ou interesses transcendentais quer dizer, superiores e exteriores aos interesses individuais, raramente é efeito de uma imposição imperativa e de uma submissão consciente (BOURDIEU, 2000, p.86)

De acordo com Bourdieu (2000) há uma relação de subordinação do conjunto de práticas a uma mesma intenção objetiva que só se realiza através da concordância instaurada, como que por fora e para além dos agentes. Fica explícito aí, segundo a concepção de Pierre Bourdieu, o papel das estruturas, as quais são responsáveis por parte considerável da ação do sujeito, posto que esta ação – o habitus – é estruturada, mas também estruturante (conforme apontamos no subcapítulo anterior). Conforme esse autor, o movimento que agita o campo reside na luta que, ao ser produzida pelas estruturas do campo, reproduz essas estruturas e hierarquias.

[...] ninguém pode lucrar com o jogo, nem mesmo os que o dominam, se se envolver no jogo, sem se deixar levar por ele: significa isto que não haveria jogo sem a crença no jogo e sem as vontades, as intenções, as aspirações que dão vida aos agentes e que, sendo produzidas pelo jogo, dependem da sua posição no jogo e, mais exatamente, do seu poder sobre os títulos objetivados do capital específico – precisamente aquilo que o rei controla e manipula jogando com a margem que o jogo lhe deixa (BOURDIEU, 2000, p. 85-86).

Ainda sobre o jogo nos campos, a dominação e a capacidade de conservar ou transformar o mundo social Bourdieu discorre o seguinte:

O conhecimento do mundo social e, mais precisamente, as categorias que o tornam possível, são o que está, por excelência, em jogo na luta política, luta ao mesmo tempo teórica e prática pelo poder de conservar ou de transformar o mundo social conservando ou transformando as categorias de percepção desse mundo (BOURDIEU, 2000, p. 142).

Bourdieu (1990) afirma que a legitimação da ordem social resulta do fato de que os agentes aplicam às estruturas objetivas do mundo social estruturas de percepção e apreciação que são provenientes dessas estruturas objetivas e, por isso, tendem a conceber o mundo como evidente.

Então, torna-se evidente a necessidade de compreender a ação dos sujeitos como um resultante do capital por eles acumulado e, portanto, da posição que estes ocupam no espaço social, do poder exercido por estes e neste, além da noção vital das regras do jogo no campo. A partir dessa observação podemos investigar o objeto deste estudo, considerando as relações estabelecidas entre os agentes envolvidos na dinâmica do PNAE.

Novamente sublinhamos a relevância dos estudos bourdiesianos para esta dissertação, observando que o foco de nosso trabalho perpassa pelas relações de poder, tornando-se imprescindível compreender tais conceitos.

Estes conceitos dão suporte a este estudo, guarnecendo-nos, teoricamente, e possibilitando-nos explorar a esfera das relações de poder existentes no campo ora analisado nesta dissertação.

Capítulo 2. Agricultura familiar: dos clássicos às concepções atuais

Neste capítulo discutiremos a complexidade do termo agricultura familiar como expressão recente e aglutinadora de uma categoria social, a qual se apresenta de forma múltipla. Primeiramente, iremos discorrer sobre as contribuições dos clássicos da questão agrária – Marx, Kautsky, Lênin e Chayanov, buscando compreender a gênese do debate sobre a permanência, ou não, desta categoria no âmbito do modo capitalista de produção.

Com efeito, traremos o aporte teórico contemporâneo acerca do conceito de agricultura familiar e a importância desta definição no que tange à elaboração de políticas públicas voltadas às demandas específicas desta categoria social. Abordaremos, ainda, a participação social e a luta dos agricultores familiares por políticas públicas, as quais sejam coerentes com a realidade e que atendam realmente as suas necessidades, assim como os parâmetros técnicos adotados para definir, juridicamente, esta categoria social.

Por fim, aproximaremos o debate para o município sobre qual esta dissertação se debruça: São Lourenço do Sul/RS. Sendo apresentado, ainda que brevemente, a formação histórica do município, com ênfase na participação dos imigrantes alemães e pomeranos que lançaram o germe da formação agrícola familiar lourenciana.

2.1 Revisitando os clássicos da questão agrária: Marx, Kautsky, Lênin e Chayanov

A existência de um modelo de produção agrícola baseado no trabalho familiar há muito fora visto como fadado à extinção por alguns teóricos e estudiosos, os quais avaliaram que a ocorrência de modelos de produção organizados sob a ótica do trabalho familiar levariam ao seu desaparecimento. São vários os argumentos utilizados para fundamentar essa posição, a qual busca, dentre outras coisas, dar conta a análise e desenvolvimento do capitalismo moderno.

2.1.1 Karl Marx e o desaparecimento do campesinato

O homem é o centro da análise de Marx, o qual define que a história só se inicia com o próprio homem que, na busca da satisfação de necessidades, trabalha sobre a natureza. Ao realizar este trabalho o homem se descobre como ser produtivo e passa a ter consciência de si e do mundo através do desenvolvimento do aprimoramento da produtividade do trabalho, da ciência sobre a realidade. A história é, portanto, o

processo de criação do homem pelo trabalho humano. Nesta perspectiva pode-se perceber todo o humanismo que permeia os estudos marxianos. Segundo Hobsbawm, na introdução do texto *Formações econômicas pré-capitalistas*: “A base objetiva do humanismo de Marx e, simultaneamente, de sua teoria da evolução social e econômica é a análise do homem como um animal social.” (MARX, 1986, p.16) A interação entre o homem e a natureza é ponto fundamental para a compreensão da teoria elaborada por Marx, segundo a qual dois elementos - homem e natureza - formam uma unidade. Esta última, porém tem relação direta com a propriedade, a qual se desenvolve quando compondo uma comunidade. Para Marx a propriedade é uma unidade natural do trabalho, a qual garante a manutenção do trabalhador e da comunidade (valor de uso). De acordo com Marx e Engels

[...] A primeira destas é a propriedade comunal e corresponde ao estágio não desenvolvido da produção [...]. Nesta etapa a estrutura social baseia-se no desenvolvimento e modificação do grupo de parentesco e em sua divisão interna de trabalho. (MARX, 1986, p.29)

A partir do surgimento das cidades, da separação entre a propriedade privada (móvel primeiro e posteriormente imóvel) e a propriedade comunal, da divisão social do trabalho, dentre outros fatores, as trocas ficam cada vez mais especializadas. A acumulação ocorrida após o surgimento do dinheiro corroborou para o advento o declínio do feudalismo e a emergência do modo de produção burguês. Nesse último o trabalhador é expropriado dos meios de produção e reduzido à condição estrita de força de trabalho.

Nesta conjuntura, Marx não concebia a permanência de pequenas estruturas fundiárias. Para este autor apenas as grandes propriedades, que pudessem produzir em larga escala e acompanhar as exigências do mercado, é que se manteriam produzindo. Esta necessidade é explicitada pelo autor quando afirma categoricamente que a “pequena propriedade rural está voltada ao desaparecimento, mas o seu fim inevitável será tanto menos ruinoso para os interesses directos e para a nação, quanto mais se antecipar o que não pode ser evitado” (MARX, 1975, p. 14-15). Ainda nesse sentido a teoria marxista aponta que:

Pela forma da renda-produto, forma ligada à natureza do produto e à própria produção; pela reunião, aqui indispensável da agricultura e da indústria familiar; pelo fato de que a família camponesa se basta quase inteiramente e não depende mais do mercado nem da produção que regem o resto da sociedade; logo, por todo o caráter da economia natural em geral, essa forma está totalmente apta a tornar-se a base de uma organização estacionária (não se transformando senão com uma extrema lentidão)[...] (BORCHARDT, 1982, p. 349)

O problema fundamental encontrado por Marx que o leva a entender que os camponeses seriam extintos é por ele denominado de “consciência de classe”, ou mais claramente a falta dela. Conforme este autor é a consciência de classe a força motriz que gera a insatisfação e no seguimento incita uma determinada classe a se manifestar e a lutar por melhores condições. Quando, ao atingir o ponto máximo de um manifesto, uma nova ordem societária seria instaurada.

Sacco dos Anjos (2003) ao discorrer sobre a concepção da escola marxiana acerca do mundo rural, reitera:

[...] Os camponeses receberão um tratamento que radicará em dois pontos centrais:
 - enquanto classe política aparecem como detentores de um caráter arcaico, reacionário e conservador no qual a propriedade parcelária assume o caráter de fonte principal e instrumento central de sua própria alienação. Na epistemologia marxista ao camponês atribui-se uma baixa consciência de classe, incapaz de transmutar-se de “classe em si” para “classe para si”. (SACCO DOS ANJOS, 2003, p. 11; aspas no original)

A essa suposta incapacidade de desenvolver uma consciência de classe, soma-se também o argumento de que o processo histórico de mecanização no campo contribuiria para a mudança dos padrões campestres. Não obstante, o desenvolvimento da mecanização campo e a possibilidade de substituição da mão-de-obra fundamentaram a teoria marxiana no que esta refere-se ao campesinato.

Portanto, a extinção dos camponeses não ocorreu como esperado, e na contramão deste pensamento, o movimento atual identifica o contrário, a valorização e o reconhecimento da agricultura familiar enquanto meio de enfrentamento da questão social e de resistência aos grandes impérios agroalimentares.

Contudo, Sacco dos Anjos (2003) destaca que Marx não dispendeu muito tempo de seus estudos ao futuro do campesinato, pois imputava-lhes uma condição de estrutura pré-capitalista. A questão agrária, tal como a compreendemos hoje, é estudada por outros autores, os quais - à luz do paradigma marxiano- discutem sobre o tema.

2.1.20 marxismo agrário de Karl Kautsky e Vladimir I. Lênin

Teóricos clássicos como Vladimir Lênin e Karl Kautsky comungam do pensamento marxista ao elaborar seus estudos sobre os rumos da pequena propriedade agrícola. Ambos diferenciam-se no tocante aos argumentos utilizados como fundamentação para a tese de que o modelo de produção camponês iria sofrer profundas alterações, podendo sucumbir frente as exigências do sistema capitalista insurgente.

Karl Kautsky escreve “*A Questão Agrária*” em um contexto político de grandes conflitos no interior da socialdemocracia alemã, no tocante ao programa agrário. Para Kautsky era inútil despender energias sobre o tema, pois a proletarização dos camponeses era inevitável dada a emergência do capitalismo. Esse autor defende que a superioridade técnica dos latifúndios acarretaria o aumento da produção e assolaria as pequenas propriedades de maneira a torná-las insustentáveis. A essa insustentabilidade, Kautsky não se referia como sendo perdas da produção, mas sim à incapacidade de participação e, principalmente, de domínio do mercado. Para ele, as intempéries climáticas – dentre outros fatores naturais – poderiam ser previstas e/ou prevenidas pelos agricultores, os quais teriam então, condições de se prepararem para enfrentar tais situações. No entanto, em relação ao mercado, essa “previsão” era segundo Kautsky praticamente impossível.

O camponês caíra agora sob a dependência do mercado, que era para ele ainda mais caprichoso e mais incerto que a temperatura. Contra as perfídias desta última podia ao menos premunir-se até certo ponto. Por meio de fossos de descarga podia atenuar as consequências de verões muito úmidos; por meio do trabalho de irrigação podia reagir contra uma seca excessiva; por meio de fogueiras podia provocar espessas fumaças, e assim preservar os seus vinhedos das geadas da primavera, etc. Mas não tinha recursos com que impedir a baixa dos preços e tornar vendáveis os grãos invendáveis. E justamente o que lhe fora antes uma benção, tornava-se um flagelo: uma boa colheita (KAUTSKY, 1980, p. 32).

Segundo Kautsky(1980), a necessidade de uma produção especializada, voltada para o mercado, acabou redimensionando as relações entre a propriedade e o trabalho, a terra e o camponês. A revolução no modo de produzir era, em instância central, o processo que alteraria drasticamente os padrões de produção campesino.

A divisão do trabalho no interior de uma única, ou entre as diversas explorações, a variedade das culturas e dos seus métodos, deviam conduzir, como realmente conduziram a um aperfeiçoamento dos operários, dos instrumentos e ferramentas, das sementes e das raças de animais. Mas aumentou, também de modo considerável, a dependência da agricultura para com o comércio (KAUTSKY, 1980, p. 58).

Esta situação configurou-se em outro comportamento no que tange à produção para o consumo. O camponês, que anteriormente produzia os alimentos necessários para o consumo familiar, vê-se obrigado a comprar esses artigos.

(...) Ele é obrigado a comprar não apenas os instrumentos, e instrumentos mais caros que os de outrora, mas ainda uma parte dos seus gêneros alimentícios, que a sua exploração especializada não proporciona, ou não proporciona em quantidade suficiente (KAUTSKY, 1980, p. 58).

Em várias passagens de sua obra - *"A Questão Agrária"*, Kautsky demonstra o intento de alertar sobre as benesses advindas do sistema capitalista, o qual se expandia celeremente, e a imprescindibilidade de adequar a produção agrícola ao seu domínio. Sacco dos Anjos (2003) sobre os estudos de Kautsky, afirma:

Em outras palavras, pode-se dizer que, sob a égide do processo de "industrialização da agricultura", coexistirão, em uma relação de domínio da primeira em relação à segunda, a grande exploração capitalista (baseada no uso do trabalho contratado) e a exploração de caráter camponês ou familiar (ANJOS, 2003, p. 17-18; aspas no original).

Nesse sentido, o autor citado ressalta o dualismo estrutural presente na obra de Kautsky, tido como base para a obra de outros investigadores, os quais irão imbuir-se nesse argumento buscando explicações para a persistência das formas familiares de produção na agricultura contemporânea.

Kautsky evidencia que não há uma única trajetória a ser percorrida para a proletarianização do campesinato, porém, esta é inevitável. "[...] Kautsky igualmente sustenta sua posição cética e reticente com respeito às possibilidades de que efetivamente possa interromper-se a trajetória decadente do camponês no curso da história [...]" (SACCO DOS ANJOS, 2003, p. 19).

Na Rússia, Vladimir Ilich Lênin escreve *"O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia"* em 1899, no mesmo ano que Karl Kautsky concebe *"A Questão Agrária"*. Entretanto, a conjuntura histórica, política e social em que Lenin escreve é muito diferente daquela que originou a obra de Kautsky. Lênin vivência o surgimento tardio do capitalismo na Rússia. Assim,

Enquanto os teóricos ocidentais lidavam com uma realidade histórico-social onde a consolidação do capitalismo era um fato óbvio, evidente e indiscutível, Lênin confrontava-se com um capitalismo atrasado, que se afirma rapidamente, mas travado por fortíssimas sobrevivências do ancien régime: mesmo após a emancipação dos servos (a reforma de 1861, marco a partir do qual se desenvolve o estudo leniniano), as instituições econômico-sociais russas estavam vigorosamente vincadas pelos traços da feudalidade. [...] na Rússia o objeto da discussão era a própria viabilidade do capitalismo. (LÊNIN in PAULO NETTO, 1985, p. VIII)

Jovem teórico - com trinta anos de idade - Lênin está preocupado em analisar a inserção do capitalismo na Rússia em fins do século XIX. Para tanto o autor contrapõe-se às ideias populistas, fundamentando sua tese em uma série de dados que apontam as transformações ocorridas nesse período na sociedade russa e, também na teoria marxista, a qual é o fio condutor de seu estudo.

Para os populistas² a viabilidade do capitalismo na Rússia era problemática, dada às limitações do mercado interno russo e a colocação da economia russa no mercado externo frente às demais potências industrializadas. Lênin, porém aborda a situação russa sob um ângulo diferente. Segundo este, o processo vivenciado pela sociedade do século XIX aponta inexoravelmente para a instauração do capitalismo enquanto sistema prevalecente. Isto implicaria na ruína (termo apontado por PAULO NETO, 1985) dos camponeses, de modo que esses se somariam ao proletariado urbano.

No primeiro capítulo do livro *“O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia”*, intitulado “Erros teóricos dos economistas populistas”, Lênin critica a argumentação utilizada pelos populistas, ao passo que também apresenta a fundamentação teórica sob a qual irá calcar sua tese, a saber, a inserção do capitalismo na Rússia. Logo, lança a discussão da divisão social do trabalho como sendo um dos indícios à transformação da agricultura em indústria, na qual são produzidas mercadorias. Em seguida, trata do crescimento da população industrial e da ruína dos pequenos agricultores. Lênin entende que essa última dar-se-á em função da perda dos meios de produção (terra, ferramentas, etc.) e da incapacidade dos camponeses participarem no mercado, tornando-os potenciais operários nas cidades e, por conseguinte, impulsionando o desenvolvimento do modo de produção capitalista. Um dos pontos centrais da discussão nesse primeiro capítulo localiza-se justamente naquilo que Lênin considerou ser um equívoco populista: não compreender a real importância do capital constante para o estabelecimento e desenvolvimento da produção nos moldes capitalistas. A omissão do valor constante do produto, e consequentemente da acumulação, levaram os populistas, e também Adam Smith, à confusão entre consumo individual e consumo produtivo (destinado à produção).

² Os populistas russos, também chamados de narodnikis, defendiam a substituição da autocracia tsarista pelo reino da liberdade. Segundo Reis Filho (2002), emancipar de fato os camponeses e os oprimidos do campo e da cidade e superar as desigualdades gritantes que caracterizavam a sociedade russa, eram questões fundamentais para os populistas.

Baseando-se na teoria de Marx, Lênin assevera que o crescimento da produção agrícola atrela-se mais aos meios de produção e menos aos artigos de consumo. Isto demonstra que “[...] a extensão do mercado interno para o capitalismo é, até certo ponto, independente do crescimento do consumo individual” (LÊNIN, 1985, p. 23-24).

Lênin fundamenta sua análise a partir dos dados dos censos estatísticos dos zemstvos³, sobre a Rússia. Utilizando-se desta fonte de dados, Lênin afiança que o campesinato rico pratica uma agricultura mercantil, transformada em agricultura capitalista. Essa alteração da configuração do tipo de produção agrícola praticado pelo campesinato rico é estabelecida, segundo o autor, pela produção pautada na mão-de-obra assalariada e no alargamento da área cultivada, que excede à capacidade de trabalho da família. Quanto à família camponesa pobre, seus membros acabam vendendo sua força de trabalho, pois a renda oriunda da agricultura é reduzida, sendo necessário oferecerem-se como operários.

Observamos aqui o processo de formação do mercado interno tal como ele aparece na teoria da produção capitalista: o “mercado interno” cresce, de um lado, graças à transformação em mercadoria do produto da agricultura mercantil empresarial, e, de outro, graças à transformação em mercadoria da força de trabalho vendida pelo campesinato pobre. (LÊNIN, 1985, p.36. Aspas no original).

Lênin chama-nos a atenção para a ocorrência de trabalhadores diaristas na agricultura, afirmando que, para além dos operários permanentes, é imprescindível identificar a atuação desses operários e a indispensabilidade de seu trabalho para a agricultura. No decorrer de sua análise dos dados dos zemstvos, Lênin conclui que:

São estes os dados fornecidos pelas estatísticas dos zemstvos sobre a economia camponesa da Rússia meridional. Deles, resulta inquestionável a conclusão de que o campesinato está em total desintegração, com o pleno domínio da burguesia camponesa. (LÊNIN, 1985, p.46.).

Esta desintegração, sugerida por Lênin, não refere-se à extinção desta categoria social, mas sim da alteração do status quo do campesinato russo. Para esse autor, o campesinato russo sofria as alterações decorrentes das mudanças impostas pelo sistema capitalista. Os camponeses, que antes da emergência do capitalismo, dividiam-se em camponeses ricos (Kulaks), médios (Seredniaks) e pobres, são subtraídos nesta conjuntura em meio à formação do proletariado e da burguesia rural. Sobre isto o autor explicita:

³ Os Zemstvosera um sistema de administração local introduzido em 1864, durante o governo do czar Alexandre II.

[...] a transformação do campesinato em proletariado rural cria um mercado principalmente para os artigos de consumo, e a sua transformação em burguesia rural cria-o principalmente para os meios de produção. Noutros termos: nos grupos inferiores “do campesinato”, verifica-se a conversão da força de trabalho em mercadoria e, nos grupos superiores, a conversão dos meios de produção em capital. (LÊNIN, 1985, p.108; aspas no original.)

Enfim, Lênin aponta para a impossibilidade de uma agricultura praticada em pequena escala, afirmando a necessidade de adotar práticas intensivas de produção, sustentadas em um padrão produtivo concentrado. A subordinação da agricultura aos moldes capitalista e industrial implicaria na alteração da conformação social e, no estabelecimento de outra concepção de classe – burgueses e proletariado, pautada no capitalismo que emergia na sociedade russa. Todavia, as perspectivas de Lênin no tangente à extinção do campesinato não se confirmaram.

2.1.3 Alexander Chayanov e o campesinato

Economista e agrônomo, o russo Alexander Vasilievich Chayanov analisa o tema do campesinato russo em uma perspectiva diferente daquela assumida pelos marxistas agrários. Concebida em 1925, a obra *La organización de la unidad económica campesina*, aborda a persistência do campesinato russo, mesmo sob o domínio do modo de produção capitalista. Adotando posição contrária a Marx, Kaustsky e Lênin, Chayanov ressalta a importância do trabalho desenvolvido pelos camponeses e a interação desses com o ambiente. Segundo o autor:

En la base de nuestro sistema económico, como en la base de la antigua Rusia, está la hacienda campesina individual. La hemos considerado, y seguimos considerándola, como el tipo más perfecto de actividad económica. En ella el hombre no se opone a la naturaleza, en ella el trabajo se efectúa en el contacto creativo con todas las fuerzas del cosmos, y crea nuevas formas de existencia. Cada trabajador es un creador, cada manifestación de su individualidad es arte del trabajo. (CHAYANOV, 1987, p. 24)

A interação da produção com o meio ambiente é valorizada por este estudioso que analisa as mudanças sociais ocorridas no começo do século XX. Frente a isso, outro ponto que diferencia o posicionamento de Chayanov em comparação com os demais teóricos é que para ele a instauração do capitalismo não significa, inexoravelmente, a extinção do campesinato, pois o próprio capitalismo estava se consolidando enquanto sistema o que, por conseguinte impossibilitava afirmar com convicção todos os reflexos desse modo de produção na estrutura social do período.

Chayanov coincide com alguns conceitos utilizados pela chamada Escola austríaca, estabelecendo o que se veio a chamar de “Teoria da Unidade Econômica Camponesa”. Esta teoria aborda, dentre outras questões, a implementação de tecnologia industrial para o desenvolvimento da prática agrícola. De acordo com Chayanov, a industrialização camponesa não é imprescindível para o desenvolvimento da agricultura, pois esta última está ancorada na unidade familiar e na garantia de sobrevivência desta. O conceito de família adotado por Chayanov difere daquele concebido pelos zemstvos nos censos, sendo para esses últimos “[...] las personas que comen siempre en la misma mesa o que han comido de la misma olla.” (CHAYANOV, 1974, p. 48). Enquanto que Alexander Chayanov afirma: “Sin embargo, por variados que se na los rasgos corrientes de la familia, su base sigue siendo el concepto puramente biológico de la pareja matrimonial que vive junto con sus descendientes y con los representantes ancianos de la generación mayor” (CHAYANOV, 1974, p. 49).

Sendo assim, Alexander Chayanov, discorre que a sobrevivência da família está diretamente relacionada ao número de integrantes da unidade familiar capacitados para o trabalho e à quantidade necessária de mão-de-obra para a sua sobrevivência. As famílias com muitos membros em tenra idade estão, portanto, em desvantagem quando observada a quantidade de trabalho necessária para mantê-los. Assim sendo,

Y puesto que em la unidad económica familiar que no recurre a fuerza de trabajo contratada, la composición y el tamaño de la familia determinan integralmente el monto de fuerza de trabajo, su composición y el grado de actividad, debemos aceptar que el carácter de la familia es uno de los factores principales en la organización de la unidad económica campesina. (CHAYANOV, 1974, p. 47).

Esta relação entre o número de “bocas para comer” e de “braços para o trabalho” é central na análise chayanoviana, sendo responsável pela determinação da quantidade de trabalho necessária para manter a família e a unidade produtiva. Sob este aspecto, outro ponto fundamental a ser considerado é o do papel desempenhado pelo camponês, o qual assume, simultaneamente, as funções de empregado e de patrão,

Puesto que el estímulo básico de la familia trabajadora para la actividad económica es la necesidad de satisfacer las demandas de sus consumidores, y dado que sus manos son el medio principal para ello, debemos esperar, ante todo que el volumen de la actividad económica de la familia corresponda cuantitativamente en forma aproximada a estos elementos básicos en la composición de la familia (CHAYANOV, 1974, p. 56; *italico no original*).

Em vista disso, a força de trabalho disponível, assim como a intensidade deste trabalho, são determinadas pelo grau de satisfação das necessidades da família camponesa. Esta concepção ficou conhecida como “Teoria da diferenciação demográfica”, posto que é a composição familiar a expressão particular da realidade camponesa russa. Não são as relações sociais, como defendia Lênin que determinam o desaparecimento/modificação do campesinato, mas sim as relações intrafamiliares que demarcarão a quantidade de trabalho e permanência do campesinato.

Becker (2010) ao examinar as contribuições de Chayanov discorre:

Mesmo com suas limitações, a investigação de Chayanov serviu de subsídio para a avaliação dos mecanismos de resistência da agricultura camponesa em várias nações e circunstâncias históricas, contribuindo inclusive para despertar um novo olhar para a figura do camponês, à medida que permitiu identificar características intrínsecas à sua reprodução social, que se refletem em externalidades até então desconsideradas. (BECKER, 2010, p.32)

Na esteira dos clássicos da questão agrária, Chayanov é o que nos apresenta a dimensão mais próxima da realidade camponesa em tempos atuais. Este autor destaca fatores antes desconsiderados e de suma importância para os trabalhos posteriores.

Se no plano do enquadramento como classe social o camponês é valorado como se fora uma espécie de “ornitorrinco social” ⁴, que simultaneamente encarna o papel de chefe e empregado numa mesma pessoa, no âmbito da evolução da agricultura se lhe atribui ora o estigma de obstáculo ao desenvolvimento (enfoques neoclássicos), ora o estatuto de reminiscência de tempos pretéritos que fatalmente deve desaparecer (enfoque marxista clássico). Neste campo, o aporte chayanoviano seguramente pode oferecer uma ferramenta útil ao intento de compreender os mecanismos e estratégias que justificam a persistência das formas de produção baseadas no trabalho familiar no contexto da estrutura agrária atual. (SACCO DOS ANJOS, 2003, p. 26; destacado no original.)

A persistência do campesinato deu-se em muito, pela sua capacidade de reconfiguração diante das adversidades e contradições, impostas pelo modo de produção capitalista. Conhecer os clássicos da questão agrária e seus argumentos permite-nos ter uma visão mais ampla do tema e identificar as premissas refutadas,

⁴SACCO DOS ANJOS (2003) aponta que esta expressão fora cunhada por Abramovay, quando este último referia-se ao tratamento dado aos camponeses pelos marxistas.

dada a situação vigente de participação econômica, social, política, cultural, etc. dos agricultores familiares. A integração ao mercado é uma das principais características da agricultura familiar contemporânea, a qual sequer foi cogitada pelos estudiosos clássicos, uma vez que a maioria desses acreditava que tal participação só poderia ocorrer quando se tratasse de médias e grandes propriedades, cuja produtividade alcançasse índices elevados.

Indubitavelmente, esta questão não está encerrada, assim como também o conceito de agricultura familiar não está dado “a priori” e de modo irrefutável. Trata-se de uma discussão político-científica, a qual possui extrema relevância para esta dissertação, pois se refere a um conceito central e estruturante de nosso estudo.

2.2 Políticas públicas e a agricultura familiar no Brasil

Antes de mais nada é mister registrar que o tema da agricultura familiar, em nosso país, é objeto de acirradas disputas sobretudo do ponto de vista ideológico. Trata-se de um conceito disseminado e legitimado científica e politicamente, visto que em 2006 foi sancionada a Lei 11.326, a qual determina, dentre outras coisas, os requisitos necessários para um estabelecimento rural ser considerado como sendo de agricultura familiar, mas que ainda suscita debates e críticas ferrenhas. Zander Navarro e Maria Thereza Pedrozo (2011, p. 18) defendem “[...] o argumento da impropriedade teórico-conceitual da noção de agricultura familiar, tal como difundida no Brasil [...]”. Esses autores alegam que sob o termo agricultura familiar estão inseridos diversos tipos de agricultura, integradas ou não aos mercados, e que ao participar de diferentes maneiras desses âmbitos não poderiam ser encerrados sob o mesmo conceito (agricultura familiar). Eles analisam trabalhos consagrados no Brasil, fazendo severas críticas à maneira como esses estudos concebem a agricultura familiar, principalmente por não abordar este tema pelo viés econômico. Todavia, Navarro e Pedrozo (2011) defendem a obra de Ricardo Abramovay como sendo um dos mais destacados estudos realizados no Brasil. Nesse contexto, ao referirem-se a Abramovay, afirmam que foi

[...]o primeiro autor brasileiro que claramente analisou as particularidades naturais da agricultura e suas influências no desenvolvimento capitalista na agricultura, ou ainda discutiu alguns mitos da história agrária nos Estados Unidos. Igualmente, analisou as razões que poderiam explicar a presença ostensiva de diversas teorizações sobre a agricultura que privilegiam o camponês como o agrupamento social privilegiado em suas análises, assim como recupera e contrapõe várias perspectivas analíticas sobre a microeconomia camponesa. (NAVARRO e PEDROZO, 2011, p.86).

Para Zander Navarro e Maria Thereza Pedrozo, não se pode perder de vista o caráter eminentemente econômico da produção familiar, e por isso, segundo eles, não é possível aceitar que se compare a agricultura familiar ao campesinato. Nesse mesmo sentido, Ricardo Abramovay (2007) defende que é infundada a associação entre agricultura familiar, pequena produção e/ou agricultura camponesa, tendo em vista o dinamismo técnico e a capacidade de integração aos mercados que concernem traços decisivos à agricultura familiar.

Cabe frisar que a noção de agricultura familiar foi introduzida, no Brasil, por acadêmicos ligados à questão do desenvolvimento agrário rural e não como consequência da atuação das forças que atualmente militam no que se passou a denominar de “campo da agricultura familiar.” Sendo assim,

[...] el inicio del decenio de 1990 fue un período especialmente fértil y estimulante em el que aparecieron vários estudios, libros y publicaciones de investigaciones que culminaron en um avance teórico e interpretativo em relación con la agricultura familiar. Los trabajos de Veiga (1991), Abramovay (1992) y la ontología de Lamarche (1993) mostraron que las formas familiares de producción no sólo eran predominantes em los países capitalistas avanzados, sino que también eram capaces de producir excedentes y desempeñaron importante papel em el desarrollo económico de tales países (SCHNEIDER e MARSDEN, 2009, p.20).

Nesse sentido, convergimos com Wanderley (1999) quando reitera que:

[...] a agricultura familiar não é uma categoria social recente, nem ela corresponde uma categoria analítica nova na sociologia rural. No entanto, sua utilização, com o significado e a abrangência que lhe têm sido atribuídos nos últimos anos, no Brasil, assume ares de novidade e renovação (WANDERLEY, 1999).

Coincidimos também com o entendimento de Wanderley (1999) sobre a categoria Agricultor Familiar, como sendo uma categoria pré-existente à utilização deste termo, não sendo recente, portanto. Isto não invalida a utilização do conceito atual de agricultura familiar para caracterizar sociedades do passado, mesmo que essas não se denominassem assim.

Ainda sobre a complexidade da conceituação do termo agricultura familiar é pertinente mencionarmos Bruno Jean quando este afirma que se trata de

[...] um personagem híbrido e trinitário (simultaneamente proprietário de terra, empresário privado e trabalhador) que, ao executar sua atividade, entrega à sociedade tanto a parte correspondente à renda da terra como a parte relativa ao lucro capitalista [...]. O compromisso de garantir a segurança alimentar e a diminuição dos custos dos produtos básicos [...] são dois dos objetivos centrais que acham-se perfeitamente materializados nos atributos da exploração de caráter familiar (JEAN, 1994, p.55).

Entendida como uma categoria social presente na formação sócio-histórico brasileira, os agricultores familiares intensificam suas reivindicações na década de 1980, apoiando-se no processo de reabertura política e, conseqüentemente, diante da oportunidade de fazer ecoar junto à sociedade seu expressivo papel social, além de exigir que suas demandas fossem ouvidas.

A relevância dessa forma social de produção havia sido deixada de lado pelos governos militares, e também pelos que os precederam, dado que o modelo econômico priorizava a grande exploração, com ênfase na produção de *commodities* e na modernização do processo produtivo. No tocante às organizações de representação dos agricultores brasileiros, sobressaem-se aquelas oriundas da convergência de interesses dos grandes e médios produtores rurais, os quais buscavam o estreitamento das relações com o governo a fim de serem atendidas as suas demandas. Nesse sentido,

Ao se considerar a trajetória das organizações de representação de interesses na agricultura brasileira, verifica-se que, até o final dos anos 40, só se tem notícia da organização dos diferentes segmentos de grandes e eventualmente médios produtores ("fazendeiros"), que já no início do século XX, constituíram entidades como a Sociedade Nacional da Agricultura e a Sociedade Rural Brasileira para serem seus porta-vozes, principalmente junto ao Estado (MEDEIROS, 1997, p. 66; aspas no original).

O avanço do modo de produção capitalista era intrínseco à forma de governar e à estrutura político-econômico-social que se aprofunda desde o final da II Guerra Mundial. O modelo agrário promovido pelos governos militares é o da empresa rural, objetivando o acúmulo de capital (bens móveis, imóveis e monetário), o aumento de produtividade em busca de maior lucratividade, voltando-se à exportação e/ou redução das importações e pouco preocupado com as questões sociais que envolvem a produção agrícola. Nesse sentido, Medeiros (1997) chama a atenção para as conotações dadas aos agricultores familiares nesta conjuntura, a qual anteriormente

tinha declarada predileção pelo “modelo de produção agrícola empresarial”. Assim sendo,

[...] considerando um conjunto de mecanismos legais disponíveis que elegiam a empresa rural como modelo a ser perseguido (como era o caso do Estatuto da Terra) e as políticas públicas para a agricultura que apoiavam concretamente a consolidação do grande empreendimento agropecuário e, conseqüentemente, a concentração fundiária, o Estado consolidou um consenso em torno do atraso e do caráter residual do que então passou a ser chamado, sob a ótica das políticas públicas, de “minifúndio”, “agricultura de baixa renda” ou “agricultura de subsistência”. (MEDEIROS, 1997, p. 67; aspas no original)

Essas políticas adotadas durante o período ditatorial resultaram, segundo a autora supracitada, numa intensa diferenciação econômica e, por conseguinte, na pauperização de boa parte dos agricultores familiares, sendo que alguns desses agentes tornaram-se fundamentais na constituição do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). Em resposta ao sistema ditatorial surgiram diversos movimentos sociais, os quais foram de suma importância para o processo da reabertura política, não apenas dando visibilidade às desigualdades no campo, como também exigiram soluções para os problemas sociais enfrentados pela população. Com o fim da ditadura militar (1964-1985) e a reabertura política (1985), os ditos governos democráticos permaneceram incentivando a agricultura em larga escala e voltada à exportação.

Buscando integrar a produção brasileira, o governo aceita fazer parte do Mercado Comum do Sul (Mercosul), abrindo assim suas fronteiras comerciais com a Argentina, o Uruguai e o Paraguai. No que se refere à produção agrícola brasileira, são significativos os prejuízos resultantes da assinatura desse acordo, visto que os incentivos fiscais e alfandegários dos produtos importados para o Brasil reduzem os preços internos e, por conseguinte, geram concorrência desleal com os produtos aqui produzidos e/ou beneficiados, dado que esses não recebem o mesmo tratamento oferecido pelos países componentes do Mercosul. De acordo com Schneider, Mattei e Cazella:

[...] a agricultura brasileira, e particularmente a da região Meridional do Brasil, estava fortemente afetada pelo processo de abertura comercial e de desregulamentação dos mercados, fatores que a submetiam a uma concorrência intensa com os países do Mercosul. Em vista das sucessivas dificuldades decorrentes da crise da segunda metade dos anos oitenta, particularmente no que se refere à disponibilidade de crédito e da queda da renda, os agricultores familiares da região Sul do Brasil, e em menor medida os agricultores da região Nordeste (sobretudo os produtores de algodão), encontravam-se debilitados diante da nova conjuntura econômica e comercial. (SCHNEIDER, MATTEI E CAZELLA, 2004, p. 21)

Ou seja, se por um lado, a produção agrícola familiar arrastava enormes dificuldades pela falta de apoio institucional, por outro, sofria também com a concorrência dos produtos (leite, carnes, cereais, etc.) oriundos dos países do Mercosul.

A falta de políticas públicas voltadas a atender a demanda emergente dos agricultores familiares, a concorrência com os produtos importados, a falta de assistência técnica e de apoio à comercialização constituíam-se, entre outros aspectos, como os principais obstáculos à permanência da agricultura familiar brasileira. É relevante destacar que, ao final da década de 1980 e começo dos anos 1990 a implementação de novas tecnologias e maquinário no meio rural era incipiente, assim como o acesso a outras inovações. Os agricultores familiares são, de certa forma, excluídos deste processo, em face das restrições impostas pelos agentes financeiros.

Com o advento da reabertura política e a promulgação da Constituição Brasileira (1988) inaugurou-se um novo período histórico. Embora a participação social tenha conquistado um espaço de atuação, ainda no começo da década de 1990 não havia políticas públicas nacionais voltadas exclusivamente às demandas da agricultura familiar, a qual já de longa data reivindicava mudanças.

Nessa perspectiva, Schneider, Mattei e Cazella (2004) destacam a organização dos agricultores familiares em prol das grandes causas, como no caso do acesso à terra e de melhores condições para produzir e comercializar sua produção:

Por um lado, o movimento sindical dos trabalhadores rurais ligados à Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) e ao Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais da Central Única dos Trabalhadores (DNTR/CUT), especialmente dos três estados meridionais do país, passaram a organizar-se e direcionar suas reivindicações e lutas para a chamada “reconversão e reestruturação produtiva” dos agricultores familiares, que seriam afetados pelo processo de abertura comercial da economia, na ocasião influenciado pela criação do Mercosul. Assim, as reivindicações dos trabalhadores rurais, que já haviam começado a ter voz na Constituição de 1988, ganharam destaque nas “Jornadas Nacionais de Luta” da primeira metade da década de noventa, que a partir de 1995 passaram a ser denominadas de “Grito da Terra Brasil” (SCHNEIDER, MATTEI E CAZELLA, 2004, p. 22; aspas no original)

O “Grito da Terra” representa, portanto, um marco histórico na medida em que traz à tona as dificuldades enfrentadas e a realidade rural brasileira, além de se ter configurado em um espaço no qual, ainda hoje, os agricultores podem reivindicar por melhores condições de trabalho e de renda. E é como resultado dessas pressões sociais que é criado em 1994, o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAP) durante o governo de Itamar Franco, o qual, segundo Schneider, Mattei e Cazella (2004), operava com os recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES). De acordo com estes autores, o PROVAP foi:

[...] o embrião da primeira e mais importante política pública criada dois anos mais tarde e destinada aos agricultores familiares. Cabe frisar que, embora o PROVAP tenha tido resultados pífios do ponto de vista dos recursos aportados para os agricultores, sua importância consiste na transição que ali se inicia em direção a uma política pública diferenciada por categorias de produtores rurais. Deve-se lembrar, por exemplo, que até esta época, os pequenos agricultores eram enquadrados como “mini-produtores” pelas normas do Manual de Crédito Rural do Ministério da Agricultura, o que fazia com que tivessem que disputar recursos com os grandes proprietários, que historicamente foram os principais tomadores de crédito para agricultura. (SCHNEIDER, MATTEI E CAZELLA, 2004, p. 23; aspas no original)

Do ponto de vista do reconhecimento da agricultura familiar enquanto categoria social, o PROVAP representa um marco. Todavia, alguns dos problemas em que o programa se dispunha intervir permaneceram sem resultados práticos. Os autores supracitados destacam ainda que o PROVAP representou um momento de transição, no qual é finalmente desenvolvida uma política pública voltada a atender os agricultores familiares de forma a integrá-los no processo de construção de uma nova ordem societária, lhes possibilitando a tornarem-se protagonistas de sua própria história, abandonando a ideia de serem expectadores ou meros coadjuvantes da realidade do Brasil rural.

Em 1995, o PROVAP passa por adaptações e reformulações, sendo instituído o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) pela resolução CMN/BACEN nº 2191 de 24/08/95. Posteriormente, em 1996, já no governo Fernando Henrique Cardoso, é criado, finalmente, o PRONAF através do Decreto nº 1946 de 28/06/96, o que possibilitou aos agricultores familiares o acesso ao crédito através de financiamentos com menores taxas de juros.

Indubitavelmente a década de 1990 representa um avanço no tangente à elaboração de políticas públicas específicas para a agricultura familiar, com ênfase no PRONAF, mas também através de outros instrumentos que merecem registro.

Nesse sentido, o Movimento dos trabalhadores Sem-Terra (MST), a CONTAG e outras organizações tiveram importância crucial na luta pelo reconhecimento social e político desta forma social de produção. Através da agenda desses movimentos e da ocupação de propriedades consideradas improdutivas, tais organizações fizeram ecoar na sociedade brasileira a insatisfação com os últimos governos em relação aos problemas enfrentados no campo. Porém, a política de Reforma Agrária que até então vigorou, pautava-se no que se convencionou chamar de Reforma Agrária de Mercado, ou seja, no fornecimento de linhas de crédito, disponibilizadas através de políticas públicas como os programas Cédula da Terra e Banco da Terra, e não na desapropriação de terras improdutivas, que não cumpriam sua função social.

Segundo alguns autores, o acesso à terra pela compra e venda seria uma característica que “[...] distinguiria o modelo de reforma agrária de mercado do modelo tradicional, entretanto, o programa [de reforma agrária de mercado] contém outras características e o conjunto destas resultaria em vantagens para a viabilidade do programa” (LIMA, 2008, p.22).

Sendo assim, LIMA (2008) aponta a existência de dois grupos de estudiosos que defendem posições divergentes em relação à Reforma Agrária de Mercado. Um desses grupos defende o aprimoramento das ações atuais com vistas a atender a demanda. O outro grupo, por sua vez, defende a exequibilidade da Reforma Agrária tradicional centrada na desapropriação de terras improdutivas.

No rol de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar encontra-se também o Programa “Luz para Todos”. Lançado em novembro de 2003, o “*Luz para todos*” propunha-se a “levar energia elétrica para mais de 10 milhões de pessoas do meio rural até o ano de 2008” (BRASIL, 2003a). Este programa permitiu às famílias

usuárias modernizarem a produção, mas, para além disso, possibilitou que muitas dessas famílias tivessem uma maior qualidade de vida a partir do acesso à energia elétrica. Conforme informações oficiais, durante a execução do Programa “Luz para Todos” foram identificadas novas famílias. Isto fez com que o Programa, inicialmente previsto para terminar em 2008, estendesse suas atividades até o ano de 2011.

No bojo das políticas públicas que preveem o fortalecimento da segurança alimentar e nutricional e o apoio à agricultura familiar, é criado, em 2003, o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA. Instituído pelo Art. 19 da Lei nº 10.696 de 02 de julho de 2003, e regulamentado pelo Decreto 4.772, também datado de 02 de julho de 2003, o PAA tem por objetivo, de acordo com o MDA:

[...] garantir o acesso a alimentos em quantidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional. Visa também contribuir para formação de estoques estratégicos e permitir aos agricultores familiares que armazenem seus produtos para que sejam comercializados a preços mais justos, além de promover a inclusão social no campo (BRASIL, 2003b).

Esta política envolve, portanto, duas importantes dimensões: de um lado a segurança alimentar e nutricional, e de outro, o estímulo à produção de alimentos pela agricultura familiar, haja vista as dificuldades recorrentes enfrentadas pelos agricultores familiares em vender sua produção, em face da concorrência exercida pelos produtos vindos de outros países.

Durante a fase exploratória da pesquisa de campo, conhecemos situações em que os agricultores familiares perderam toda a produção por causa da demora em comercializar seus produtos. Esta situação impulsionou, em São Lourenço do Sul, o quase total abandono da produção de batata. Este município destacava-se, há algumas décadas, pela produção deste tubérculo na região sul do Rio Grande do Sul. Não obstante, não seria um exagero afirmar que o tabaco praticamente ocupou o espaço antes preenchido pela cultura da batata. Todavia, o advento do PAA trouxe novo folego à produção de alimentos, colaborando inclusive para a promoção da segurança alimentar da família dos agricultores, uma vez que parte dos alimentos produzidos é destinada ao PAA e outra ao consumo da própria família.

A execução do PAA é descentralizada, de competência dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário (MDA) e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), dos governos estaduais e municipais, da sociedade civil, das organizações da agricultura familiar e da rede de entidades socioassistenciais.

Desde 2006, como informa o MDA, duas modalidades são financiadas com recursos desse ministério, quais sejam, a compra de alimentos para a formação de estoques pela agricultura familiar e a compra direta da agricultura familiar. Nesse sentido, a compra de alimentos da agricultura familiar para o fornecimento da merenda escolar (Lei 11.427/09) ocorre a cargo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), ligado ao Ministério da Educação.

O PNAE e a Lei 11.427/09 são, efetivamente, o foco de análise deste trabalho. Neste momento, ressalta-se que este programa vem na esteira das políticas públicas direcionadas ao atendimento das demandas emanadas pelos agricultores familiares brasileiros, constituindo-se num novo instrumento de intervenção pública que se abre para apoiar a comercialização dos produtos da agricultura familiar. O PNAE foi redesenhado para influir no que afeta ao desenvolvimento econômico, social, cultural e educativo da sociedade em geral, independentemente se for na zona urbana ou rural, atuando como promotor da segurança alimentar e nutricional.

Para fins de categorização no PNAE, a partir da sanção da Lei 11.427/09, passou a adotar o conceito de agricultura familiar determinado pela Lei 11.326/06. Sancionada em 24 de julho de 2006 a Lei 11.326/06, estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e de Empreendimentos Familiares Rurais, e passa a balizar algumas políticas públicas, dispondo sobre os requisitos necessários para que o agricultor seja considerado um agricultor familiar⁵.

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; (Redação dada pela Lei nº 12.512, de 2011)

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. (BRASIL, 2006)

Ratificamos que o conceito de agricultura familiar não está isento de críticas, e que coexistem diferentes acepções acerca do tema. Com isso, a Lei 11.326/06 determina uma categorização para agricultura familiar com base em uma formulação

⁵ Nota-se que a Lei 11.326/06 menciona a possibilidade de o Conselho Monetário Nacional - CMN estabelecer ainda critérios e condições adicionais de enquadramento de agricultores familiares quando para fins de acesso ao crédito.

legal, a qual passa a ser adotada em termos de exequibilidade das políticas públicas. Em termos acadêmicos, comungamos da aceção de Gasson e Errington (1993) quando esses estabelecem os seguintes traços essenciais da agricultura familiar:

a) a gestão é feita pelos proprietários; b) os responsáveis pelo empreendimento estão ligados entre si por laços de parentesco; c) o trabalho é fundamentalmente familiar; d) o patrimônio pertence à família; e) o patrimônio e os ativos são objeto de transferência intergeracional no interior da família e finalmente f) os membros da família vivem na unidade produtiva. (GASSON e ERRINGTON, 1993 apud ANJOS, 2005, p.43)

Contudo, nesse trabalho adotamos prioritariamente os termos componentes da Lei 11.326/06 como parâmetro para identificar agricultura familiar, uma vez que é esta a normatização adotada quando no gerenciamento do PNAE.

O pequeno recorrido que aqui fizemos cumpriu o propósito de evidenciar um quadro de mudanças bastante importante e que converge para um aprofundamento da atuação estatal no sentido de fortalecer a agricultura familiar e outras categorias (remanescentes de quilombos, ribeirinhos, assentados da Reforma Agrária, pescadores artesanais, etc.) que historicamente estiveram alijados dos instrumentos públicos de promoção social. Outras políticas estruturantes, além das que aqui foram mencionadas, são deveras importantes e refletem esse ambiente de ampliação das oportunidades, não obstante as históricas precariedades do “Brasil Rural.” Em suma, o que aqui nos cabe frisar é que seria absolutamente impensável imaginar o Programa Nacional de Alimentação Escolar, com todos os problemas e contradições que nos propomos analisar neste trabalho, sem considerar o contexto desse processo mais amplo que enseja a tentativa de afirmar o espaço da agricultura familiar.

2.3 A agricultura familiar em São Lourenço do Sul: a importância de uma categoria social na formação histórica do município

A formação histórica do município de São Lourenço do Sul remonta aos primórdios do processo de colonização ocorrido no Brasil. Nesse capítulo pretendemos evocar alguns fatos do processo histórico de formação e constituição desta região do sul gaúcho.

São poucos os vestígios materiais catalogados dos primeiros habitantes da região, os índios. Segundo Edilberto Luiz Hammes, essas evidências “[...] têm sido encontradas até em boa quantidade pelos agricultores de algumas regiões da colônia – como pontas de flechas, recipientes de barro, de cerâmica, e outros vestígios, muitas

vezes intactos – que, desavisadamente, as desprezam [...]” (HAMMES, 2010, p. 113). A presença desses indígenas não é mencionada nos relatos dos imigrantes alemães, quando por ocasião da sua chegada à Serra dos Tapes em 1857. No entanto, estudos históricos apontam que no estado viviam três etnias: Gês ou Tapuias, Guaranis e Pampeanos. (HAMMES, 2010)

Na nossa região viveram os Guaranis que, segundo consta, foram os primeiros agricultores do nosso estado. Entraram aqui como invasores e teriam chegado em duas levas: a primeira, entre os anos de 300 e 400 d.C. e a segunda entre os anos de 1000 a 1100 d.C., vindos do alto Paraná, procurando ocupar regiões de água abundante. Pertenciam à grande nação Guarani: os Arachanes (vizinhos dos Tapes) que habitavam a banda ocidental da Lagoa dos Patos (no nosso meio, portanto) e os Carijós, também chamados de Patos, que habitavam o litoral marítimo (onde hoje se situam os municípios de São José do Norte, Tavares, Mostardas e Palmares do Sul) (HAMMES, 2010, p. 114; *itálico no original*)

No tangente ao nome da Laguna dos Patos existem algumas versões que procuram explicar sua origem. Uma dessas atribui o nome da Laguna ao nome da tribo indígena que vivia na porção litorânea do sul brasileiro: os Patos. Essa tribo Guarani “[...] era assim chamada “por pintarem-se de branco, talvez como disfarce”. “Carijós” seria o nome indígena, e “Patos” o apelido dado pelos portugueses [...]” (HAMMES, 2010, p.114). O autor ainda aponta outra teoria, a de que o nome Patos, dado pelos portugueses aos indígenas da região, seria em função dos pés espalmados e grandes que esses últimos tinham, lembrando as patas da ave.

A outra explicação para o nome da laguna é em virtude da existência de patos que, aos bandos, viviam entre a costa e a lagoa. A abundância dessas aves na região pode ter sido o motivo para os portugueses terem passado a chamar os índios, que ali habitavam, de Patos. Edilberto Hammes (2010) afirma que conforme os imigrantes chegaram à região e começaram a instalarem-se nesses locais, a tribo dos Patos foi recuando até desaparecer.

Outras importantes etnias, que também se estabeleceram na região foram os Tapes e os Minuanos, habitando a margem ocidental da Laguna dos Patos, portanto nas terras da futura São Lourenço do Sul⁶. Domavam animais e tinham grande habilidade para montar e fazer a guarda do território sob o lombo de cavalos, isto lhes

⁶ Cabe salientar que o nome São Lourenço é utilizado nesse trabalho como sinônimo à São Lourenço do Sul, em decorrência da alteração datada de 1º de janeiro de 1945, quando o Decreto-lei nº 720 determina que o município de São Lourenço passaria a se chamar São Lourenço do Sul.

possibilitava aproximar-se de invasores e preparar ataques sem que o inimigo os percebessem (HAMMES, 2010).

Os portugueses foram os primeiros imigrantes a chegarem em *São Lourenço*, dentre esses, muitos eram do Arquipélago de Açores. HAMMES (2010) discorre sobre a existência de uma versão,

[...] segundo a qual as extensas terras de nossa região vinham sendo povoadas esparsamente por homens brancos, ilhéus açorianos e também provindos da Ilha da Madeira, fugitivos da colônia do Sacramento e da vila do Rio Grande, quando essa foi tomada pelos espanhóis em 1763, que teriam vindo rumo norte em busca de refúgio [...] (HAMMES, 2010, p. 119)

De acordo com este autor, o primeiro proprietário de terras em *São Lourenço* foi o sargento-mor Rafael Pinto Bandeira, o qual teria recebido - em 1780 - do governador da Província de São Pedro a concessão da área que abrange desde

[...] uma faixa de terras na costa da Lagoa dos Patos, que se estendia desde o arroio Grande até o arroio Caraá. [...]. Consta que ao morrer, com tão somente 54 anos de idade, de uma infecção, Bandeira tinha quatro grandes propriedades num total de 33 mil hectares, sem contar milhares de hectares de terra que possuía sem qualquer carta de sesmaria, ou seja, sem qualquer documentação. (HAMMES, 2010, p. 119)

Mesmo sendo proprietário dessas terras, Rafael Pinto Bandeira nunca chegou a estabelecer, nelas sua moradia (HAMMES, 2010). O primeiro proprietário residente, oficial, foi José Cardoso de Gusmão, onde posteriormente ficaria situada a localidade de Picada Gusmão.

No tangente à vinda dos negros para a região, não se sabe ao certo a data de sua chegada. Porém, o negro tem sua presença registrada na história gaúcha em meados do século XVII. A expedição de Silva Paes trouxe para a região da atual Pelotas, uma grande quantidade de africanos escravos para trabalharem nas charqueadas.

Consta que somente negros trabalhavam na indústria saladeiril, cujas condições insalubres de trabalho implicavam uma vida curta. Registros da época afirmam que vieram mais de 7.000 negros para esse município, que produzia cerca de 80% da riqueza da Província do Rio Grande do Sul. (HAMMES, 2010, p. 160)

Altos índices de morte de negros escravos foram registrados nesse período, dadas as condições penosas de trabalho na produção do charque. As longas jornadas de trabalho associadas à alimentação, vestimenta, moradia e condições de sanidade precárias abreviavam a vida dos africanos, tornando-se necessária a constante renovação do contingente de trabalhadores. Esteio da força produtiva, os escravos

mantinham em funcionamento a indústria saladeiril. Nota-se que os imigrantes não-lusitanos não tinham escravos. Segundo HAMMES (2010) o motivo de tal ausência era cultural, visto que o trabalho era valorizado pelos imigrantes e, portanto por eles executado, e legal, pois a Lei 183 de 18 de outubro de 1850, promulgada pelo presidente da província José Antônio Pimenta Bueno, proibia a introdução de escravos nas colônias de imigrantes.

As primeiras colônias alemãs criadas no Rio Grande do Sul tinham por finalidade apoiar o governo central nos confrontos com a elite pecuarista local (FACHEL, 2002). Enquanto na zona sul da província os rebeldes organizavam a “República Rio-grandense”, em Porto Alegre o apoio era oferecido aos soldados das tropas imperiais. Com isso, o isolamento étnico e a antipatia em relação aos colonos aumentaram, e esses foram arrastados na guerra civil; a maioria, porém, conservou-se fiel ao Governo Imperial. [...] Em 1846, concedeu-se aos colonos a naturalização em massa, pelos serviços prestados durante a luta: o Império apreciava, portanto, a colaboração que os colonos lhe tinham levado (ROCHE, 1969, p.18).

Durante o período do Império já haviam sido promulgadas algumas leis. De acordo com a obra de LANDO e BARROS (1996), o decreto de 25 de novembro de 1808, quando na chegada de D. João VI determinava que fossem dadas terras aos imigrantes sob a exigência de se dedicarem à atividade agrícola ou de povoamento. Todavia, algumas promessas do governo imperial – em detrimento de seu caráter inconstitucional e da conjuntura social do período - nunca poderiam ser realizadas, à exemplo da concessão imediata da qualidade de cidadão brasileiro; inteira liberdade de culto; isenção por 10 anos do pagamento de impostos, dentre outras.

No Rio Grande do Sul houve predomínio da colonização do tipo oficial. Esta colonização preponderou nesse estado, influenciada pela distancia entre as zonas de colonização e as lavouras de exportação.

Diferentemente do que defende FACHEL (2002), para LANDO e BARROS (1992) o motivo pelo qual o governo havia oferecido as terras Rio-Grandenses à colonização se deu pela necessidade de povoar zonas fronteiriças, visto que o território é próximo à Argentina e Uruguai. A iniciativa do governo imperial, para essas autoras,

[...] é fruto de uma política agrária, orientada no sentido de ocupar e proteger das possíveis incursões de espanhóis, as regiões desertas do Rio Grande do Sul, além de criar uma forma de conciliação entre os interesses dos grandes latifundiários, e daqueles que tentavam atingir a condição através da posse [...] A necessidade de intensificação do povoamento nas zonas fronteiriças da Província do Rio Grande do Sul, a estrutura montada pelo sistema de colonização oficial, concedendo vantagens à imigração estrangeira, ao lado da elaboração de leis favoráveis a este processo, a inexistência da concorrência, entre a atividade que se desenvolve no latifúndio e a que será desenvolvida na pequena propriedade e a exigência de consumo dos centros urbanos, serão fenômenos complementares ao processo que engendra e consolida a pequena propriedade rural no Rio Grande do Sul (LANDO e BARROS, 1992, p. 39).

Esta hipótese é contestada por FACHEL (2002), o qual afirma existir aí a formação de um mito. Nas palavras do autor:

[...] Imaginam regiões desertas, abstraindo a existência das populações indígenas, e localizam a colonização nas “zonas fronteiriças” para protegê-las dos espanhóis. No período imperial brasileiro, a colonização alemã não se resumiu à metade norte do Rio Grande do Sul, mas também não ocupou as fronteiras com os espanhóis.

Os conflitos de interesses entre os luso-brasileiros e os colonos alemães foram de ordem econômica e política. Ainda que, a médio prazo, a colonização tenha promovido a valorização das terras, ela também representou uma restrição à ampliação dos latifúndios formados por concessão de sesmarias aos luso-brasileiros. Esses reclamavam que haviam combatido os espanhóis para assegurar o território, que foi entregue aos novos colonos. (FACHEL, 2002, p.189-190; aspas no original)

Para FACHEL (2002) é necessário considerar os fatores ante expostos para ter-se, então, uma análise mais complexa e coerente do processo colonizador. Esse mesmo autor ressalta, portanto, a ocorrência de uma segregação étnica na região estudada, posto que os portugueses atribuíam a esses a impossibilidade de ampliar suas terras e se diziam incomodados com supostos pedidos de trabalho nas estâncias. Além disso, a formação de sociedades de socorros mútuos em Pelotas, em meados do século XIX, como a Sociedade Portuguesa de Beneficência Portuguesa, indica a união de estrangeiros promovida pela identificação cultural (FACHEL, 2002). José Plínio Guimarães Fachel (2002) afirma que o isolamento étnico e as violências sofridas pelos imigrantes e os descendentes desses durante a Segunda Guerra Mundial tinha suas raízes lançadas já desde o século XIX.

A primeira colônia de imigrantes fundada no estado se dá em São Leopoldo em 1824, sendo esta resultante de iniciativa oficial (governo imperial). Porém no município de São Lourenço do Sul ocorre a primeira iniciativa de caráter privado. Em 1857 Jacob Rheingantz, homem de negócio, sai do município de Rio Grande e vai à Alemanha, com o apoio do governo imperial brasileiro, em busca de colonos dispostos a virem

para o Brasil. Retorna ao Brasil no dia 15 de janeiro de 1858, trazendo consigo uma primeira leva de famílias de imigrantes.

Esses colonos adentraram a mata, abrindo picadas para construir casas e iniciar a produção. De acordo com LANDO e BARROS (1981), esses colonos lançaram as bases para a existência e permanência das pequenas propriedades rurais que se distribuem ao longo da Serra dos Tapes. Segundo estas autoras, os colonos procedentes da Europa:

Constituem-se, portanto, em precursores da pequena propriedade rural, através da ocupação, que toma o lugar das concessões do Poder Público. É certo que nem sempre a posse serviu à pequena propriedade, pois foi também a forma como se instituíram muitos latifúndios. Entretanto sua importância reside no fato de que, enquanto a expansão do latifúndio era de várias formas facilitada, a pequena propriedade, durante os três primeiros séculos, só contou com uma via de acesso: a posse. (LANDO E BARROS, 1981, p.49)

As dificuldades enfrentadas pelos colonos imigrantes iam desde encontrar um local onde assentar moradia, e mesmo construí-la, a se comunicarem com aqueles que aqui já estavam. Eduardo Iepsen (2008) em sua dissertação intitulada “Jacob Rheingantz e a colônia de São Lourenço do Sul: da desconstrução de um mito à reconstrução de uma história”, recorre aos estudos de Jorge Luiz da Cunha para abordar a ocorrência de conflitos entre o diretor da colônia – Rheingantz – e os imigrantes.

Em 1867 houve em São Lourenço uma insurreição por parte dos colonos contra Rheingantz, motivado pelo caráter especulativo do empreendimento de Rheingantz[...]. Desde o começo alguns colonos sentiram-se logrados por Rheingantz. Este mandou seu então irmão Felipe Rheingantz medir os lotes da colônia, porém ele não era engenheiro, nem tinha conhecimento de medição de terras. Além do mais a medição da maioria dos casos era realizada de forma incompleta. Uma outra razão para a insatisfação e a insurgência dos colonos era o contrato firmado entre a empresa e os colonos. Este previa que os colonos que não pagassem o valor do lote, os adiantamentos para a viagem, os alimentos e a construção de uma casa num período de cinco anos, perderiam os seus direitos sobre a terra recebida. Os pagamentos que eventualmente já tivessem sido feitos ficavam sem efeito e tinham que abandonar a colônia [...] (CUNHA apudIEPSEN, 2008, p.80).

IEPSEN (2008) afirma que foram inúmeros os conflitos e as queixas dos colonos em relação a promessas feitas por Rheingantz para os imigrantes. Segundo Cláudio Becker, “ocupação do município e o trabalho empreendido pelos colonos, foram importantes para que a Colônia se desenvolvesse, proporcionando as condições para a emancipação de São Lourenço do Sul de Pelotas, ocorrida em 1884” (BECKER, 2010, p.52).

A política colonizadora da Província tinha, através do Regulamento de 1900, os seguintes objetivos:

1- evitar a concentração da propriedade, proibindo a concessão de mais de um lote à mesma pessoa e a transferência das glebas antes da totalização de seu pagamento; 2- as áreas concedidas deveriam ser efetivamente exploradas; 3- o colono deveria morar no seu lote de terra, explorando-o pessoalmente ou através da produção familiar. (LANDO E BARROS, 1981, p.23)

As dificuldades encontradas não impediram que os colonos buscassem alternativas aos problemas enfrentados e ao ínfimo apoio recebido por parte do administrador da colônia (Jacob Rheingantz). Ao discorrer acerca da realidade da produção agrícola lourenciana, Roni Hilsinger (2007) afirma que “[...] um dos grandes empecilhos que inviabilizaram a economia colonial da região Sul a reverter essa situação [de crise] foi a falta de infraestrutura. A comunicação entre as colônias era precária assim como a comunicação dessas com as cidades” (HILSINGER, 2007, p.40). A especialização produtiva e a introdução de novas técnicas e tecnologias na produção agrícola propiciaram a mudança nos padrões de consumo das famílias agricultoras e, além disso, colaboraram para que a atividade agrícola fosse centrada em alguns poucos produtos.

Conforme mencionado anteriormente, este tipo de colonização caracterizou o surgimento de pequenas propriedades rurais e lançou as bases para a constituição de outra categoria social, hoje conhecida por agricultura familiar⁷. Neste tipo de produção a força de trabalho é predominantemente familiar e, originalmente, parte dos produtos consumidos pela família tem sua origem no próprio estabelecimento. De acordo com BECKER (2010), a economia lourenciana começa, no final do século XX, a vivenciar uma forte crise com a queda da importância dos produtos chamados “coloniais”⁸.

⁷São considerados agricultores familiares os indivíduos que praticam atividade no meio rural e que atendem aos seguintes requisitos da Lei 11.326/2006: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo (Redação dada pela Lei nº 12.512, de 2011); IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

⁸O uso do termo colonial refere-se a algo produzido na colônia alemã/pomerana em São Lourenço do Sul. Diferencia-se, então, do uso indiscriminado do termo, destinado a caracterizar um produto oriundo da zona rural de qualquer região do estado.

A título de exemplo, destacamos a produção da batata inglesa. Cabe ressaltar que São Lourenço do Sul, até meados dos anos 1980, ocupou posição de destaque nacional na produção deste tubérculo, chegando a ocupar em determinadas safras a condição de município de maior produção no país. Atualmente, segundo dados do IBGE, a produção vem decrescendo ano a ano, tanto que nem é capaz de suprir a demanda local por este produto. (BECKER, 2010, p.53)

Localizado a uma latitude de 31°21'55" sul e a uma longitude 51°58'42", na Serra dos Tapes, compondo a Microrregião da Lagoa dos Patos, o município de São Lourenço do Sul possui, segundo o Censo demográfico de 2010, cerca de 43.111 habitantes, sendo que 24.237 pessoas residem na área urbana e 18.874 na área rural.

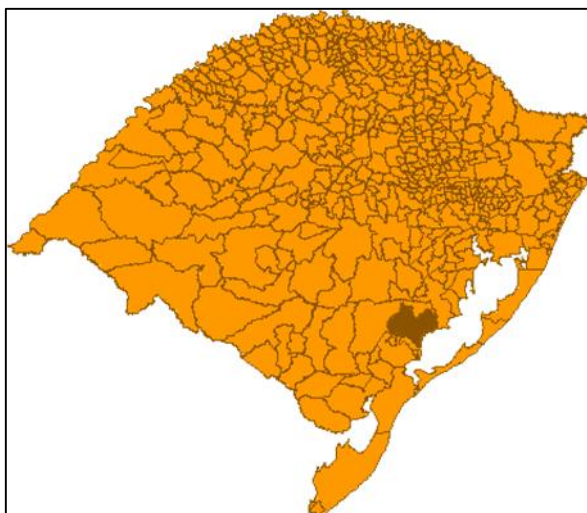


Figura 1 – Mapa do Rio Grande do Sul localizando o município de São Lourenço do Sul. Fonte: Federação de Economia e Estatística.

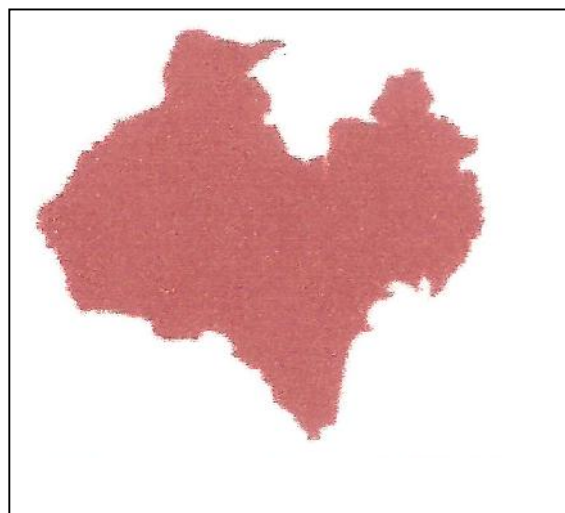


Figura 2- Mapa do município de São Lourenço do Sul
Fonte: Adaptado de KOVALSKI, 2011.

A economia é calcada no setor de serviços e na agropecuária. De acordo com o IBGE (2010), esses dois setores da economia lourenciana correspondem a respectivamente 319.286 reais e 137.064 reais adicionados ao PIB municipal.

Fazendo fronteira com os municípios de Turuçu (ao sul), Canguçu (à oeste) e Cristal (ao norte); ocupa uma área de 2.036,13 km² onde estão localizados, conforme dados do Censo Agropecuário, 4.327 estabelecimentos agropecuários. Desses, 3.814 são propriedades agrícolas familiares e 513 são propriedades não-familiares. Então, a agricultura familiar corresponde, em São Lourenço do Sul, a 88,14%, do total de estabelecimentos ao passo que os estabelecimentos não-familiares correspondem a 11,86% do total (conforme as determinações da Lei 11.326/06). Outro dado que se

destaca na conformação política-espacial lourenciana é área ocupada pelas propriedades agrícolas familiares e não familiares. As primeiras ocupam uma área de 77.118 hectares (45% do total), enquanto que as propriedades agrícolas não-familiares ocupam uma área de 94.214 hectares (55% do total). Novamente sobressai-se a importância da agricultura familiar para o município de São Lourenço do Sul, a qual mesmo ocupando uma área muito menor consegue assegurar seu sustento e ter expressiva participação na composição dos alimentos consumidos e, portanto, da economia local.

2.4 O Programa Nacional de Alimentação Escolar e seus desafios

Com vocação agrícola desde a sua formação o município de São Lourenço do Sul, como dissemos anteriormente, já foi o maior produtor de batata e de outros produtos hortigranjeiros da região sul do estado. Porém, as dificuldades enfrentadas, principalmente na esfera da comercialização destes artigos, determinaram, em boa medida, o abandono desta cultura, em detrimento de outros cultivos principalmente a produção fumageira. A lavoura de fumo passou a representar, para muitos produtores, a principal (quando não a única) solução para uma das maiores preocupações: a garantia de compra da produção. Além disso, outros incentivos como o valor pago pelo fumo, o acompanhamento técnico da empresa fumageira, o acesso a inovações e a possibilidade de ocupar a mão-de-obra familiar ao longo do ano agrícola fizeram com que o fumo se convertesse na principal cultura produzida em São Lourenço do Sul.

Marcadamente, a produção fumageira representou, num curto espaço de tempo, uma alternativa econômica viável e bastante rentável para estes agricultores familiares. Todavia, o aumento da produção de fumo implicou, dentre outros fatores, na diminuição da produção de alimentos - principalmente no tangente à produção para o autoconsumo. Os alimentos antes produzidos nas unidades agrícolas familiares, que supriam as necessidades alimentares e nutricionais das famílias no meio rural, passaram a serem comprados junto aos mercados e/ou outros produtores. Comprar verduras, legumes e derivados de leite e carne tornou-se atividade corriqueira no meio rural. A pesquisa de SACCO DOS ANJOS, CALDAS e HIRAI (2009), alude alguns depoimentos que são muito eloquentes:

Em nenhuma outra atividade agrícola o grau de implicações da mercantilização da agricultura é tão intenso quanto no caso do fumo, se temos em mente o fato de que muitas famílias estão deixando de produzir para o autoconsumo em face escassez de tempo e de mão-de-obra:

É muita ocupação [...] O fumo não deixa a gente cuidar de mais nada, é uma dedicação total, tem gente, como o meu sogro, que é 24 horas, porque ele cuida o fogo durante a noite da estufa... A gente não tá trabalhando 14 ou 15 horas por dia, a gente tá trabalhando 24 horas, tem pouco tempo pra descansar. (SACCO DOS ANJOS, CALDAS e HIRAI, 2009, p.12;grifos no original)

Embora ainda predominem as lavouras de fumo em São Lourenço do Sul, há uma grande propensão para que este cenário seja alterado. A produção de alimentos tem sido incentivada, formal e enfaticamente, a partir do advento de políticas públicas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Ambas as políticas têm buscado incidir no âmbito de uma das maiores preocupações dos produtores: a comercialização da produção agrícola familiar. Durante visitas recentes que fizemos às propriedades agrícolas familiares do município em questão, um dos agricultores familiares chegou a mencionar que havia perdido toda a produção de batatinhas em razão de não ter conseguido vendê-la. O produto não tem valor como enfaticamente relatam.

Para além de constituir-se como canal de comercialização dos produtos da agricultura familiar via mercado institucional, o PNAE, através da Lei 11.947/09, propõe ações de incentivo à produção agrícola familiar local e de (re)educação alimentar e nutricional.

Antes de adentrarmos no debate acerca da importância da produção e da comercialização de alimentos em nível local, é preciso – ainda que brevemente – fazermos um recorrido histórico sobre o surgimento e desenvolvimento do PNAE, sendo possível, a partir disso, compreender a dinâmica de funcionamento do programa e identificar os objetivos dessa política pública.

As primeiras discussões sobre segurança alimentar no Brasil remontam à década de 1930 quando nutricionistas são capacitados para combater a desnutrição na zona rural nordestina (OTSUKI, 2011). No ano de 1955 é realizada uma campanha pela alimentação escolar, sendo então integrada ao Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONAN I).

Em 1960, em virtude de uma seca que assolava o nordeste brasileiro, o Ministério da Saúde, em conjunto com o UNICEF (The United Nations Children's Fund), enviou leite em pó para as pré-escolas em colaboração com o PRONAN. No

norte do país, onde o PRONAN não chegara, os nutricionistas começaram a disseminar a multimistura – alimento rico em nutrientes e elaborado a partir de frutos, folhas e sementes comestíveis secas, grãos moídos, dentre outros ingredientes que, ao serem agregados, compunham este alimento (OTSUKI, 2011). Posteriormente, a Pastoral da Criança adotaria a multimistura como uma alternativa viável e efetiva de redução da desnutrição infantil.

No ano de 1976 é lançado, pelo Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição, o PRONAN II. Segundo KeiOtsuki (2011) o PRONAN II era altamente centralizado. Com isto, parte da comida enviada às escolas estragava antes mesmo de chegar ao destino final, principalmente nas escolas do interior. Então, a medida adotada para evitar esse desperdício foi a adoção de uma alimentação formulada com base em alimentos não-perecíveis. Além disso, nas regiões mais distantes a alimentação ofertada nas escolas não era regular, o que impulsionava – dentre outros fatores – a baixa frequência escolar (OTSUKI, 2011).

Em 1979 o PRONAN é renomeado para Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Inicialmente, o PNAE foi implementado pela Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), a qual foi criada em 1981, como parte do Ministério da Educação (OTSUKI, 2011). Em 1988 a nova Constituição reavivou o processo de descentralização da gestão do programa, a qual, paradoxalmente, permaneceu centralizada até 1993.

De acordo com KeiOtsuki (2011), em 1995 o governo federal, sob o comando do presidente Fernando Henrique Cardoso, retomou o processo de descentralização das políticas públicas e incentivou a privatização de alguns serviços públicos. Otsuki destaca, no texto intitulado *“Sustainable partnerships for a greeneconomy: A case study of public procurement for home-grown school feeding”*, a privatização destas políticas como um acontecimento benéfico para a sociedade e o Estado. Porém, não discute com profundidade a dimensão deste evento para a população brasileira e, mais ainda, quais foram as motivações que encaminharam tal processo.

Cabe-nos fazer neste momento uma ressalva quanto ao enaltecimento de ações de privatização, sem contextualizar que este processo provém da instauração de um regime político neoliberal, o qual tem como uma de suas premissas fundamentais o deslocamento da responsabilidade do Estado para a sociedade civil. Neste sistema o Estado abdica de sua função de gestor e imputa ao setor privado esta

tarefa. O propósito do sistema Neoliberal era combater o keynesianismo sob a argumentação de que “o igualitarismo promovido pelo Estado de bem-estar, destruía a liberdade dos cidadãos e a vitalidade da concorrência, da qual dependia a prosperidade de todos.” (BORÓN, 1995, p. 10). A privatização, embora tenha sido um recurso muito utilizado em meados dos anos 1990, não pode ser tomado como caminho para a solução de problemas sociais. A presença do Estado como figura central na redução das desigualdades de oportunidades econômicas e sociais e na promoção do acesso aos mercados (como no caso do PNAE) precisa, no nosso entendimento, ser preservadas ao máximo.

Atendendo às demandas da agricultura familiar, o governo federal, através do PNAE, orienta sua atuação na criação de um mercado institucional⁹ que estimula a produção de alimentos e o atendimento às necessidades alimentares e nutricionais dos educandos. Em 16 de junho de 2009, o governo federal promulga a Lei 11.947, a qual determina que no mínimo 30% dos alimentos oferecidos na merenda escolar seja produzido por agricultores familiares. Esta Lei soma-se ao PNAE e amplia as bases do programa para além de suprir as necessidades nutricionais e alimentares dos educandos, abrangendo questões relacionadas ao reconhecimento da agricultura familiar local e à importância do setor primário para o desenvolvimento da sociedade. Segundo o Art. 4º da Lei 11.947/09,

O Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE tem por objetivo contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo. (LEI 11.947/09 p. 1)

Associado a este objetivo principal, a Lei 11.947/09 reúne, em suas diretrizes, outros objetivos a serem preconizados pelo PNAE. Salientamos que tais diretrizes ampliam o escopo dessa política pública, dando especial atenção à participação dos agricultores familiares no concernente à qualidade da alimentação ofertada e ao desenvolvimento sustentável e local. Nesse sentido, estabelece:

⁹A discussão sobre os mercados institucionais será tema do próximo subcapítulo.

I - o emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a sua faixa etária e seu estado de saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica;

II - a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem, que perpassa pelo currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional;

III - a universalidade do atendimento aos alunos matriculados na rede pública de educação básica;

IV - a participação da comunidade no controle social, no acompanhamento das ações realizadas pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios para garantir a oferta da alimentação escolar saudável e adequada;

V - o apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais, priorizando as comunidades tradicionais indígenas e de remanescentes de quilombos;

VI - o direito à alimentação escolar, visando a garantir segurança alimentar e nutricional dos alunos, com acesso de forma igualitária, respeitando as diferenças biológicas entre idades e condições de saúde dos alunos que necessitem de atenção específica e aqueles que se encontram em vulnerabilidade social (LEI 11.947/09 p. 1).

A Lei 11.947/09 evidencia, assim, a importância do caráter local dos produtos adquiridos para a alimentação escolar. Na outra ponta do processo de compra dos alimentos da agricultura familiar para a merenda escolar encontram-se os gestores municipais e estaduais dessa política pública. Sobre a gestão da merenda escolar, OTSUKI (2011) menciona cinco modalidades possíveis de parcerias para a implementação do PNAE.

- Município orientado – o governo municipal repassa as escolas municipais e estaduais do território municipal suas decisões referentes a execução do PNAE;
- Estado orientado – A Secretaria de Educação do Estado representa o poder executivo e passa a sua decisão às escolas do território estadual;
- Escola orientada - Cada escola recebe e administra sua própria porção de orçamento;
- "Mista" - Apresenta a coexistência de alguns desses mecanismos de coordenação em um município;
- Comissionamento de empresas privadas por parte dos governos locais para a realização da operação de alimentação escolar;

Em São Lourenço do Sul predomina a modalidade denominada “Mistura”, na medida em que coexistem mais de uma modalidade. Nesse município, as escolas da rede municipal de educação são atendidas pela Secretaria Municipal de Educação. Nesse caso, essa seção municipal é a responsável pela elaboração dos cardápios, compra dos alimentos e pela sua distribuição, o que caracteriza a modalidade “Município Orientado”. Já nas escolas estaduais é preconizada uma relação mais próxima entre a escola e o agricultor, pois nessas instituições escolares cada unidade possui a gerência da compra dos alimentos, aproximando-se da modalidade “Escola orientada”. Portanto, configura-se no município de São Lourenço do Sul a coexistência de duas modalidades de gerenciamento de parcerias no PNAE, por conseguinte, podemos dizer que em âmbito municipal temos a modalidade “Mista”.

Embora existam avanços consideráveis na implementação de políticas públicas como a que estamos abordando, a descentralização e a participação e controle social qualificam as ações propostas nas políticas públicas. No entanto, a participação social na construção e avaliação de políticas públicas é um processo ainda em fase de expansão. Em detrimento dessa participação débil, políticas públicas - como a que ora analisamos - são acolhidas pelos gestores somente como uma exigência formal e burocrática a ser cumprida.

No concernente à verticalização desta política pública, a maior preocupação localiza-se no caráter impositivo, pois a participação social resume-se, na maioria dos casos, às questões de caráter prático. O incentivo ao debate e à participação referidos nos termos da Lei 11.947/09, ficaram, segundo informações coletadas¹⁰, muito aquém daquilo que se defende como política pública concebida através da construção coletiva e que preconiza o exercício pleno da democracia. Contudo, é necessário citar que esta política pública prevê a formação de um CAE – Conselho de Alimentação Escolar – ao qual compete:

¹⁰Sobre a participação das instituições na implementação e gerenciamento do PNAE observar o subitem 4.1.

I – acompanhar e fiscalizar o cumprimento das diretrizes estabelecidas na forma do art. 2º desta Lei;
 II – acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos destinados à alimentação escolar;
 III – zelar pela qualidade dos alimentos, em especial quanto às condições higiênicas, bem como a aceitabilidade dos cardápios oferecidos;
 IV – receber o relatório anual de gestão do PNAE e emitir parecer conclusivo a respeito aprovando ou reprovando a execução do Programa.
 Parágrafo Único. Os CAEs poderão desenvolver suas atribuições em regime de cooperação com os Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional estaduais e municipais e demais conselhos afins, e deverão observar as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA. (LEI 11.947/09 p. 5)

Ainda sobre o CAE, é extremamente oportuno atentar para a composição deste:

Art. 18 Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, no âmbito de suas respectivas jurisdições administrativas, Conselhos de Alimentação Escolar – CAE, órgãos colegiados de caráter fiscalizador, permanente, de liberativo e de assessoramento, composto da seguinte forma:
 I – 1 (um) representante indicado pelo Poder Executivo do respectivo ente federado;
 II – 2 (dois) representantes das entidades de trabalhadores da educação e de discentes, indicados pelo respectivo órgão de representação, a serem escolhidos por meio de assembleia específica;
 III – 2 (dois) representantes de pais de alunos, indicados pelos Conselhos Escolares, Associações de Pais e Mestres ou entidades similares, escolhidos por meio de assembleia específica;
 IV – 2 (dois) representantes indicados por entidades civis organizadas, escolhidos em assembleia específica. (LEI 11.947/09 p. 5)

Pondera-se que, segundo o texto da Lei 11.947/09, aos entes federados confere-se o dever de definição e permanência das atividades do CAE estadual/municipal, tendo em vista que esta entidade incumbe-se de representar e informar a todas as unidades escolares sob sua competência. No caso do CAE estadual, apenas um grupo de representantes indicados em assembleias é responsável pela fiscalização da merenda nas escolas públicas estaduais de todo o Rio Grande do Sul. Da mesma maneira, a indicação e, por conseguinte, a participação dos representantes no CAE volta-se como questão central deste trabalho, pois é inexorável debatermos o quanto as relações de poder determinam o nível de participação e protagonismo dos agentes sociais.

Registramos também que, o CAE estadual reúne-se no município de Porto Alegre, distante 205 Km de São Lourenço do Sul. Este pode ser considerado outro fator limitante, pois se houverem participantes de outros municípios, esses terão que deslocar-se até a capital do estado. Neste sentido, as relações de poder mantêm-se intactas, dada a dificuldade de novos participantes ingressarem no CAE e/ou

permanecerem indo as reuniões. Destacamos que a existência e proximidade do CAE possibilita aproximar os representantes de diferentes seguimentos para discutir temas pertinentes a realidade da alimentação escolar, entre outros.

A escola é um espaço privilegiado, no qual pode ser suscitado o debate em torno da importância da agricultura familiar brasileira e da participação dessa categoria social na constituição da sociedade como um todo. A constituição de espaços formais, e informais, que incentivem a discussão em torno dessa política pública podem proporcionar a reflexão acerca do envolvimento dos agricultores familiares e da comunidade escolar em torno de um ponto comum: o desenvolvimento local, a inclusão econômica e a (re)educação alimentar e nutricional. Não menos importante são os aspectos ligados ao tema da sustentabilidade, da agroecologia e da importância de aliar a segurança alimentar com a preservação da natureza como foco da práxis educadora.

2.4.1 Mercados Institucionais e o papel das instituições

Diante da conjuntura socioeconômica apresentada anteriormente, evidencia-se a importância da constituição e consolidação de políticas públicas atinentes à produção de alimentos em âmbito local e ao reconhecimento do papel social dos agricultores familiares. Entrementes, o Mercado Institucional assume uma posição significativa diante da necessidade de atender as demandas sociais e de impulsionar a produção de alimentos.

Partilhamos do conceito de Mercado Institucional elaborado por MACIEL (2008), o qual aponta como sendo,

[...] aquele que envolve as três esferas governamentais (municipal, estadual e federal) em todas as suas operações de compra de alimentos, sejam elas de caráter contínuo - como aquisições para creches, escolas, sistema carcerário, forças armadas e hospitais – quanto as aquisições de caráter esporádico – como aquelas que ocorrem para atender a população em casos de calamidade pública ou as referentes às políticas de Estado ou programas de governo (MACIEL, 2008, p.17).

Em nosso estudo, a compra de alimentos assume um caráter contínuo, na medida em que, a partir da Lei 11.947/09, a aquisição de alimentos da agricultura familiar para a merenda escolar torna-se obrigatória. O processo de intervenção do Estado, nessa esfera, desvia-se, em grau de medida, daquele assumido nos anos 1990 - quando o governo brasileiro fez uma clara opção pelas políticas de cunho

neoliberal, deixando, ao sabor dos mercados, a tarefa de atender a muitas demandas dos agentes sociais.

O período inaugurado nos anos 2000 recoloca em cena a imprescindibilidade de um Estado atuante, o qual não apenas delegue ao mercado a responsabilidade de determinar os rumos da sociedade, pautando-se para tanto na economia, mas, que também assuma uma posição crítica, coerente e compatível com as funções formais. Contudo, a participação social e o acesso aos Mercados Institucionais enfrentam alguns impasses, principalmente no que tange à burocracia. Segundo MACIEL (2008):

[...] como são poucos os atores que participam desse mercado, há uma tendência de formação de oligopólios (as poucas empresas que, a princípio, poderiam competir entre si, acabam “combinando” para decidir quem vencerá os leilões, licitações, pregões, etc.). Interessante notar que é justamente a preocupação excessiva com a documentação formal que acaba por gerar barreiras à entrada de novos competidores (MACIEL, 2008, p.18).

Acentuamos que, mais recentemente, foi acrescentada às modalidades de acesso ao PNAE, a Chamada Pública. Essa modalidade simplifica o processo de participação, porém não exime os agricultores de estarem organizados em grupos (formais ou informais) e de precisarem elaborar um projeto de venda, o qual deve ser encaminhado à Entidade Executora. No último capítulo desta dissertação nos ateremos, concretamente, às questões pertinentes à formalização da participação e à organização dos agricultores familiares lourencianos que atuam como fornecedores de alimentos para a merenda escolar.

Entretanto, cabe-nos ressaltar aqui, que tal exigência (de os agricultores familiares estarem organizados em grupos – formais ou informais) induz, neste processo, a uma organização social forjada aos moldes exigidos em lei. Ou seja, se antes a necessidade de formação e organização da sociedade civil, em grupos articulados, resultava de demandas espontâneas, de críticas e de debates em torno da questão social, agora ela assume um caráter regulado e orientado de acordo com as determinações legais do Estado. Sendo assim, o aumento do número de organizações de agricultores familiares deve ser analisado levando-se em consideração que, o produtor familiar, para comercializar sua produção no Mercado Institucional, necessita estar vinculado a esses grupos. O quadro a seguir, possibilita-nos visualizar a documentação exigida para a participação no PNAE.

Quadro 1. Documentação exigida para habilitação de fornecedores de alimentos para o PNAE

Grupos Informais	Grupos Formais
✓ DAP¹¹ ✓ CPF ✓ Projeto de Venda	✓ DAP Jurídica ✓ CNPJ ✓ Cópia das certidões negativas junto ao INSS, FGTS, Receita Federal e Dívidas Ativas da União ✓ Cópia do Estatuto ✓ Projeto de Venda

Fonte: Passo-a-passo para compra e venda da Agricultura Familiar para a Alimentação Escolar. MDA.

São considerados Grupos Formais as Cooperativas e Associações com DAP jurídica e, Grupos Informais os agricultores familiares com DAP física. No concernente aos Grupos Informais é exigida ainda a participação de uma Entidade Articuladora, a qual pode ser a SIBRATER¹², STR¹³, o SINTRAF¹⁴ ou entidades credenciadas pelo MDA¹⁵ para a emissão de DAP. Ao estudar o Mercado Institucional, Lucas Maciel (2008) afirma:

[...] o MIA [Mercado Institucional] pode ser caracterizado como um mercado monopólio pelo viés do comprador (o governo é o único agente econômico do lado da compra). Não fossem as barreiras burocráticas de acesso ao Mercado Institucional, seria possível admitir que, pelo viés dos fornecedores, o MIA fosse classificado como “concorrente perfeito” – qualquer firma ou agente poderia acessá-lo se assim julgasse vantajoso -. (MACIEL, 2008, p.18; aspas no original)

O autor abarca uma questão de extrema relevância para o estudo ora realizado, a possibilidade de participação social e acesso às políticas públicas brasileiras. Novamente, evidenciam-se a dificuldade burocrática do processo de comercialização de alimentos no Mercado Institucional. Nesse aspecto, os agricultores familiares são compelidos a formarem grupos, os quais têm por objetivo final a comercialização da produção. Multiplicam-se assim, o número de organizações sociais (grupos,

¹¹DAP – Declaração de Aptidão é utilizada como instrumento de identificação do agricultor familiar para acessar políticas públicas, sobretudo no caso do aludido PRONAF.

¹² Sistema brasileiro descentralizado de assistência técnica e extensão rural.

¹³ Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

¹⁴ Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar.

¹⁵ Ministério do Desenvolvimento Agrário

associações e cooperativas) instauradas a partir da solicitação do Estado e da necessidade de regulamentação de uma atividade. São organizações que estão majoritariamente centradas em ações específicas e pontuais. As questões de cunho político, cuja participação é essencial para o pleno exercício da democracia e desenvolvimento social, são trabalhadas com menor ênfase. Amartya Sen ao discorrer sobre a preeminência das liberdades políticas e da democracia discorre:

As relações não são apenas instrumentais (as liberdades políticas podem ter o papel fundamental de fornecer incentivos e informações na solução de necessidades econômicas acentuadas), mas também construtivas. Nossa conceituação de necessidades econômicas depende crucialmente de discussões e debates públicos abertos, cuja garantia requer que se faça questão da liberdade política e de direitos civis básicos. (SEN, 2010, p. 195)

SEN (2010) deflagra a participação política como ação que transcende o caráter instrumental, evidenciando a ênfase sobre a importância de outros arranjos sociais, econômicos, políticos, etc. Nesse sentido, a participação nas instituições é considerada basilar, uma vez que SEN (2010) afirma que:

Os indivíduos vivem e atuam em um mundo de instituições. Nossas oportunidades e perspectivas dependem crucialmente das instituições que existem e do modo como elas funcionam. Não só as instituições contribuem para nossas liberdades, como também seus papéis podem ser sensivelmente avaliados à luz de suas contribuições para nossa liberdade. Ver o desenvolvimento como liberdade nos dá uma perspectiva na qual a avaliação institucional pode ocorrer sistematicamente (SEN, 2010, p. 188).

Destarte, Amartya Sen (2010) acentua a necessidade de os indivíduos assumirem uma postura mais ativa, compatível com a condição de agente, abdicando da inércia e da condição de paciente. Logo, as instituições são espaços por excelência de fomento de discussões e construção de novos padrões de organização. Esta condição de agente deve, porém, ser analisada com maior cautela, considerando os limites e potencialidades de uma atuação mais incisiva. Posto isso, no capítulo seguinte analisaremos os dados coletados, abordando principalmente as relações de poder, a partir da teoria bourdiesiana, estabelecidas entre os diferentes agentes envolvidos no processo de compra de alimentos para a merenda escolar no município de São Lourenço do Sul.

Capítulo 3. A dinâmica do PNAE em São Lourenço do Sul como expressão de um campo

Este capítulo ocupa-se em analisar e discutir os dados coletados durante o trabalho de campo. Sendo assim, buscamos compreender a dinâmica do PNAE e as relações estabelecidas entre os agentes sociais, a partir de dezesseis (16) entrevistas realizadas com os agentes, envolvidos direta ou indiretamente, com esta política pública no município de São Lourenço do Sul. Dentre os entrevistados estão:

- Prefeito do município (2009-2012);
- Representante da Fetraf-Sul e vereador em São Lourenço do Sul;
- Representante do Sintraf;
- Presidente da COOPAR;
- Responsável da COOPAR pelo planejamento da produção e comercialização dos alimentos para o PNAE;
- Presidente da Cresol;
- Extensionista rural da EMATER;
- Extensionista rural do CAPA;
- Agricultores familiares (2);
- Secretária da Educação do município;
- Secretário do Desenvolvimento rural do município;
- Nutricionista da secretaria de educação do município (2);
- Diretora de escola municipal;
- Diretora de escola estadual;

Optamos por entrevistar prioritariamente representantes de organizações da agricultura familiar, uma vez que esses expressam e *representam* os interesses da categoria, além disso, através da fala desses agentes poderemos compreender os mecanismos mobilizados pelos agentes sociais que assumiram a posição de representação. Referimo-nos, mais precisamente, ao(s)capital(is) exigidos para que a atuação do sujeito seja legitimada pelo coletivo por ele representado, em função da sua posição no campo.

Então, neste primeiro momento nos deteremos no exame dos recursos (considerados pelos entrevistados) necessários para representar uma categoria e

defender seus respectivos interesses e demandas, observando a trajetória de vida pública/profissional de cada um dos entrevistados.

Além disso, investigamos a percepção dos entrevistados *em relação ao poder* expresso por outros agentes sociais, grupos e/ou entidades representativas, instituições estatais, e por ele mesmo, considerando que o PNAE e a Lei 11.947/09 propõem uma participação democrática e socialmente construída. Atentaremos ainda, e prioritariamente, para as relações de poder estabelecidas entre os agentes envolvidos direta e/ou indiretamente com esta política pública. Verificando não somente as relações entre as lideranças/representantes e as organizações/instituições as quais pertencem, mas inclusive nos deteremos nas relações entre estes atores atentando uma possível disparidade de interesses manifestos, mesmo entre aqueles representantes de uma mesma categoria social, neste caso, a agricultura familiar.

Assim, nos ocuparemos em entender de que maneira esses entrevistados concebem o PNAE e a Lei 11.947/09, as decisões tomadas pela organização/instituição a qual representam, e, principalmente, como tais decisões encontram, ou não, ressonância na sociedade.

Destacamos a continuação, o entendimento de setores públicos, como por exemplo, escolas e secretarias municipais, manifesto durante as entrevistas, acerca da relevância do papel social dos agricultores familiares e da participação desta categoria no processo educativo. Nesse momento, ponderaremos a adequabilidade das chamadas públicas em relação à sazonalidade da produção agrícola local e a capacidade de armazenamento dos produtos agrícolas. Questões como a disponibilidade da produção em relação às solicitações das escolas e da secretaria municipal de educação podem revelar o descompasso desta política, uma vez que ela preconiza a participação pública e privilegia o desenvolvimento local.

Logo, este capítulo incumbe-se da análise e discussão dos dados, considerando os elementos teóricos destacados anteriormente nesta dissertação. Isto posto, passemos de imediato a tal tarefa.

3.1 A constituição de liderança: os capitais dispensados pelo agente e exigidos pela organização/instituição

Conforme apontamos anteriormente, neste capítulo serão examinadas as trajetórias de vida das lideranças/representantes dos diferentes segmentos envolvidos no PNAE, e aos capitais manifestados implicitamente, e por nós identificados, durante as entrevistas. Observamos durante as entrevistas dois capitais que preponderaram: capital social e capital cultural, sendo que, invariavelmente, um ou o outro, estava presente na fala do entrevistado.

Eu, desde 2005, estou coordenando a Fetraf na região. Quando me tiraram da lavoura para ajudar os companheiros aqui, que estavam montando, tinham um processo de construção do sindicato, que hoje é o Sintraf-Sul. Conseguimos fazer que isto se virasse uma realidade! Temos hoje é o Sintraf-Sul atuando em toda região, em torno de dez municípios. Da trajetória aqui no Sintraf, na Fetraf-Sul, é onde que dá bastante orgulho de sair da roça, sem formação alguma, e cada dia aprendendo algo, novo, né? Buscando as informações, tentando saber de que forma a gente pode fazer... (E1).

A fala de E1, que é vereador no município e representante de sindicato, aponta para um tipo específico de capital social construído a partir da vivência no movimento sindical. Quando o entrevistado menciona o convite recebido pelos “companheiros” para participar da construção do sindicato, faz questão de destacar que não tinha “formação alguma”, mas que através do aprendizado diário pode colaborar naquele processo e vir a tornar-se uma liderança da agricultura familiar no município. Além disso, E1 faz questão de dizer que saiu da “roça” para tornar-se uma liderança municipal.

Ao questionarmos E2, presidente da cooperativa de crédito, em entrevista realizada em São Lourenço do Sul em agosto de 2012), sobre o que é preciso para tornar-se uma liderança cooperativista, ele respondeu:

Vontade, para começar. E ah, acho que precisa muito ter um espírito de trabalho em comunidade. Por que, se tu olhar, sempre o lado pessoal em primeiro lugar, talvez vá abrir um negócio particular, vai ser empresário, vai trabalhar para si. Mas se, se a intenção for não, não querer ficar rico, mas, sim olhar a comunidade, as pessoas que estão na tua volta, querem. Alguma coisa melhor para aquele lugar onde tu estás já é um bom começo para se tornar uma liderança. Que aí tu vai começar a te preocupar, vai começar a participar dos debates, dos espaços, né? E aí sim tu já automaticamente vai tá começando a fazer, mesmo sem saber...(E2).

A fala de E2 destaca a importância de desenvolver um trabalho voltado para o bem coletivo. A constituição de uma liderança passa por um processo natural, o qual ocorre em detrimento do envolvimento do agente com as questões que tocam uma categoria específica. Pensar na comunidade e procurar manter uma rede de relações duráveis, na qual os agentes se conhecem e reconhecem como pertencentes a um grupo, que tem objetivos em comum, são essenciais para a organização social e manutenção do grupo.

A presença do capital social para que o grupo tenha coesão e consiga fazer emergir suas demandas e reivindicações, é fundamental. Nesse sentido, as lideranças surgidas destas organizações necessitam deter, para além do capital social, também capital cultural, que seja reconhecido pelo grupo e com isso, o líder tenha poder para falar no grupo e pelo grupo.

No tocante ao capital cultural, sublinhamos que, na maioria dos casos no município estudado o capital cultural apresenta-se sob a forma *incorporada*, ou seja, o agente compreende as “regras do jogo” e de posse do capital que lhe pertence – o qual invariavelmente ele não o reconhece enquanto tal - começa a agir no campo. Ambos entrevistados supramencionados não tem formação acadêmica, porém a participação e o reconhecimento dos demais agentes envolvidos na organização social, cooperativista ou sindical, legitimaram, e ainda legitimam, a ação desses sujeitos, que na atualidade são referências de liderança no município estudado. Conforme já salientamos no subcapítulo 1.6.1, esta relação entre o capital cultural incorporado e o habitus é extremamente próxima, a ponto de Pierre Bourdieu (1990) afirmar que é um “*ter*” que se tornou “*ser*”. A vivência, a experiência são medulares no processo de construção do capital cultural incorporado e, por conseguinte, de constituição do poder simbólico. Este último será melhor tratado no subcapítulo seguinte, porém faz-se necessário citá-lo neste momento para indicar ao leitor as relações que estamos fazendo com o intuito de compreender nosso objeto de estudo.

O caso de E3, representante de sindicato, diferencia-se dos anteriores, pois foi sua formação acadêmica que o conduziu a participar do sindicato do qual hoje é liderança. Ao ser indagado sobre o que é preciso para tornar-se uma liderança sindical, este respondeu:

É tem que ter um envolvimento. É acho que pra mim, pra mim, vamos dizer, foi ter começado uma formação [acadêmica]. Na formação, além da questão social, sindical, a gente trabalhou todo um contexto, tudo o que que era o cooperativismo, o que é um... qual o papel político e social que tu tem na sociedade, qual o papel do sindicato, qual o papel da associação e aí o papel da organização dos agricultores do interior do município, não só dentro do sindicato. É, acho que tentar entender que tu tem que ter um representante em todos os espaços. Quando se organiza tem que tenta ter seus representantes em todos os espaços, seja no sindicato, seja na política, seja na cooperativa... (E3).

Embora seja filho de agricultores, E3 expressou que foi a formação oferecida pelo sindicato que o fez compreender a importância da organização social. Foi a participação em um curso de formação para jovens que lhe proporcionou esse contato e entendimento acerca do liame entre uma categoria social e a sua organização política. A participação política, a qual nos referimos, não está relacionada apenas à filiação partidária, mas também, e principalmente, ao reconhecimento de seu papel social e à garantia do exercício da cidadania. O caso dessa liderança/representante é interessante, pois se trata de um agente que se tornou liderança primeiramente através de uma formação técnica, mas que no seguimento, recebeu o respaldo de outras lideranças que atuavam há mais tempo na organização sindical. Conquanto sua liderança não tenha sido constituída apenas a partir de seu capital cultural, mas fundamentalmente por meio do poder simbólico de outras lideranças conhecidas e reconhecidas dos agricultores familiares, este agente tem desempenhado, atualmente, sua função com o respaldo da maioria dos agricultores sindicalizados no Sintraf.

O mesmo ocorre com E4, presidente da COOPAR, outro exemplo de liderança indicada por agentes vinculados à cooperativa com maior capital cultural e simbólico. Apesar de E4 ser agricultor familiar e participar da cooperativa há muitos anos, sua trajetória nesta organização associada ao apoio recebido dos agentes (melhor capitalizados), que permitiram E4 tornar-se um líder-representante cooperativista.

O caso de E8 diferencia-se dos anteriores, na medida em que possui uma formação acadêmica, (inclusive pós-graduação), ou seja, capital cultural institucionalizado, o qual é reconhecido pelos demais agentes, o que lhe confere maior poder dentro do campo em que atua. A postura deste agente dentro do campo e a trajetória de vida pública trouxeram-lhe reconhecimento e prestígio, os quais contribuíram para que E8 tivesse êxito em sua candidatura à prefeitura de São

Lourenço do Sul. O reconhecimento da comunidade advém, segundo podemos observar principalmente, de seu trabalho junto às cooperativas do município.

Trata-se de lideranças validadas pelos capitais cultural e/ou social, por elas retidas. Sendo assim, o capital social é o mais recorrente e também, o mais legitimado nesse tipo de organização social. Ainda que o capital cultural obtido com títulos escolares seja reconhecido, o peso deste no processo de ratificação da ação e reconhecimento da condição de liderança é diminuído face a importância atribuída à trajetória de vida, e portanto à experiência, nas organizações da agricultura familiar.

Ao discorrer sobre os recursos movimentados pelas organizações da agricultura familiar Kovalski (2011) afirma, “[...] recursos sociais, como a mobilização de extensas redes de relações e recursos culturais como uma titulação de nível superior, são valorizados pelas organizações da agricultura familiar, como forma de expandir sua atuação” (p. 83). No tocante ao capital social, não há dúvidas de que este é um recurso valorizado e presente nas organizações analisadas. No que diz respeito ao capital cultural, acreditamos que, no seio das organizações da agricultura familiar, o capital cultural incorporado é mais valorizado do que o capital cultural institucionalizado. O discurso do agente e a disponibilidade de manifestar-se em público são ativos extremamente valorizados e considerados no contexto da agricultura familiar quando na escolha de seus representantes. As lideranças dessa categoria são, em vista disso, escolhidas por terem tais “atributos”, e não, pela sua formação acadêmica. E1 é exemplo disto.

Não obstante, esta situação altera-se quando a relação é estabelecida entre as organizações da agricultura familiar e outras instâncias da sociedade civil e estatal. Nesse âmbito, o reconhecimento do capital cultural institucionalizado é maior do que aquele atribuído ao capital cultural incorporado.

Logo, não podemos generalizar as formas de capital acionadas nessas relações sociais. É preciso antes analisar o âmago da questão, considerando as diversas facetas dos processos que se estabelecem entre os agentes, dependendo do espaço social em que estão inseridos e das regras do jogo jogado nesse campo.

3.2 Relações de poder e poder simbólico nas organizações da agricultura familiar

Partimos da premissa edificada anteriormente, a qual estabelece a necessidade de averiguar as particularidades das ações, considerando o campo onde estas se dão e os capitais específicos dispendidos como ativos primordiais para a atuação do agente.

Conforme ressaltamos, o capital cultural e o capital social estão presentes, em maior ou menor medida, nas relações estabelecidas entre os agentes que atuam nas organizações da agricultura familiar. Deste modo, a ação dos sujeitos no campo, está subordinada à quantidade de capital individual e ao poder que os demais agentes consentem a alguns indivíduos. O poder simbólico é assim assentido pelos sujeitos inseridos no campo a um agente, o qual atua de acordo com o seu capital acumulado e o poder que lhe é dado. Este poder existe mesmo em situações em que os agentes não o percebem, mas o autenticam.

As lideranças assumem, nessa perspectiva, uma função que vai para além da representação de uma categoria nos espaços político e social. Em detrimento do poder simbólico que lhes é dado, esses agentes tornam-se formadores de opinião e, por vezes, sentem-se responsáveis pelo funcionamento da organização e a necessidade do surgimento de novas lideranças. A fala de E1 evidencia esta preocupação:

[...] dentro do meio sindical está faltando lideranças. Nós estamos carente de lideranças para contribuir no meio sindical, né? A organização sindical dos nossos agricultores, mas lideranças que de fato possam contribuir. [...] Hoje tá faltando lideranças, né?(E1).

Durante a entrevista, E1 manifestou diversas vezes sua preocupação, com relação à imprescindibilidade de motivar o surgimento de novas lideranças nas organizações da agricultura familiar.

Por se tratar de uma entrevista semiestruturada, tínhamos a opção de lançar perguntas que não estavam previstas no roteiro. O excerto a seguir aponta um desses momentos, no qual podemos perguntar ao entrevistado, quais são os motivos que induzem a escassez de lideranças nas organizações da agricultura familiar

E1 - É isto. São as pessoas! As pessoas, entendeu? Se “criam” dentro dos sindicatos, vão para a política, se elegem vereador ou prefeito, e abandonam, entendeu, a discussão. Outros estão muitas vezes dentro dos sindicatos, uma cooperativa chama o cidadão para um trabalho mais de gestão ou algo dentro de uma cooperativa e, deu, né? Então, não sei de que forma buscar novas lideranças. Eu acho que a formação, ela é um princípio aí que tem que ser adotado, com muita rapidez. Nós tínhamos o Terra Solidária, o Consórcio da Juventude, que era um projeto do governo federal, que ali saiu grandes formadores de opinião, né? Então está faltando, está faltando, acho que formação entendeu, principalmente para as pessoas mais novas aí. A juventude no meio rural tá faltando, ter mais... que alguém, não sei de onde, mas que a gente possa buscar incentivo pra formação, para as... para organização, né? Para a gente se organizar de uma forma, ou de outra. Não sei como, mas tá faltando... (E1).

É notória a ansiedade pela formação de novas lideranças, bem como as críticas feitas por E1 quando este menciona o envolvimento dos sujeitos com cargos políticos, concomitantemente ao abandono da causa sindical. Embora E1 seja vereador e tenha sido reconduzido ao cargo no último pleito municipal (2012), ele alega que sempre esteve próximo ao sindicato e as causas da agricultura familiar, inclusive durante o mandato. Ao ser questionado sobre a sua atuação como vereador, a utilização do cargo para dar visibilidade às questões da agricultura familiar e lutar por esta categoria social, E1 foi enfático:

A Câmara de Vereadores hoje ela tem uma limitação muito grande... Se eu não concílio o mandato, com a organização, não se avança muito dentro da Câmara de Vereadores. Por que, primeiro qualquer tipo de projeto que tu queira fazer, não pode fazer por que... Até tu pode fazer um projeto, mas que ele não dê despesa para o prefeito. É... não posso criar um programa que dê... É inconstitucional, né? Então, Câmara de Vereadores ela é... Para quem não souber trabalhar ela, não vai muito longe. A Câmara de Vereadores para maioria... eu tenho assim, né, uma grande leva de colegas na Câmara que é o assistencialismo mais puro e mais barato, entendeu!? (...) É e então, eu tenho feito e tenho conciliado a Câmara de Vereadores com o movimento, né? É... São Lourenço do Sul é como município pequeno é tu não tem muito...você não tem muito, entendeu, o que dizer assim, não a Câmara de Vereadores, né? O que tu pode fazer na Câmara de Vereadores é provocar os assuntos, né (E1).

A fala de E1 desvela as dificuldades enfrentadas cotidianamente na gestão público municipal. Dentre essas, E1 comenta sobre as limitações impostas pelas regras de funcionamento do legislativo municipal e a escassez de verba pública para a execução de projetos.

Tanto para E1 - vereador e representante de sindicato, como para E3 – representante de sindicato, a função das organizações da agricultura familiar é, dentre outras, divulgar as demandas desta categoria social e debater temas relacionados à questão social e ao meio rural. Ambos entrevistados concordam que há pouco

interesse de participação da população e, mais especificamente dos agricultores familiares, nos eventos e espaços criados com o intuito promover a formação político-social.

No tocante à participação popular na câmara de vereadores de São Lourenço do Sul, E1 afirma que a adesão da população a tais iniciativas está estreitamente condicionada ao tema proposto e ao interesse em resolver alguma pendência de maneira mais imediata, “[...] quando o agricultor sente no bolso os prejuízos ele vai lá, né?” (E1). Sobre esta situação E3 realça:

Organizar e conversar com o pessoal. Ver se é uma demanda mesmo, se isso acontece. Se isso existe ou se a gente às vezes acha que... Por que, vim aqui cobrar, às vezes, são muito poucos, vem dois, três produtor cobrar a gente. É, a gente precisa! E aí, as vezes, o entendimento do agricultor é que o papel, a ferramenta do sindicato é essa, né? Se o produtor nos cobrar, e nos cobra, a gente enxerga alguns temas... A gente precisa da participação do associado, da participação do produtor. E às vezes o produtor não tem entendimento que o sindicato tem esse papel. Às vezes o produtor é, entende que nós temos o compromisso de fazer prestação de serviço pra eles. Para fazer o resumo do talão, fazer é o ITR, fazer o INCRA, encaminhar talão novo, habitação, crédito fundiário... Na verdade não é esse o papel nosso, isso é um serviço que a gente acaba prestando para o associado, mas não é esse o papel que o sindicato têm, né? E é difícil às vezes eles entenderem isso. Por que o importante não é o convênio com o médico e com o dentista, né? (E3).

O excerto acima revela uma inquietação no tocante às funções do sindicato e à relevância de suas atividades. Observa-se que o capital social presente nas relações entre os agentes sindicalizados, e entre esses e o próprio sindicato, é fortalecido na medida em que são ofertados serviços à categoria. Buscando entender como as diferentes lideranças/representantes da agricultura familiar trabalham as demandas dessa categoria social, também questionamos E2 sobre como são divulgadas, na cooperativa que esse representa, as demandas da agricultura familiar.

Muita reunião de base. Muito trabalho de divulgação, tentar chamar as pessoas, formadores de opinião para perto, para participar das atividades e programas de rádio. A gente trabalha muito a questão da mídia, mídia mais... mais simples. Uma linguagem mais popular que as pessoas entendam. Não é propaganda, marketing na TV ou no rádio (E2).

Considerando que a cooperativa que E2 representa trabalha diretamente o crédito para a agricultura familiar, as atividades propostas em geral centram-se neste tema. De maneira semelhante, a COOPAR também tem centrado suas atividades na organização da produção, principalmente no que se refere à quantidade de produtos a serem produzidos. Segundo E5, técnico responsável pela organização e gerenciamento dos produtos comercializados para a merenda escolar, a maneira que a cooperativa encontra para divulgar as demandas da agricultura familiar é via reuniões nos grupos de produtores. Esses grupos são formados por agricultores familiares que produzem determinado tipo de produto, por exemplo, o grupo de produtores de batata; o grupo de produtores de milho; entre outros, os quais se reúnem de acordo com a necessidade de organizar esta produção, ou seja, não há uma periodicidade entre uma reunião e outra do grupo. Portanto, a agenda da cooperativa está prioritariamente voltada para o planejamento e comercialização da produção. Chamou-nos a atenção à fala de E5, técnico da cooperativa responsável pela organização da produção para a merenda escolar, no tangente à organização da produção de alimentos pelos cooperativados para o fornecimento desses produtos no PNAE. Aliás, a organização da produção foi diversas vezes mencionada por E5 quando este se referia às funções e atividades promovidas pela cooperativa.

Hoje você tem produtor suficiente aderindo. Não (mais) nós procurando produtor. Que seria diferente, se nós tivéssemos que sair à procura de produtor, nós teríamos que fazer reuniões, mais seguidas... Mas, nós não temos essa necessidade! Por que o produtor nos procura! Isso que eu estava dizendo... Fidelidade primeiro de tudo! E pela (...)transparência e honestidade, né? (E5).

A tarefa de organizar a produção dos agricultores familiares cooperativados é de suma importância, pois aumenta as possibilidades de comercialização da produção, dada a diversidade de produtos, ao passo que garante uma maior participação desta organização no PNAE, através da Lei 11.947/09. De mesma forma, esses espaços de diálogo entre os agricultores familiares organizados são, por excelência, momentos onde o conhecimento pode ser construído e a luta pelo reconhecimento e valorização da agricultura familiar renovada.

A centralidade da ação da COOPAR está arraigada na ideia de participação no mercado, no aumento desta participação e na produtividade das colheitas. De modo que, ao entrarmos na sede da cooperativa verifica-se que os funcionários vestem camisas e camisetas com a inscrição de grandes multinacionais que trabalham com

insumos químico-industriais e comercialização de sementes transgênicas. Tanto esses insumos agroindustriais como as sementes transgênicas são oferecidos aos agricultores familiares, porém o mesmo não ocorre com insumos orgânicos e as sementes crioulas.

Verificamos, a partir dessa entrevista e da observação do espaço ocupado pela sede da cooperativa, que a preocupação da presidência da cooperativa está alicerçada na produtividade das lavouras, na expansão da área produzida e, por conseguinte, na capacidade de armazenamento e de acesso aos mercados por parte da cooperativa, posto que esta era uma das principais dificuldades enfrentadas pelos produtores. No excerto a seguir é possível observar, a partir da fala de E5, o quanto os agricultores familiares cooperativados estão organizados de maneira a atender as demandas por alimentos.

Acolhemos. (...) Independente do que ele produz, sim! Se ele tá produzindo alface, eu faço ele mudar, para produzir um produto que seja útil pra mim. Para eu consegui vender para o merenda. Porque alface eu... Eu na verdade toda a linha de horta eu não vendo. Nós não vendemos.(...) Tem que ter um cuidado muito especial, por questão de muito perecível, né? E como nós fizemos junto na logística da indústria não tem como tu usar esse mecanismo, né? Outros produtos tudo bem, né? Aí não tem problema, que o caso da batata, abóbora, batata-doce, arroz, feijão (E5).

Nessa perspectiva, os agricultores familiares participantes desta cooperativa, integram uma rede organizada e especializada na produção de alguns itens fornecidos para a merenda escolar através do PNAE. Há uma significativa preocupação no que tange à produção e à produtividade, perceptível através do enaltecimento dos números alcançados pela cooperativa, por exemplo, em investimentos no setor de armazenamento e de comercialização da produção, com destaque para os laticínios e a expansão da planta industrial de beneficiamento do leite.

Durante a entrevista com E5 outra questão nos chamou atenção: a divisão das atividades e a setorialização das ações. No transcorrer da entrevista E5 sinalizou que eram frequentes as reuniões entre os agricultores familiares que vendem a produção para a merenda escolar, porém, ao perguntarmos sobre a quantidade de participantes, E5 afirmou que, são essencialmente pequenos grupos, formados em detrimento do produto comercializado para o PNAE.

E aí sim, grupo da batata, são trinta e seis. Grupo do feijão são uns quarenta e poucos. E aí tem mais o da batata, o do leite, só que acaba, vamos dizer, um produzindo, quando vê, daí dois três produtos (informação verbal¹⁶).

Segundo informações passadas por E5, a cooperativa conta, atualmente, com aproximadamente 3 mil agricultores familiares cooperativados. Dentre esses cerca de 80 estão envolvidos com a produção de alimentos para a merenda escolar.

Ah, não ainda não! Aí nem todos que se enquadram nesse... vamos dizer hoje nós temos o que, na faixa de 70, 80 produtores que fazem parte, entre produtores de leite e outros produto, no caso que formam a agricultura, vamos dizer... pra essa merenda escolar, no caso. Os demais são outros produtores... Que na verdade nós não trabalhamos só com isso [a merenda escolar]! Isso é apenas um agregado que nós temos... (E5).

Esse trecho da entrevista indica que o trabalho desenvolvido pela cooperativa está pautado na divisão dos agricultores familiares de acordo com a produção. As reuniões entre os produtores e a gerência da cooperativa são pontuais. Conforme o relato de E5, essas reuniões não acontecem com uma frequência pré-estabelecida, e quando ocorrem, são direcionadas à organização da produção e à busca de soluções de caráter prático. A participação dos agricultores em mais de uma reunião está condicionada a produção, pois se o agricultor familiar produzir dois ou mais produtos ele é convidado, pela cooperativa, a fazer parte de tantos grupos quanto corresponder sua produção.

Entretanto, ao realizar as reuniões entre grupos de produtores, pode-se fragilizar a organização, em termos políticos e formativos, dificultando o aumento do capital social da cooperativa, visto que, o reconhecimento dos agricultores, entre os que são cooperados e os não-cooperados, está concatenado à participação nas reuniões. O capital social, segundo Bourdieu, está intrinsecamente relacionado à ideia de investimento contínuo, uma vez que não se trata de um “dado natural, nem mesmo um dado social constituído de uma vez por todas e para sempre por um ato social de instituição” (BOURDIEU, 2002, p.68).

Sobre o capital social Bourdieu (1998) aponta que ele está ligado à posse de uma rede durável de relações e ao interconhecimento e inter-reconhecimento, ou à vinculação a um grupo. Então, como pode ser possível aumentar o capital social de uma cooperativa, na qual os cooperados mau se conhecem e/ou reconhecem? Por

¹⁶Informação fornecida por E5 (responsável técnico da COOPAR pela participação da cooperativa na entrega de produtos para a merenda escolar), em entrevista concedida no município de São Lourenço do Sul, Ago/2012.

outro lado, este tipo de conduta propicia o acúmulo de capital simbólico e de poder simbólico, ambos detidos pela gerência da cooperativa e reconhecidos por esta como legítimo. Logo, estabelece-se uma relação de poder, entre os agricultores familiares e os gestores da cooperativa, alicerçada na legitimação da ação desses últimos. Nesse sentido, as relações de poder não estão estabelecidas apenas entre os gestores do PNAE e as organizações da agricultura familiar, mas inclusive entre essas organizações e seus associados/cooperativados.

Através das entrevistas descritas até este momento, verificamos a existência de uma relação de subordinação entre os associados/cooperativados e a gerência de cada organização, a qual ocorre, em maior ou menor medida, dependendo da organização que nos referirmos, mas que invariavelmente está presente.

O reconhecimento do poder que o agente detém em função do capital e do cargo que este ocupa na cooperativa, está expresso na fala do entrevistado predominantemente conjugada em primeira pessoa.

(...) tchê, quanto mais eu vender, mais vão me agradecer! Né? Assim, agradecer à cooperativa, porque eu consegui vender a batata. Porque na verdade, produtor interessado em produzir tem um monte, só que eu não tenho onde vender tanto. Aí o feijão não é esse problema, o feijão nós temos outros mercados paralelos (...) tem outros mercados fora o merenda escolar, mas... que também uma boa parte vai para o merenda (...) (E5).

É interessante observar que E5 alude à agricultura familiar como público alvo de suas ações. A atuação junto às organizações da agricultura familiar exige que os agentes dediquem-se integralmente ao cargo ocupado, dificultando a continuidade de seu trabalho nas unidades produtivas de sua família, e, por conseguinte, da experiência vivenciada pelos agricultores familiares.

3.3 Relações de poder e poder simbólico: o horizonte das instituições públicas no município de São Lourenço do Sul e dos agricultores familiares em relação à agricultura familiar e as organizações sociais desta categoria.

Neste subcapítulo iremos esmiuçar as entrevistas concedidas por agentes que representam setores distintos da administração pública municipal, diretores de escolas públicas, municipal e estadual, extensionistas rurais e agricultores familiares. Da mesma maneira que no capítulo anterior, procuramos compreender as relações de poder estabelecidas entre os gestores do PNAE e as organizações da agricultura

familiar, a posição que os agentes – representantes de instituições/organização públicas – assumem no campo e os capitais dispendidos nessas relações.

O trabalho desenvolvido pelo Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor – CAPA distingue-se daquele exercido pelas demais organizações da agricultura familiar, até o momento tratadas nesta dissertação. O CAPA é uma Organização não-governamental (ONG) vinculada à Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), a qual estabeleceu, em 1982, uma de suas sedes no município de São Lourenço do Sul. O entrevistado representante desta ONG é E6, extensionista rural do CAPA desde meados de 2004. Seu envolvimento com os agricultores familiares lourencianos decorre da lotação do cargo por ele ocupado na ONG. Optamos por entrevista-lo por tratar-se de um dos representantes do CAPA em São Lourenço do Sul, sendo reconhecido por seu trabalho, responsável pela organização da produção agrícola familiar e pela articulação dos produtores com os entes públicos (municipal, estadual e federal).

Cabe destacar que as referências trazidas pelos agricultores familiares, quando mencionam o CAPA, são E6 e outro agente que participou da formação da ONG, mas que atualmente está afastado das atividades desta organização. Os demais agentes que trabalham no CAPA não foram citados durante as entrevistas que realizamos.

No campo, ora estudado nesta dissertação, E6 tem legitimada sua atuação, e mais ainda, o poder retido por este agente, ante aqueles com quem trabalha, garante que seu discurso seja considerado como produto das discussões dos grupos e não como reprodução da posição que este agente assume no campo. Tal situação se dá, inicialmente, em detrimento do capital cultural institucionalizado, retido por este agente, o qual, no seguimento de sua atuação, amplia seu poder, dado o reconhecimento e legitimidade de sua atuação – capital simbólico.

Na entrevista que realizamos em agosto de 2012 com E6, interpelamos se após a sanção da Lei 11.947/09 foi verificada alguma mudança para a agricultura familiar do município.

(...) olha se fosse dizer assim, o que impactou mesmo... Para as famílias que estão envolvidas no processo de organização, vinculados ao CAPA, ou não, ela foi... é muito importante! Abriu uma possibilidade de comercialização, dos produtos, de quantidade e diversidade de produtos, muito grande. É... então assim, por exemplo, no caso da COOPAR, caso da cooperativa Sul Ecológica, caso da cooperativa de pescadores – COOPESCA-, é... Algumas famílias que fazem parte, ou que têm mais vínculo com a EMATER, algumas agroindústrias familiares, a COOPAF, chegou a entrega para o... A participar do primeiro edital da chamada pública, depois não participou mais... Então para essas famílias o impacto foi bastante grande, que abriu a possibilidade de uma seleção pra dentro, dentro do município, que antes não tinha, praticamente. Tem o Programa Fome-Zero, mas ele acaba limitando para, limitando para algumas famílias, né? (...)fazendo uma análise assim da realidade, eu fico pensando quantas famílias foram atingidas, acho que foram 10% mais ou menos. Em torno de 10% das famílias foram atingidas no município. E de uma forma geral isso é... é bastante, né? (E6).

Para E6 evidencia a possibilidade de os agricultores familiares comercializarem sua produção em um mercado garantido, o qual absorve a diversidade produtiva da agricultura familiar desta região, e ainda incentiva a produção e o consumo local de alimentos. Segundo E6 o impacto percebido em São Lourenço do Sul após a participação da agricultura familiar na merenda escolar não foi, em termos do percentual de agricultores familiares, muito grande. Entretanto, para aquelas famílias que comercializam sua produção através do PNAE, o impacto acaba tornando-se muito maior.

E6 considera os agricultores familiares do município de São Lourenço do Sul organizados, observada a trajetória histórica e de luta das organizações desta categoria. Esta perspectiva é compartilhada pelo secretário do desenvolvimento rural do município, E7, o qual tem sua trajetória de vida pública iniciada em uma organização da agricultura familiar.

(...) a agricultura, tipo, a agricultura familiar aqui acho que é uma das mais organizadas na região! Tem um monte de coisa, tem as cooperativas. Tem as cooperativas de crédito, cooperativa de produção, sindicatos, assistência técnica, aí o conselho agropecuário do município, que talvez seja o maior do estado, por que ele...Não acredito que tenha outro conselho municipal que funcione tão bem como esse conselho funciona. Por que não é, não é atoa que tem 60, 60 e poucas associações no interior (...) (E7).

O capital detido por E7 passa pela formação e participação nessas organizações da agricultura familiar. Filho de agricultores familiares, técnico agrícola, E7 havia assumido a secretaria do desenvolvimento rural no município há pouco tempo. Durante a entrevista, apontou diversos agentes com os quais nós podíamos conversar, e segundo ele responder melhor a entrevista. Reafirmamos a importância

de entrevista-lo e sabermos mais a respeito das ações da secretaria. Ao perguntarmos quais eram as principais ações desenvolvidas pela secretaria E7 respondeu:

É tipo, terraplanagem, estrada, entradas, bebedouros, açudes, micro açudes [...] Tem algumas coisas que a secretaria fez na área do lazer, que é o veraneio rural que tá organizado. O Troca-troca, semente de milho, do programa do governo do estado, mas é a secretaria que executa aqui... Acho que mais ou menos isso(E7).

Dentre as ações de caráter formativo o entrevistado citou o conselho agropecuário e a relevância deste espaço para o debate sobre a agricultura familiar lourenciana. Contudo, no transcorrer da entrevista E7 comentou a situação da produção agrícola familiar do município com certa rispidez.

É que assim, nós temos uma cultura muito... os alemão são muito de... De ficar em casa e o “troço” tem que vim pronto sabe? Não é querer vim falar mau dos alemão, que eu sou alemão também [risos] é que... É que assim, é tão fácil o produzir, deixar pronto ali, alguém vim pegar, levar embora e te pagar o que acha, sabe? Agora, tipo, tu vê na serra, outros lugares aí, onde o agricultor não, não é mais só o agricultor que produz e entrega produto, ele... É um agricultor que produz e muitos ainda têm a parte da industrialização e a parte da comercialização. E faz todo o processo, sabe da lavoura até o consumo, sabe? E aqui ninguém faz isso, que é...A não ser esses poucos feirantes aí que fazem, mas ninguém se preocupa em comercializar. Por isso que... Eu sempre digo que o fumo é dos maiores que tem aqui... É a maior produção por que não precisa se estressar com nada! (E7).

O entrevistado realiza uma crítica à postura de alguns agricultores familiares da região, a qual precisa ser analisada com cautela, pois durante as entrevistas com os agricultores familiares, e mesmo com outras lideranças/representantes da agricultura familiar, observamos que uma das maiores preocupações dos agricultores familiares reside na necessidade encontrar mercado capaz de absorver a produção agrícola familiar local. As dificuldades enfrentadas no momento da comercialização da produção são complexas, se ponderarmos que é preciso encontrar compradores para a produção, e mais ainda, compradores dispostos a pagar um preço justo e coerente com os gastos deduzidos ao longo do período produtivo.

Conforme destacamos anteriormente, E7 sempre esteve muito próximo das coordenações dos movimentos e organizações da agricultura familiar local, até por isso nos surpreendemos com algumas respostas. Ao acompanhar E1 nas atividades do sindicato, reuniões de formação e outros eventos, E7 passou a ser uma liderança também reconhecida pela maioria dos agricultores familiares de São Lourenço do Sul e municípios vizinhos. Desta maneira, o capital simbólico detido por este agente, advém do conhecimento do funcionamento dos movimentos sociais e das

organizações da agricultura familiar, bem como do reconhecimento enquanto liderança, atribuído pelos demais agentes. Sendo assim, o capital de E7 que inicialmente advinha de sua proximidade com as lideranças já reconhecidas pela categoria, foi convertido, em capital social, o qual deu-lhe condições de posicionar-se no campo, de acordo com as regras e normas desse, e por conseguinte, ter seu discurso legitimado pelos agentes. Nesse sentido, foi o poder simbólico de E7, associado a sua proximidade com outras lideranças, que conduziu este agente à função de secretário municipal.

O capital de E6 diferencia-se daquele detido por E7, pois este primeiro teve sua atuação reconhecida em função do diploma universitário - de engenheiro agrônomo, pós-graduado – e de sua associação ao CAPA, organização reconhecida no município em questão, ou seja, inicialmente foi o capital cultural institucionalizado que preponderou. Ao longo dos últimos oito anos, E6 tem trabalhado junto aos agricultores familiares de São Lourenço do Sul, principalmente com aqueles que produzem de maneira orgânica ou agroecológica. Como o trabalho desenvolvido por E6 dá-se em uma esfera essencialmente de organização da produção, a participação deste sujeito nas decisões políticas da agricultura familiar perpassa muito mais pela instituição à qual está vinculado, do que propriamente a sua atuação junto às famílias de agricultores ecológicos/agroecológicos. Os grupos de agricultores acompanhados por E6 são por excelência espaços de formação e debate das questões que permeiam a agricultura familiar.

A questão da fomicultura levantada por E7, recentemente tem recebido atenção especial do CAPA, pois esta ONG está trabalhando alternativas de diversificação da produção. Entretanto, a demanda extrapola a disponibilidade e capacidade de atender a todas as solicitações. Esta situação revela a necessidade de ampliar investimentos e esforços na diversificação da produção, uma vez que há agricultores interessados.

No tocante a percepção dos agentes sobre como estão sistematizadas as organizações da agricultura familiar, perguntamos à E8, extensionista rural da Emater,

Assim, especificamente falando com esse público que nós estamos trabalhando agora, dá para se dizer que, eles estão na estaca zero. Por que é um público que não está acostumado a trabalhar em sociedade. Eles são totalmente individualistas assim, porque eles acabam... Como eles não tem área e recurso para produzir, nem tem comprador para esses produtos eles acabam indo trabalhar fora, na casa de outros produtores, né? Então, perdeu-se aquele vínculo ali de produzir para a comunidade, né. Então isso aí a gente tá tentando resgatar. A gente já tá com alguns trabalhos bem adiantados, na própria comunidade tem um grupo, se não me engano agora de quinze pessoas que já tá entregando pra Sul Ecológica, e a Sul Ecológica depois passa pro PNAE, né? Mas assim, é um caminho longo e... Tem tudo pra dá certo (E8).

O público ao qual E8 se refere são famílias quilombolas atendidas pela Emater através do programa RS Mais Igual. Com este programa famílias quilombolas receberão cerca de R\$ 2.400,00 para investir na produção agrícola da propriedade. Segundo E8, a maioria das famílias optou por produzir alimentos, sendo que dentre essas algumas já estão comercializando a produção via Sul Ecológica para o PNAE.

Podemos observar no excerto acima que uma das dificuldades enfrentadas é o trabalho em associação. E8 ressalta que esses agricultores familiares são individualistas na medida que não estão organizados em grupos e que cada um de forma individual tem buscado resolver os problemas que são compartilhados por toda a comunidade local. Portanto, o capital social desta organização não se deu de maneira natural, por um movimento endógeno, sendo, nessas condições, provocado pela Emater, o que implica que esta última mantenha-se, ao menos nesse período inicial, muito próxima dos agentes envolvidos nesta ação. O vínculo encontrado, entre esses agricultores familiares acompanhados pela Emater, reside na localização das propriedades e no compartilhamento das mesmas dificuldades enfrentadas, não há por parte desses, o reconhecimento e/ou o sentimento de pertencimento a um mesmo grupo social.

A interação deste grupo de quilombolas, acompanhado pela Emater em São Lourenço do Sul, com as cooperativas e associações estabelecidas nesse mesmo município, poderiam aumentar o capital social de ambos os grupos e, por conseguinte, o poder dessas organizações, para tornar pública as demandas da agricultura familiar e lutar pelos direitos dos agricultores familiares e pelo reconhecimento do importante papel desses agentes na sociedade. Tendo em vista tal importância, questionamos à E8, qual e como são as relações entre o grupo por ele acompanhado e as organizações da agricultura familiar no município estudado.

[...] a cooperativa, a COOPAR, ela tem uma afinidade bem grande com a Emater. Inclusive a gente tem muitos produtores em comum, né? Que (...) o interesse da Emater é sempre o bem estar do produtor. É, e a gente não consegue ter um produtor, bem fortalecido se a gente não tiver a parte da venda! Sempre para onde vender! Por que o produtor, produzir ele sabe! (...) ele já tem no sangue, já vem de herança, ele sabe produzir! A gente tenta organizar a produção e sempre tenta resolver o problema da venda. Então a gente casou bem o trabalho da Emater com essas cooperativas. Por que essas cooperativas acabam absorvendo esses produtos, né? Eu acho que um casamento que fechou bem assim(E8).

Durante a entrevista E8 salientou a importância do mercado e a necessidade de organizar o setor agrícola, buscando ampliar a participação da agricultura familiar. A fala de E8 acentua a relação estreita entre Emater e COOPAR, avaliando-a como positiva para a agricultura familiar, de modo que a junção de esforços de ambas organizações permite, na perspectiva do entrevistado, abranger mais atores e melhor atender a demanda. No seguimento da entrevista, procuramos entender, com mais afinco, esta parceria Emater-COOPAR. Uma vez que E8 reforçara a proximidade dessas organizações/instituições, concomitantemente ao que acentua que os agricultores familiares sentem-se mais próximos dos extensionistas rurais da Emater do que dos demais agricultores familiares cooperativados.

O que que acontece... O produtor ele acaba abrindo, a gente brinca, que o produtor acaba abrindo a porteira pro extensionista. Por que às vezes o extensionista acaba sabendo, coisas do produtor, né? Íntimas assim de renda, que nem os vizinhos não tem acesso, né? Mas ele tem que se abrir com (...) porque o extensionista ele vai fazer o financiamento para ele. Se tiver alguma dívida ele vai tentar a renegociação junto com o agente financeiro, né? Então, ele acaba tendo um vínculo muito grande com o extensionista né? Então, eu acho que por isso vem esse comportamento dele de a primeira coisa consultar a Emater. Não só a Emater, como outra empresa, outras ONGs também, né? Sempre consulta o extensionista que é o que tá todo o dia ali. Porque o produtor ele tem receio assim de... De chegar, como tu falasse, num grupo que já tá organizado. Ele tenta alguma coisa. Eu acho que ele sempre vai tentar, sempre vai usar o extensionista, como um intermediário para chegar até... a instituição ou até um grupo.(E8).

O extensionista, de acordo com E8, trabalha em um viés de mediação entre o agricultor e as instituições/organizações que de alguma maneira interagem. Visto que, os agricultores familiares organizados em cooperativas e/ou associações, em detrimento de seu maior capital social e cultural - este último em estado incorporado, pois conhecem e reconhecem as regras do jogo e a postura necessária para atuar neste campo – determinam aqueles que podem, ou não, participar da organização. Não basta apenas o sujeito ser agricultor familiar, ele precisa, antes, que outro agente, com maior capital, lhe apresente e “introduza” à organização pretendida.

(...) O que eu vejo assim, qual é a minha visão das cooperativas, não só de São Lourenço, das cooperativas em geral. Cooperativas, claro como tu falou, grupo de agricultores que se organizam, tal. Mas o que acontece, depois que ela já está concreta, que ela está funcionando... são tantas atribuições da cooperativa, não só a parte financeira e tal... que ela, no meu ver, claro isso é uma opinião pessoal: As cooperativas elas acabam esquecendo, do lado... um pouco assim, do lado do produtor, se preocupam, claro que elas também tem metas a cumprir, né? (...) Então, assim, eu vejo que acaba sendo esquecida aquela parte do produtor, né. É que eles se preocupam mais com a parte da indústria, industrializar e vender. Que também é importante, claro, senão não paga as contas, né? Mas assim, também teria que ter um trabalho mais de buscar o produtor, né? Que o produtor hoje ele acaba se afastando da cooperativa, porque ele olha e está aquele grupo lá, fechado! O pessoal tá entregando pra cooperativa e eu não consigo, eu chego lá e não consigo entregar meu produto. Isso aí, as vez a gente até ouve bastante (E8).

O excerto acima deflagra a situação que vínhamos apontando ao longo desta dissertação, a dificuldade encontrada pelos agricultores familiares, que ainda não participam em nenhuma organização, de filiar-se a um grupo já constituído. E8 afirma que alguns agricultores familiares, com os quais trabalha, não conseguem vender a produção por não estarem vinculados a uma organização ou grupo. A frase “Que o produtor hoje ele acaba se afastando da cooperativa, porque ele olha e tá aquele grupo lá, fechado”, sinaliza uma situação, vivenciada por boa parte dos agricultores familiares, a dificuldade de agregar-se a uma cooperativa já em funcionamento. Não é uma questão apenas de procurar mercado para a produção, mas sim de adequar-se às regras do campo, nesse contexto, a contrapartida das organizações da agricultura familiar, previamente estabelecidas, e às exigências do PNAE.

A posição assumida por E8 diferencia-se daquela identificada em E7. E8 reconhece o trabalho desempenhado pelas organizações da agricultura familiar e as conquistas até o momento alcançadas, ao passo que, detecta os problemas dessas organizações e os questiona.

No outro lado dessa relação, o dos agricultores familiares cooperativados/associados, a maioria sente-se como cliente, e assume esta postura, sendo assim tratados também agricultores familiares, que compõem a coordenação das organizações da agricultura familiar ora estudadas.

Perde-se assim o foco de atuação no fortalecimento e valorização da agricultura familiar, para tão somente legalizar as condições de comercialização da produção e de acesso a alguns bens e serviços.

[...] caberia à cooperativa buscar agricultores novos, né? E o produtor também chegar lá. Mas a gente sabe que sempre é mais difícil para o produtor. Até pelas condições dele, social, dele tá ali no meio da produção... Então ele não consegue chega lá, lá na ponta da cooperativa(E8).

A primeira frase do trecho acima revela uma angústia deste extensionista rural, na medida em que nos leva a questionar: quais são os motivos alegados pela cooperativa para não buscar novos cooperativados? Em relação “às condições” dos agricultores familiares, mencionadas por E8 durante a entrevista, e transcrita no fragmento acima, assinalamos que o capital cultural detido pelos agricultores familiares, menor se comparado com o dos agentes que atuam na coordenação dessas organizações, foi percebido pelo entrevistado, o qual referiu-se como tendo esses primeiros “menos condições” do que os últimos

O capital social é igualmente percebido por este agente, não nesses termos, mas quando este menciona a importância da cooperativa apoiar o pequeno¹⁷ agricultor familiar.

Eu acho que o ponto-chave da cooperativa era assim, como é um grupo de produtores, né? Aquele grupo de produtor maior ajuda a resgatar o produtor pequeno. Ir lá buscar o produtor, mesmo que ele não tenha tanto lucro assim, entendeu (E8).

Embora as cooperativas de São Lourenço do Sul tenham alguns problemas, elas são percebidas, pela secretária municipal de educação – E9, como um ponto positivo para o cumprimento da meta exigida na Lei 11.947/09, auxiliando no contato com os agricultores familiares, na logística de entrega dos produtos e na organização da própria produção local.

[...] São Lourenço tem uma grande vantagem, porque as cooperativas, elas são organizadas, né? A gente tem a organização da COOPAR, a gente tem a Sul Ecológica que tem uma boa inserção aqui, a gente tem a COOPAF. Então, a organização em cooperativas ela auxilia muito, ela ajuda muito, a gente consegue fazer uma compra acima de 50% dos produtos da agricultura familiar, como a gente vem fazendo. Por que a gente fomenta a política de cooperativismo. Porque se o agricultor sozinho, ele tiver que entregar ele vai conseguir, né? Ele vai conseguir muito pouco, ele vai precisar se unir, ele vai precisar cooperar. (E9).

A organização da agricultura familiar, em cooperativas é ressaltada por E9 como substancial, para a merenda escolar, uma vez que viabiliza o contato com diferentes atores e simplifica a participação desses na chamada pública. Contudo, a

¹⁷Nos referimos a pequeno agricultor familiar como sendo aquele que possui uma propriedade agrícola pequena.

possibilidade de o agricultor, sozinho, acessar este mercado, é mencionada no fragmento acima, como possível, porém difícil de ser alcançada. Isto denota, novamente, a pertinência das organizações da agricultura familiar e fundamentalmente a necessidade de estar associado a uma dessas organizações.

A relação entre os agricultores familiares e a secretaria de educação é, de acordo com E9, muito tranquila e próxima.

Eles vêm procurar o setor da merenda quando eles tem alguma dúvida, né? Se surge alguma pauta lá no CAPEC, o pessoal do CAPEC nos convida, nós vamos lá! A gente faz bem descentralizado assim, se precisa ir conversa com o agricultor, vamos eu, a nutricionista, o pessoal da organização ali, da logística da merenda. A gente acaba indo até o agricultor quando ele tem dúvida! Ou eles vêm até nós! Eles têm muita tranquilidade. Eles nem procuram mais aqui [a sala da secretária de educação] eles já vão direto ali no setor da merenda. Eles já sabem que é ali, se eles têm alguma dúvida de como fazer, como ofertar o produto eles procuram o setor da merenda e conversam com a gente (E9).

No tocante a participação dos agricultores familiares nas escolas E9 afirma que esta ocorre, pois os alunos, aqueles que são filhos de agricultores familiares, reconhecem os produtos quando produzidos pelos pais. Porém, segundo o que averiguamos trata-se de uma participação incipiente, ficando restrita ao suposto reconhecimento dos alimentos produzidos pelos pais de alunos que estudam nas escolas. Não há uma comunicação direta entre os agricultores familiares/fornecedores dos alimentos e os corpos docente e discente nas escolas.

[...] eu acho que essa questão da Lei da compra direta da agricultura familiar, ela mudou a relação da comunidade escolar com o alimento que é servido na escola. Ela muda a relação. Aquele alimento passa a ter, a fazer parte da cultura daqueles alunos, da cultura daquelas pessoas que estão ali (E9).

O relacionamento entre a secretaria municipal de educação e os agricultores familiares lourencianos dá-se através do contato com as lideranças e com as cooperativas, prováveis fornecedoras de alimentos para o PNAE. Dentro das escolas são realizadas atividades como o cultivo de hortas e o incentivo à produção de alimentos para o consumo familiar, mesmo que este último resume-se a temperos e ervas plantados em garrafas plásticas. Estas ações, por mais simples que pareçam, tem, segundo E9, significativo efeito entre os educandos e suas famílias.

Através desse outro olhar sobre a agricultura familiar, e principalmente, desse envolvimento dos agricultores com as escolas, poderiam ser promovidas ações educativas de valorização da agricultura familiar e reconhecimento do papel desta categoria social. Para E9, secretária municipal de educação, há necessidade de

associar-se a merenda escolar com a importância de uma alimentação saudável e balanceada.

E9 considera a participação da agricultura familiar, como um fator positivo no processo educativo promovido nas escolas, uma vez que incentiva a produção de alimentos e a diversificação da produção, gerando qualidade de vida tanto para produtores quanto para os consumidores. Segundo esta agente, as escolas têm trabalhado questões relativas à diversificação da produção e fomentado a produção para o auto-consumo, havendo ainda o empreendimento de esforços no sentido de estimular a alimentação saudável e não o consumo indiscriminado de alimentos industrializados. “Nós não queremos formar uma... uma legião de obesos que come salgadinho com coca-cola, né?” (E9).

Ao questionarmos sobre qual é a visão da secretaria de educação à respeito do PNAE, E9 afirma que é um programa importante e que garante a qualidade dos produtos. No que se refere a comercialização dos produtos da agricultura familiar através da Lei 11.947/09, E9 sustenta:

Ela... quebra aquela coisa que era desigual, do fornecedor que comprava do agricultor por um preço bem baixinho e vendia pra nós pelo preço de mercado. Então esse intermediário, ele desaparece da relação, praticamente e isso é, pra mim, é muito positivo. Eu acho que a gente precisa estimular que o produtor receba um valor de mercado maior pelos produtos que ele produz e ao mesmo tempo, a gente precisa ir acabando com essa relação de comércio, que é uma relação ruim para o agricultor. Fomentar a formação de cooperativas ela faz com que os agricultores busquem estar cooperativados, porque a questão de serem cooperativados eles passam a ter participação nos lucros da cooperativa, eles passam a ter uma outra relação com o plantio. Além de estimular a diversificação da produção, isso é claro pra nós, né?(E9).

Observa-se que E9 conhece os meandros pelos quais os agricultores eram obrigados a passar, tendo em vista a dificuldade de comercializar a produção e a necessidade de recorrer a atravessadores para vendê-la. Durante a entrevista, E9 lembra que a compra de alimentos da agricultura familiar para a merenda escolar possibilita ainda que, o agricultor receba um pouco mais pelo produto, uma vez que a figura do atravessador não faz mais a intermediação entre produtor e consumidor.

Ao comentar sobre as parcerias mantidas pela secretaria de educação do município, E9 menciona“(...) a secretaria de desenvolvimento rural sempre tem se mostrado parceira com a gente. Sempre que a gente tem uma demanda, que a gente conversa com eles, a gente recebe uma resposta.” (E9). Esta parceria, evidenciada por E9, não havia sido, citada durante a entrevista que tínhamos realizado com E7.

Em detrimento dessa unilateralidade, perguntamos à E9 quem era o contato na secretaria de desenvolvimento rural, e essa respondeu o secretário anterior a E7. A secretária municipal de educação mencionou ter procurado o atual secretário de desenvolvimento rural, E7, para trabalhar com as questões pertinentes a produção de alimentos para a merenda escolar, recebendo desse sempre uma resposta favorável.

Acho que o... o melhor da... da lei toda, é a questão da intersetorialidade! A gente passa a se relacionar com as outras secretarias. E só funciona se houver essa relação! A gente só consegue compra se a central de compras entende. Por que se a secretaria da fazenda acha que... que tem que fica com a Lei 8666 [que dispõe sobre as normas para licitações e contratos da Administração Pública] a gente não consegue... avançar(E9).

Percebe-se que há um esforço e a busca por um entendimento coletivo para que a Lei 11.947/09 seja cumprida e os alimentos oferecidos na merenda escolar sejam produzidos pela agricultura familiar local. Mesmo diante da dispensa de licitações é necessário que o gestor público compreenda a importância da compra da agricultura familiar.

Observamos que grande parte dos atores envolvidos na dinâmica do PNAE, seja essa desde a produção ao consumo, não participam das decisões tomadas, nem mesmo em âmbito municipal, e não tem um envolvimento mais aprofundado com o ambiente escolar, principalmente no que tange a merenda. Os processos de formação citados por alguns entrevistados não foram identificados no campo estudado. Haja vista as entrevistas que realizamos com duas diretoras de escolas públicas localizadas no meio urbano do município de São Lourenço do Sul, através das quais podemos verificar que o distanciamento entre a produção e o consumo perpassa pela carência de formação específica, quanto às diretrizes e normas do PNAE, dos profissionais envolvidos nesse campo.

Ao indagarmos E10, diretora de escola da rede municipal de ensino, sobre como se dá a participação da comunidade na merenda escolar, esta foi enfática em afirmar que não existe um envolvimento da comunidade na merenda, exceto em ocasiões que os pais são convidados a participar de um projeto de cultivo de hortaliças. E10 pontua que a secretaria de educação envia para a escola, o cardápio, disponibiliza o contato com uma nutricionista, e as funcionárias da escola apenas executam. Esta situação evidencia uma realidade que se diferencia daquela destacada por E9, dado que os profissionais que trabalham diretamente com o PNAE não receberam maiores informações sobre a Lei 11.947/09.

É... eu até... tem um outro projeto¹⁸ que a escola participou também sobre a merenda escolar, que até a menina teve aqui ontem, antes de ontem, para gente concluir. Que foi muito bom assim, eu... eu, particularmente comecei a conhecer essas coisas que eu não conhecia, não sabia de onde vinham os produtos da merenda escolar, né? Eu... eu acho muito interessante isso, deles valorizarem, né? A maneira de valorizar nossa cultura, né? Valoriza o nosso produtor rural, aqui. Que nós temos várias indústrias aqui no município, nos municípios vizinhos. Eu acho que tem que ser isso aí mesmo, tem que valoriza as coisas daqui. Por que daqui a gente conhece, sabe que é produzido, né? Com adubo orgânico, a maioria usa, né? O adubo orgânico, então eu acho que tem mais é que buscar daqui de perto mesmo (E10).

E10 declara que não sabia de onde vinham os produtos consumidos na merenda escolar, que teve acesso a tal informação somente após ter participado do trabalho desenvolvido na escola sobre a merenda escolar. Igualmente, salientamos nesse excerto o fato de E10 ter confundido a agricultura familiar com as agroindústrias, e mais ainda associar a agrícola familiar à produção orgânica. São termos, conceitos, diferentes e que são desconhecidos. O desconhecimento acerca do que é agricultura familiar, agroindústrias, produtos orgânicos, dentre outros, expressa a importância de desenvolver ações educativas, as quais poderiam trabalhar por meio de parcerias este e outros temas que permeiam o universo escolar. Durante a entrevista perguntamos à E10 se havia alguma sinalização da secretaria municipal de educação em relação à realização de atividades alusivas ao PNAE e aos produtores dos alimentos consumidos na merenda escolar. Esta disse que ainda não tinha recebido nenhuma orientação da secretaria municipal de educação em relação ao fornecimento de alimentos da agricultura familiar para a alimentação escolar.

Não! Ainda não nos passaram nada! Mas eu acredito que dentro desse projeto da horta escolar, que começou esse ano, eu acredito que ele deve ser bem mais amplo do que aquilo que eles tão nos passando por enquanto, né? Então eu acredito que... que como vai ter continuidade o ano que vem... eu acredito que vá... vai ter esse contato com os agricultores. Mas, por enquanto, a gente ainda não teve (E10).

As ações promovidas pela secretaria de educação e por E9 ainda não estão sendo suficientes para divulgar o conteúdo da Lei e preparar o corpo docente e discente para lidar com o tema da merenda escolar e da participação da agricultura familiar nas escolas. O desconhecimento de E10 sobre a amplitude do PNAE e as diretrizes e normas da Lei 11.947/09, podem ser percebidas na fala da entrevistada, quando essa atesta que *o projeto da horta escolar* deve prever ações educativas e de

¹⁸Este projeto trata-se de uma pesquisa-ação desenvolvida por uma aluna de pós-graduação da UFPEI com uma turma do nono ano do ensino fundamental.

envolvimento dos alunos e responsáveis. Isto, no entanto, desnuda um problema complexo, o qual indica que o PNAE e a Lei 11.947/09 não são conhecidos pelos professores.

Bom isso eu não posso te responde assim com certeza, por que eu não conheço a participação deles [agricultores familiares]! Eu não sei o que exatamente... com o que que eles contribuem, que tipo de... de programa que eles tem ou que tipo de relação que eles tem com a secretaria de educação... eu não posso te dizer porque, realmente eu não conheço. Eu não sei qual é a participação deles, né? Do agricultor que tipo de contato que eles fazem, isso realmente, a gente não tem conhecimento (E10).

Essa mesma obscuridade no tocante a informação, de como está estruturado o PNAE, a Lei 11.947/09 e quem são agricultores familiares - o que essa categoria representa para o desenvolvimento do município, é compartilhada por E11, também professora e diretora de escola, porém na rede pública de ensino estadual. Essa agente não tinha conhecimento sobre o CAE, tampouco sabia como este funcionava, em que esfera pública ocorria, etc. “Faz seis anos que eu estou na direção aqui da escola. Nunca recebi nenhuma notícia, nenhum e-mail, nada! (E11). Igualmente, E11 não sabia que o estado é obrigado a complementar o valor enviado pelo FNDE para a merenda escolar, para fornecer uma alimentação saudável, equilibrada e acessível à todos os alunos da escola.

Esta situação revela que não existem processos de formação e informação ocorrendo dentro das escolas, entre os atores que estão diretamente lidando com o PNAE. As diretoras com as quais conversamos tinham uma percepção do PNAE restrita e insuficiente dado à complexidade do programa e a especificidade deste, posto que o trabalho desenvolvido nesse sentido limita-se à compra, preparo e fornecimento de alimentos na merenda escolar. A escola coordenada por E11 não recebe a visita de uma nutricionista. Os cardápios são enviados pela 5ª Coordenadoria de Educação, como *opção*, porém são readequados pelos professores e a merendeira, considerando a preferência dos alunos.

Durante a entrevista E11 queixou-se da exigência da compra de produtos da agricultura familiar, em relação ao valor pago por esses alimentos, um pouco maior do que aquele atribuído aos demais produtos adquiridos no comércio local. Então, perguntamos se E11 percebeu alguma vantagem ao adquirir os produtos da agricultura familiar, ao que respondeu:

É... é que se ganha em qualidade, né? Na verdade, tu vai está oferecendo um morango, que vem direto lá da horta, né? Porque é praticamente... é ecológico, então, é sem... sem adubo, sem veneno, sem fertilizante. Sem fertilizante não, mas sem... sem veneno, a gente diz. Só ganha em qualidade(E11).

Sublinhamos, a partir do trecho da entrevista acima transcrito que, E11, assim como E10, não distingue agricultura familiar de produção agroecológica, ambas as modalidades são percebidas como idênticas. A agricultura familiar é uma categoria social, na qual podem participar agricultores com produção convencional, orgânica e agroecológica. Isto importa na medida em que, representam condições diferenciadas de produção e de acesso aos mercados e, por conseguinte, atribuem aos produtos preços compatíveis ao modo de produção.

Os problemas detectados nas entrevistas com as diretoras de escolar refletem uma realidade distante das diretrizes do PNAE e da Lei 11.947/09. A merenda, não tem sido incluída nos currículos escolares, assim como também os profissionais que trabalham nas escolas não têm recebido e/ou procurado informações acerca da dinâmica do PNAE, a partir da Lei 11.947/09.

As relações mantidas entre, os profissionais que atuam nas escolas e os agricultores familiares, têm permanecido “do portão da escola para fora”.

Não, eles [os alunos] não tem o conhecimento de que existe os dois tipos de merenda. Até a merendeira, quando eles vão merendar diz: “olha a bolachinha caseira” o “moranguinho veio direto da horta”, ela coloca isso aí. Mas direto com a merenda, na hora da... com a merendeira lá na hora da refeição. Embora as professoras trabalhem as questões nutricionais, eu imagino que não, que isso aí não é... não seja repassado na sala. Como é uma questão mais burocrática mesmo, de organização, nem as professoras acabam sabendo que tem, 70% é comprado de tal... de tal e de tal forma, e 30 é de outra forma. Nas reuniões administrativas a gente repassa, mas tu vê que não é da realidade, nem do interesse delas. Então elas ficam mais na parte pedagógica, mesmo e não se envolvem muito na alimentação escolar (E11).

A merenda escolar é, para os profissionais de educação destas escolas, a supressão das necessidades diárias de ingestão de alimentos. Não sendo trabalhados temas como a educação nutricional e alimentar, a produção agrícola brasileira, a importância da agricultura familiar para a sociedade, entre outros que podem ser abordados a partir da merenda escolar.

Durante a entrevista com as nutricionistas da secretaria de educação do município, foi perguntado como essas profissionais percebiam a inserção de produtos da agricultura familiar e o que são produtos agroecológicos:

E12 – Não leva agrotóxico, o adubo é orgânico...

E13 – Que no meu entender, eu acredito que não tenha isso. Que não existe isso em São Lourenço!

[silêncio]

[...]

E13 – [Não existe] Produto agroecológico! Por que assim oh... Não tem nenhuma foto aqui... Os ditos... claro que não por culpa do agricultor, não é isso que eu estou falando...

E12 – Que junto com as plantações agroecológicas, pertinho já tem uma que usa, usa agrotóxicos, né?(E12 e E13)

Antes de mais nada é necessário esclarecermos que E12 estava trabalhando na secretaria de educação à pouco tempo e, por isso, solicitou a ajuda de E13, também nutricionista, para responder a entrevista. A preocupação dessas nutricionistas é, em parte, procedente. Muitas propriedades orgânicas e agroecológicas sofrem com o uso de insumos químicos industriais em lavouras próximas, por vezes pulverizados por aviões que podem deixar algumas partículas em “deriva”, contaminando propriedades vizinhas. Todavia, podemos verificar que essas profissionais, assim como as diretoras das escolas, têm dificuldades em conceituar agroecologia, “É que todos os produtores aqui que nos fornecem produtos perecíveis são agroecológicos, não tem nenhum que me ofereça que não seja! (E13)”.

Conforme nossas observações e as informações que coletamos durante as entrevistas, nem todos os produtos perecíveis comercializados para a merenda escolar são agroecológicos, à exemplo da batata, a qual é produzida de modo convencional pelos agricultores familiares cooperativados na COOPAR. Entretanto, todas as hortaliças comercializadas à nível municipal são produzidas organicamente pelos agricultores familiares associados à Sul Ecológica e/ou atendidos pelo CAPA.

Ao afirmar que não existe produção agroecológica, mas que todos os produtos perecíveis adquiridos são agroecológicos, E13 coloca em xeque o trabalho de agricultores, extensionistas, dentre outros profissionais que atuam diretamente com a produção agroecológica e, que *sim* trabalham com a agroecologia, conforme Caporal e Costabeber (2004)

[...] quando se fala de Agroecologia, está se tratando de uma orientação cujas contribuições vão muito além de aspectos meramente tecnológicos ou agrônômicos da produção, incorporando dimensões mais amplas e complexas, que incluem tanto variáveis econômicas, sociais e ambientais, como variáveis culturais, políticas e éticas da sustentabilidade. (CAPORAL e COSTABEBER, 2004, p. 13)

Apesar de E12 e E13 mencionarem não acreditar na existência da produção agroecológica, procuram trabalhar em parceria com as organizações da agricultura familiar do município, de modo que o planejamento mensal de cardápios esteja de acordo com a sazonalidade da produção local, segundo E13

[...] a gente adequa o cardápio ao que eles [agricultores familiares] têm para mandar! (...) quando eles têm acesso ao edital já tem uma planilha de divisão assim, por mês do que eu vou precisar e aí eles me ofertam somente o que eles vão ter. (E13).

Esses últimos agentes que apresentamos (E9, E10, E11, E12 e E13) possuem, na base de sua atuação, o capital cultural institucionalizado. São agentes que operam no campo, este último entendido como o espaço onde se dão as relações constituídas através do PNAE, primeiramente em função de sua formação acadêmica, tendo especial importância por serem responsáveis pela formação escolar e também cultural de educandos.

Por outro lado, ponderamos que esses agentes procuram legitimar seu discurso e atuação no campo, a partir do amparo e reconhecimento dos demais agentes que interagem nesse espaço. Sendo assim, tem-se um cenário de tensões veladas, nas quais ocorrem, sob a premissa da conexão entre diferentes instituições/organizações, as defesas das posições assumidas no campo. Poder simbólico, se consolida, nessa situação, na medida em que o agente amplia seu espaço de atuação e vê sua ação reconhecida como legítima. Nesse cenário, os agricultores familiares têm dificuldades para manifestar-se no campo e pouca legitimidade.

Sobre a gestão do PNAE em São Lourenço do Sul E14, prefeito municipal, aponta que o trabalho desenvolvido em São Lourenço do Sul foi reconhecido recebendo um prêmio pela inclusão das comunidades quilombolas como fornecedoras de alimentos para a merenda escolar.

São poucos no Brasil que comunidades quilombolas estão no programa, então esse foi um dos elementos (...) o ideal seria ser 100% [dos alimentos comprados para a merenda serem de agricultores familiares] eu sei que é difícil, mas teria que ser. Tem alguns itens que tem dificuldade... ele estava em 70% [o percentual de compras de alimentos da agricultura familiar para a merenda escolar no município](E14).

Segundo nos foi relatado, nas escolas municipais de São Lourenço do Sul o índice mínimo exigido, de 30% dos alimentos adquiridos para a merenda sejam produzidos por agricultores familiares, está acima do esperado, alcançando em 2012 cerca de 70%. Este índice alude à capacidade de organização da produção agrícola familiar loureciana no fornecimento de alimentos para os mercados institucionais, nesse caso em específico o PNAE. Nesse interim E14 ressalta que os produtos da agricultura familiar possuem maior qualidade e promovem o desenvolvimento local. Para este agente:

Tu compra merenda escolar, as empresas se especializam, nos grandes centros, os... os espertos da produção, e produzem um produto lá, de baixa qualidade, que atendem mau os requisitos mínimos e se especializam em ganhar dinheiro vendendo aquilo para o Brasil inteiro. Isso que (...) vinha produtos é embalados e industrializados, beneficiados em São Paulo, tu comia e nem sabia o que estava comendo. Bom, e era bolacha não sei do que, o wafer não sei do que (...)(E14).

Está presente na fala de E14 a inquietação desse agente em buscar na produção local produtos com maior qualidade, os quais promovam para além da segurança alimentar e nutricional o desenvolvimento regional. Destacamos que a compreensão de E14 sobre as organizações da agricultura familiar e a importância de ampliar as possibilidades de comercialização da produção de alimentos na região é em muito decorrente da experiência deste agente nessas organizações. E14 é um dos fundadores da COOPAR e mantém sua residência no meio rural. Engenheiro agrônomo pós-graduado, E14 associa o capital cultural institucionalizado ao capital social, pois manteve-se, mesmo durante as duas gestões em que foi prefeito, muito próximo dos agricultores familiares.

E14 ressalta que as organizações da agricultura familiar no município estão, atualmente, mais organizadas para atender as demandas e mesmo mais informadas sobre o andamento do programa. Com isso, ratifica que,

[...] nós temos uma certa vantagem por que aqui tem uma articulação do setor da agricultura familiar bem razoável. Uma articulação de cooperativas, tem dois sindicatos, tem bastante associações, né? Tu tens uma dinâmica já estabelecida de organização, mas tem muito município que não tem. Então começam a vê também na região, quando eu estive atuando na região com as prefeituras que..., os agricultores também dos municípios já começam a querer saber, como que é, como que não é e tal. Se informar, né?(E14).

O que este agente sublinha como vantagem, a organização da agricultura familiar local é resultado de uma longa trajetória de movimento e reconhecimento da necessidade de unir os esforços e perseguir um propósito de desenvolvimento.

Trajetória esta que E14 participou e ajudou a consolidar, mesmo havendo perdido um pouco da dimensão formativa, conforme registramos no subcapítulo anterior, faz com que no acumulado desponte como modelo a ser seguido. A experiência dessas organizações e também da administração local, acena uma alternativa viável de promoção da produção agrícola familiar e de garantia de venda da produção através deste mercado institucional, uma vez que esta última é um dos maiores problemas enfrentados pelos agricultores.

Você imagina, tu tá numa região altamente produtora de alimentos, é com agricultura familiar vastíssima, escolas rurais, né? No meio das comunidades rurais, e a alimentação, essas crianças tem uma cultura alimentar, uma cultura de vida e aí eles vão comer produto industrializado que veio, atravessou o país (...) É uma contradição maluca, uma doídera total. Então essa legislação ela começa a aprofundar, fazer o Brasil se aproximar dele mesmo, eu acho, né? (E14).

O caráter local presente na fala do entrevistado é notável, posto que a compra dos alimentos da agricultura familiar para além de garantir níveis maiores de qualidade da alimentação, procura desenvolver a agricultura familiar e a atividade agrícola local.

Nesse sentido, ao aprofundarmos mais a questão da importância organizações da agricultura familiar para desenvolvimento do município, perguntamos à E14, em sua opinião, qual é o papel dessas organizações?

Olha é um papel muito... de grande desafio assim, né? Porque as organizações, elas compreenderem o seu papel, ter clareza de onde querem chegar, o que que nós queremos com essa atividade no futuro, né? Ter essa noção de estratégia assim, especialmente também no aspecto da região, é um grande desafio assim, né? Se enxergarem, né? Conseguirem romper esse é um esforço. Romper com o mero assistencialismo, romper com aquela questão do dia-a-dia sem ter uma ação estratégica, esse é o desafio principal das nossas organizações aqui, né? (...) Especialmente as cooperativas, né? Um desafio de se consolidarem como empresas indutoras do processo do desenvolvimento da região, né? De novas atividades econômicas, novos processos, e ao mesmo tempo não perder de vista essa questão do controle social dentro das organizações, né? Quer dizer, as cooperativas realmente de se ter o controle dos agricultores sobre elas, né? É consegui trazer junto além das suas direções, dos seus processos fazer a reflexão do conjunto dos agricultores pra reflexão do todo, né? Porque não adianta ter organização aqui, sua direção, com uma plataforma aqui e o agricultor numa base de pensamento aqui. Então diminuir essa distância é um dos aspectos muito desafiadores (...) (E14).

A reflexão de E14 sobre o papel das organizações da agricultura familiar e, principalmente, sobre a participação dos agricultores familiares nas decisões, reitera a magnitude do que temos defendido ao longo desta dissertação. A participação dos agricultores familiares nas decisões e no planejamento das atividades promovidas pelas organizações a qual estão associados é condição *sine qua non* para o

funcionamento coerente de uma organização, a qual se constitui a partir da aproximação de agentes que, ao partilharem mais ou menos dos mesmos capitais, unem-se com a finalidade de, coletivamente, defenderem objetivos comuns.

Entendemos que é preciso estimular as organizações da agricultura familiar a ampliarem sua plataforma de ações formativas e de espaço participativo, essenciais para a garantia de funcionamento da organização e divulgação das demandas e da importância da agricultura familiar para a sociedade.

Estas ações foram identificadas durante a visita a grupos de produtores orgânicos do município acompanhados pelo CAPA e a Sul Ecológica. Esses agentes organizam reuniões frequentes para discutir temas que vão desde técnicas de cultivo ao estudo dos direitos sociais. Ainda nessas oportunidades são trocadas experiências excepcionalmente relevantes para a formação da identidade de agricultores familiares orgânicos e para o convívio social. Contudo, conforme podemos apurar junto às lideranças das demais organizações da agricultura familiar e os agricultores familiares com os quais conversamos, ainda são poucas as iniciativas que objetivam a formação e a informação. “Nós nos reunimos para organizar a produção e discutir os problemas, como produzir melhor.” (E15)

Diante dessa realidade, percebemos que há uma pluralidade de entendimentos acerca do que significa a participação da agricultura familiar no ambiente escolar, a partir do PNAE e da Lei 11.947/09 e a sua organização em sindicatos, associações e cooperativas.

Considerações Finais

Nesta dissertação nos propusemos analisar como se dão as relações de poder entre os agentes envolvidos, direta ou indiretamente, com o PNAE. Para tanto, optamos por entrevistar representantes/lideranças de organizações da agricultura familiar e agentes que trabalhem com o PNAE em um prisma mais institucional, como por exemplo, nas escolas. A partir das informações coletadas e do referencial teórico-metodológico que elaboramos, chegamos a alguns apontamentos que nos permitem compreender como se dão as disputas pelo poder e as regras do jogo nesse campo.

Nossa problemática central edificou-se em torno do debate sobre de que maneira o PNAE, através da Lei 11.947/09, a qual exige que a compra de no mínimo 30% dos alimentos fornecidos na merenda escolar sejam produzidos por agricultores familiares, tem estimulado o reconhecimento e a valorização da agricultura familiar. Além disso, procuramos entender como as relações de poder podem interferir na operacionalização da compra de alimentos produzidos pela agricultura familiar para a merenda escolar. A partir dessas questões, realizamos algumas incursões a campo, nas quais podemos observar que o campo estudado nesta dissertação apresenta uma grande diversidade de agentes e de entendimento sobre um tema em específico.

No tocante ao provável reconhecimento e valorização da agricultura familiar destacamos que esta é uma situação implícita no processo e manifestada por alguns agentes.. A merenda escolar permanece restrita aos refeitórios das escolas e à garantia de acesso dos alunos à alimentação. Em nenhum momento os atores sociais entrevistados manifestaram que trabalham nas salas de aula questões relacionadas à produção de alimentos pela agricultura familiar. Antes, é abordado, através da horta escolar, o processo que vai desde preparo da terra para produção ao consumo destas hortaliças na merenda escolar. Na maioria dos casos o item valorizado foi o próprio alimento e não quem o produziu e possibilitou que este tivesse a qualidade que todos agentes acreditam ter.

Os educandos permanecem sem ser incentivados a saber quem produz os alimentos, quem são as pessoas responsáveis por garantir que se tenha acesso a alimentos de qualidade e diversificados. Durante o período de estudos exploratórios sobre o tema ora tratado, de elaboração do projeto de pesquisa e de coleta de dados, percebemos que a compreensão de alunos e professores nas escolas públicas em relação à agricultura familiar é demasiadamente superficial. Essa situação agrava-se

no meio urbano, onde a realidade vivenciada pelos atores é distante daquela que vivenciada no meio rural, por isso elegemos centralizar nosso estudo nas escolas do meio urbano.

A falta de conhecimento sobre a importância da agricultura familiar e dos tipos de produção agrícola desenvolvida por essa categoria podem ser percebidas em muitas entrevistas que realizamos. Tanto professoras/diretoras de escolas como as nutricionistas do município não sabiam diferenciar produção orgânica da produção agroecológica. São agentes que lidam direta e diariamente com essas diferenças, mas que ainda não as reconhecem enquanto tal.

Reiteramos que não é possível pensar em reconhecimento e valorização de uma categoria social por parte de uma sociedade que não entende a importância deste ator e do papel por ele desempenhado. As formações promovidas pela secretaria municipal de educação centralizaram esforços em qualificar e incentivar as merendeiras a elaborar pratos com os alimentos adquiridos da agricultura familiar, porém, com os professores e demais atores que constroem o espaço escolar, nada foi feito. Nas escolas estaduais a situação agrava-se ainda mais, nem mesmo o texto da Lei 11.947/09 é de conhecimento.

O PNAE e a Lei 11.947/09 aperfeiçoaram os objetivos iniciais do programa, dentre os quais figurava apenas o fornecimento de alimentos em quantidades mínimas necessárias para que os alunos permanecem em aula. Atualmente a merenda escolar possui outra conotação, que não apenas o consumo de alimentos, ela visa antes à promoção da educação e a ampliação dos temas possíveis de serem trabalhados em sala de aula, como, por exemplo, a produção agrícola familiar. Contudo, ainda prevalece a busca somente pelo cumprimento do percentual exigido em lei. Sendo assim, confirmamos a primeira e a terceira hipóteses, nas quais a hierarquia social e o acúmulo de poder pelos agentes melhor capitalizados corroboram para que a filosofia do PNAE não se efetive plenamente e que a compra de alimentos da agricultura familiar seja resumida ao cumprimento de um percentual legal.

Procuramos identificar que capitais os agentes dispendiam nas disputas de poder, considerando que esses ativos são fundamentais na localização do agente no campo e determinantes do poder constituído por eles. Constatamos dois capitais principais: o social e o cultural, sendo que este último encontra-se nas modalidades incorporada e institucionalizada. Os agentes mais capitalizados que atuam neste

espaço possuem esses dois capitais, que é o caso de E14, o qual teve sua trajetória de vida pública iniciada com as organizações da agricultura familiar, formando-se engenheiro agrônomo e retornando para São Lourenço do Sul, quando auxiliou no processo de formação da COOPAR e de outras cooperativas, tornando-se, posteriormente, prefeito municipal.

No entanto, entre os agentes menos capitalizados figuram aqueles que detêm apenas o capital social e que, caso queiram aumentar seu poder no campo, precisam também aperfeiçoar o capital cultural incorporado, orientando-se de acordo com o discurso considerado legítimo nesse espaço. Essa foi a estratégia, adotada por E1. Atualmente é figura reconhecida no município e com poder simbólico capaz de atuar em duas frentes de trabalho – na câmara de vereadores e no sindicato dos agricultores familiares, e, indicar, ainda outros agentes para ocuparem cargos políticos e/ou de coordenação nas organizações da agricultura familiar. O poder simbólico detido por E1 possibilita-o a transitar pelos diferentes espaços e organizações da agricultura familiar sem perder de vista o reconhecimento dos demais agentes, bem como o seu poder.

Também confirmamos nossa segunda hipótese, pois o processo de implementação da Lei 11.947/09 segue uma lógica verticalizada, na qual o Estado determina o percentual mínimo e as secretarias de educação e/ou as escolas cumprem tal exigência. Os agricultores são, nesse sentido, equiparados a fornecedores, não participando diretamente do processo educativo promovido pelo PNAE.

A partir das entrevistas realizadas podemos verificar a existência de relações de poder, mesmo entre os agentes que representam organizações da agricultura familiar. São relações estabelecidas no campo por agentes que ao serem dotados de diferentes capitais, buscam legitimar sua ação e imporem-se nesse espaço, fazendo uso para tanto do poder simbólico.

Dentre os entrevistados existem alguns que devido o poder simbólico constituído não são contestados e/ou tem sua posição colocada à prova. Isso caracteriza a ocorrência da dominação simbólica, que impele os agentes menos capitalizados de posicionarem-se no campo e replicar os encaminhamentos dados pelas organizações, representadas na figura de alguns poucos agentes. Mesmo quando há discordância dos rumos assumidos pelas organizações da agricultura

familiar, apenas os agentes melhor capitalizados tem seu discurso legitimado nesse espaço.

O campo, entendido nos termos bourdieusianos representa assim uma arena, na qual são travadas lutas e disputas pelo poder, condicionadas pelo capital de cada agente e, por conseguinte no poder simbólico detido. Evidentemente, os recursos movidos nesse campo são desiguais, e é isso que garante a manutenção do estágio atual de desenvolvimento deste. Para que ocorram alterações no “fluxo” do campo é preciso que, agentes melhores capitalizados identifiquem onde pretende atuar e iniciem o processo de mudança. Isto implica alterar a perspectiva de todo campo e, portanto, dos atores que agem e interagem nesse espaço. É uma ação complexa, que não pode ser executada por qualquer agente, mas que depende que o grupo reconheça-a como legítima e necessária. Talvez por isso ações como as estimuladas pela Lei 11.947/09 demorem mais do que o esperado para ter ressonância na sociedade.

Nosso problema de pesquisa ainda centrava-se em examinar de que maneira as relações de poder podem interferir na operacionalização da compra de alimentos produzidos pela agricultura familiar para a merenda escolar. A partir do estudo que realizamos, podemos admitir que as relações de poder interferem sim na operacionalização do PNAE e na compra dos alimentos da agricultura familiar. Observado que são esses agentes melhor capitalizados que determinam como, e qual será a participação da agricultura familiar na merenda escolar, esta depende do entendimento desses agentes e do que eles consideram relevante ou não.

Por fim, destacamos que o processo de compra dos produtos da agricultura familiar tem estado em consonância com a sazonalidade da produção agrícola local, não confirmando nossa hipótese número quatro. Segundo o que podemos apurar, o contato entre os agricultores familiares e as escolas ou a secretaria municipal de educação tem ocorrido sem maiores problemas. A comunicação entre esses agentes tem garantido, a adequação dos pedidos à sazonalidade da produção local e a garantia de produtos frescos e de melhor qualidade nas mesas dos refeitórios escolares. Portanto, a produção de alimentos, bem como a qualidade desses, tem sido asseguradas pelas organizações da agricultura familiar que comercializam seus produtos no PNAE.

Embora tenhamos avançado em várias frentes, a agricultura familiar ainda é relegada ao ostracismo social, principalmente nas zonas urbanas. Ancoramos essa afirmação nos relatos e naquilo que podemos observar em nossas incursões no município de São Lourenço do Sul. Diferentemente de outras atividades e categorias sociais, a agricultura familiar ainda é observada a partir de uma visão simplista e de senso comum. Foram poucos os agentes, dentre aqueles que não trabalham diretamente com a agricultura familiar, que demonstraram interesse em saber mais sobre essa categoria.

Quanto aos representantes/lideranças da agricultura familiar ficou evidente que o poder simbólico desses, associado à especialização constante pela qual os agentes melhor capitalizados participam, proporciona à esses sujeitos aumentarem exponencialmente o seu capital, o que, por conseguinte, dificulta a participação de novos agentes.

Enfim, esta dissertação propõe-se a discutir as relações de poder estabelecidas a partir de uma política pública, neste caso o PNAE. Evidentemente, não pretendemos encerrar as discussões nesse trabalho, mas pelo contrário, suscita-las de modo à desnaturalizar as relações sociais. Optamos por estudar questões relacionadas à agricultura familiar por entender que esta categoria deve ser reconhecida e valorizada social, cultural e economicamente, visto que mesmo tendo passado por dificuldades os agricultores familiares seguem desenvolvendo um trabalho crucial para a sociedade.

Quadro 2 - Referência dos entrevistados

Entrevistado	Ocupação do entrevistado, local e data da entrevista.
E1	Vereador e representante de sindicato. Entrevista concedida em São Lourenço do Sul, Agosto de 2012.
E2	Presidente da Cresol. Entrevista concedida em São Lourenço do Sul, Agosto de 2012.
E3	Representante de sindicato. Entrevista concedida em São Lourenço do Sul, Agosto de 2012.
E4	Presidente da COOPAR. Entrevista concedida em São Lourenço do Sul, Agosto de 2012.
E5	Responsável técnico da COOPAR. Entrevista concedida em São Lourenço do Sul, Agosto de 2012.
E6	Extensionista rural do CAPA. Entrevista concedida em São Lourenço do Sul, Agosto de 2012.
E7	Secretário municipal de Desenvolvimento Rural. Entrevista concedida em São Lourenço do Sul, Agosto de 2012.
E8	Extensionista rural da Emater. Entrevista concedida em Pelotas, Fevereiro de 2013.
E9	Secretária municipal de Educação. Entrevista concedida em São Lourenço do Sul, Agosto de 2012.
E10	Diretora de escola da rede municipal de educação. Entrevista concedida em São Lourenço do Sul, Setembro de 2012.
E11	Diretora de escola da rede estadual de educação. Entrevista concedida em São Lourenço do Sul, Setembro de 2012.
E12	Nutricionista da Secretaria municipal de educação. Entrevista concedida em São Lourenço do Sul, Setembro de 2012.
E13	Nutricionista da Secretaria municipal de educação. Entrevista concedida em São Lourenço do Sul, Setembro de 2012.

E14	Prefeito municipal – gestão 2009-2012. Entrevista concedida em São Lourenço do Sul, Fevereiro de 2013.
E15	Agricultor familiar. Entrevista concedida em São Lourenço do Sul, Novembro de 2012.

Referências

ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. REFORMA AGRÁRIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, **Seminário Internacional, Anais**. Fortaleza, MDA/Nead, 1998, p. 301-311.

ABRAMOVAY, . **Paradigmas do Capitalismo Agrário em questão**. São Paulo: Edusp, 2007.

ALBERGONI, L.; PELAEZ, V. Da Revolução Verde à agrobiotecnologia: ruptura ou continuidade de paradigmas? **Revista de Economia**. v. 33, n. 1, p. 31-53, 2007.

BECKER, C. **A eficácia de uma política pública : análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em municípios do território Zona Sul do Rio Grande do Sul**. 2010. 129 f. Dissertação de mestrado Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar. Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel. Universidade Federal de Pelotas. Pelotas.

BORCHARDT, J. **O Capital: versão resumida**. São Paulo: LTC, 1982.

BOURDIEU, P. **Conferencia pronunciada em laUniversidad de Todai**. 1989.

BOURDIEU, P. **Coisas Ditas**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1990.

BOURDIEU, P. O capital social – notas provisórias. In BOURDIEU, Pierre. **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 65-69

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

BOURDIEU, P. **Pierre Bourdieu entrevistado por Maria Andrea Loyola**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002.

BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência. Por uma sociologia clínica do campo científico.** São Paulo: UNESP, 2003.

BOURDIEU, P. **Una invitación a la sociología reflexiva.** 1ª ed. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2005.

BORÓN, A. (coord). **As políticas sociais e o Estado democrático Pós-Neoliberalismo.** Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1995

BRASIL. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988.

BRASIL. Decreto nº 4.873, de 11 de novembro de 2003a. Dispõe sobre a Instituição do Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica -“LUZ PARA TODOS” e dá outras providências. Disponível em:

<https://www.mme.gov.br/luzparatodos/Asp/o_programa.asp> Acesso em novembro de 2012.

BRASIL, Lei 10.696, de 02 de julho de 2003b, Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.696.htm>. Acesso em novembro de 2012

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Cidades. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>> Acesso em dezembro de 2012.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Censo Agropecuário(2006). Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006/default.shtm>> Acesso em dezembro de 2012.

BRASIL, Lei 11.326, de 24 de julho de 2006, Dispõe sobre o estabelecimento das diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm>. Acesso em: janeiro de 2013.

BRASIL, Lei 11.947, de 16 de junho de 2009a, Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11947.htm>. Acesso em novembro de 2012.

BRASIL. RESOLUÇÃO/CD/FNDE Nº 38, de 16 de julho de 2009b. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/fnde/legislacao/resolucoes/item/3341>> Acesso em novembro de 2012.

CAPORAL, F.R.; COSTABEBER, J.A. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios**. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.

CHAYANOV, A.V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974.

FACHEL, J.P.G. **As violências contra os alemães e seus descendentes, durante a Segunda Guerra Mundial, em Pelotas e São Lourenço do Sul**. Pelotas: Ed. UFPel, 2002.

GIALDINO, I.V. (coord.). **Estrategias de investigación cualitativa**. Barcelona – Esp. Editorial: Gedisa, S.A. 2006.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. 12ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.

GRILLO, S.V.C. A noção de campo nas obras de Bourdieu e do círculo de Bakhtin: suas implicações para a teorização dos gêneros do discurso. **Revista da ANPOLL**, São Paulo, v. 19, p.151-184, 2005.

HAMMES, E.L. **São Lourenço do Sul: radiografia de um município – das origens ao ano 2000**. São Leopoldo: Studio Zeus, 2010.

HILSINGER, R. **Os efeitos do PRONAF no setor primário de São Lourenço do Sul, RS – 1996/2006**. 2007.200f. Dissertação de mestrado Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.

IEPSEN, E. **Jacob Rheingantz e a colônia de São Lourenço: da desconstrução de um mito à reconstrução de uma história**. 2008. 280 f. Dissertação de mestrado Programa de Pós-Graduação em História. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. 3ª ed. São Paulo. Proposta Editorial, 1980.

KOVALSKI, P.M. **Agricultura familiar – a constituição de um campo Relações de poder e agricultura familiar em São Lourenço do Sul**. 2011. 175f. Dissertação de mestrado Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal de Pelotas. Pelotas.

LANDO, A.M.; BARROS, E.C. **A Colonização Alemã no Rio Grande do Sul**. Ed. Movimento, 1981.

LANDO, A.M.; BARROS, E.C. Capitalismo e colonização: os alemães no Rio Grande do Sul. In: DACANAL, José Hildebrando e GONZAGA, Sergius (org.). RS: migração e colonização. 2ª Ed., Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992.

LANDO, A.M.; BARROS, E.C. **RS: Imigração e colonização**. Mercado Aberto. 1996.

LÊNIN, V.I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. 2ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

LIMA, F. **Programa Cédula da Terra: uma releitura dos principais resultados**. 2008. 129f. Dissertação de mestrado Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento econômico, espaço e meio ambiente. Instituto de Economia. Universidade Estadual de Campinas. Campinas.

MACIEL, L.R. **Mercado Institucional de Alimentos: Potencialidades e limites para a agricultura familiar**. 2008. 129f. Dissertação de mestrado Programa de Pós-Graduação em Agronegócios. Universidade de Brasília. Brasília.

MARX, K. O capital. Resumo de DÉVILLE, Gabriel. Lisboa; Guimarães & C. Editores, 1975, 309 p.

MARX, K. **Formações Econômicas Pré-Capitalistas**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

MEDEIROS, L.S. Trabalhadores rurais, agricultura familiar e organização sindical. **Revista São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, v.11, n. 2, 1997.

NAVARRO, Z; PEDROSO, M.T.M. **Agricultura familiar: é preciso mudar para avançar**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2011.

OTSUKI, K. Sustainable partnerships for a green economy: A case study of public procurement for home-grown school feeding. **Natural Resources Forum** 35. 2011, p. 213-222.

REIS FILHO, D.A. Lenin e as heranças do populismo. In: X ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH-RJ, 2002, Rio de Janeiro. **Anais do...** Rio de Janeiro: ANPUH-RJ, 2002. p. 1- 12.

SABOURIN, E. Que política pública para a agricultura familiar no segundo governo Lula? **Sociedade e Estado** (Brasília), v. 22, n. 3, p. 715-751, 2007.

SACCO DOS ANJOS, F. **Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento Rural no Sul do Brasil**. Pelotas: EGUFPeI, 2003.

SACCO DOS ANJOS, F.; CALDAS, N.V.; HIRAI, W.G.A Dimensão Rural da Insegurança Alimentar: Transformações nas Práticas de Autoconsumo entre Famílias Rurais do Extremo Sul Gaúcho. **Segurança Alimentar e Nutricional**.Campinas, n.16 (1), 2009, p. 1-17.

SCHNEIDER, S.; MARSDEN, T. El desarrollo rural em Brasil: procesos sociales, políticas públicas y perspectivas teóricas. **Revista Española de EstudiosAgrosociales y Pesqueros**, n. 222, p.13-48, 2009.

SCHNEIDER, S.; MATTEI, L.; CAZELLA, A.A. Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.In: Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural. Porto Alegre, 2004.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

THIRY-CHERQUES, H.R. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. **Revista de administração pública – RAP** (Rio de Janeiro), v. 40, n.1, p. 27-55, 2006.

WANDERLEY, M.N.B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: Agricultura familiar: Realidades e perspectivas. EDIUPF, 1999.

WILKINSON, J. **Mercosul e produção familiar: abordagens teóricas e estratégias alternativas**. Estudos Sociedade e Agricultura, n.8, 1997, p. 25-50.

Apêndices

Apêndice A: Roteiro de entrevistas**Roteiro de Entrevista com Diretores das escolas estaduais**

Nome do entrevistado: _____

Formação acadêmica do entrevistado: _____

Escola: _____

Data: _____

1 – Quantos alunos estão matriculados na escola? _____

2 – Qual é o número de refeições oferecidas pela escola em dia letivo normal? _____

2.1 – Quantos funcionários estão envolvidos com a merenda escolar, considerando desde o planejamento, preparo e fornecimento das refeições? _____

2.2 – Quanto (R\$) a escola investe na alimentação escolar? _____

2.2.1 – Do total gasto com a merenda, quanto é destinado aos produtos da agricultura familiar? _____

2.3 – Como se dá a participação da comunidade escolar na gestão da merenda? _____

2.3.1 – Como se dá à participação dos agricultores familiares a partir da Lei 11.947/09? _____

2.3.2 – Como a escola avalia a participação dos agricultores familiares no PNAE? _____

3 – Qual é a avaliação da escola à respeito do Programa Nacional de alimentação escolar – PNAE? _____

3.1 – Após a sanção da Lei 11.947/09 foram percebidas mudanças no processo de compra, preparo e aceitabilidade dos alimentos que compõem o cardápio da merenda escolar? _____

3.1.1 – Quais são os aspectos positivos e/ou negativos observados após a Lei 11.947/09 estar em vigência? _____

3.1.2 – Que fatores são considerados relevantes para a solicitação dos alimentos e escolha dos fornecedores? _____

3.1.3 – Caso fossem suspendidas as exigências constantes no texto da Lei 11.947/09, a escola promoveria alguma mudança na maneira em como o processo de compra de alimentos para a merenda escolar encontra-se hoje? _____

3.2 – Sugestões para melhorar e/ou agilizar o processo de compra dos alimentos da agricultura familiar. _____

4 – Como funciona o processo de entrega e armazenagem dos alimentos produzidos pela agricultura familiar? _____

Roteiro de Entrevista com Diretores das escolas municipais

Nome do entrevistado: _____

Formação acadêmica do entrevistado: _____

Escola: _____

Data: _____

1 – Quantos alunos estão matriculados na escola? _____

2 – Qual é o número de refeições oferecidas pela escola em dia letivo normal? _____

2.1 – Quantos funcionários estão envolvidos com a merenda escolar, considerando desde o planejamento, preparo e fornecimento das refeições? _____

2.2 – Como se dá a participação da comunidade escolar na merenda? _____

2.3.1 – Como se dá a participação dos agricultores familiares a partir da Lei 11.947/09? _____

2.3.2 – Como a escola avalia a participação dos agricultores familiares no PNAE? _____

3 – Qual é a visão da escola à respeito do Programa Nacional de alimentação escolar – PNAE? _____

3.1 – Após a sanção da Lei 11.947/09 foram percebidas mudanças no processo de compra, preparo e aceitabilidade dos alimentos que compõem o cardápio da merenda escolar? _____

3.1.1 – Quais são os aspectos positivos e/ou negativos observados após a Lei 11.947/09 estar em vigência? _____

3.1.2 – O que o senhor(a) sabe a respeito da participação dos agricultores familiares no PNAE? _____

Roteiro de Entrevista com Secretário da Educação do município

Nome do entrevistado: _____

Formação acadêmica do entrevistado: _____

Data: _____

1 – Quantos alunos estão matriculados na rede de ensino municipal? _____

2 – Qual é o número de refeições oferecidas pela rede municipal de ensino em dia letivo normal? _____

2.1 – Quanto (R\$) o município investe na alimentação escolar? _____

2.2.1 – Do total gasto com a merenda, quanto é destinado aos produtos da agricultura familiar? _____

2.2 – Quantos funcionários estão envolvidos com o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE no município de São Lourenço do Sul? Considerando os envolvidos no planejamento, processo de compra dos alimentos, recebimento da mercadoria, pagamento de fornecedores e distribuição dos alimentos para as escolas. _____

2.3 – Como é participação da comunidade escolar na merenda? _____

2.3.1 – Como se dá a participação dos agricultores familiares a partir da Lei 11.947/09? _____

3 – Qual é a visão da Secretaria Municipal de Educação à respeito do Programa Nacional de alimentação escolar – PNAE? _____

3.1 – Após a sanção da Lei 11.947/09 foram percebidas mudanças no processo de compra, preparo e aceitabilidade dos alimentos que compõem o cardápio da merenda escolar? _____

3.1.1 – Quais são as vantagens e/ou desvantagens observadas após a Lei 11.947/09 estar em vigência? _____

3.1.2 – Que fatores são considerados relevantes para a solicitação dos alimentos e escolha dos fornecedores? _____

3.1.3 – Como a Secretaria Municipal de Educação avalia a participação dos agricultores familiares no PNAE? _____

3.1.4 – Caso fossem suspendidas as exigências constantes no texto da Lei 11.947/09, a Secretaria Municipal de Educação promoveria alguma mudança na maneira em como o processo de compra de alimentos para a merenda escolar encontra-se hoje? _____

3.2 – Que sugestões daria para melhorar e/ou agilizar o processo de compra dos alimentos da agricultura familiar. _____

4 – Como funciona o processo de entrega e armazenagem dos alimentos produzidos pela agricultura familiar? _____

Roteiro de Entrevista com Secretário de Desenvolvimento Rural do município

Nome do entrevistado: _____

Formação acadêmica do entrevistado: _____

Data: _____

1 – Quais são as principais ações desenvolvidas pela Secretaria? _____
_____2 – Como o(a) senhor(a) analisa a participação da agricultura familiar na formação econômico, social e cultural do município? _____
_____3- Que ações a Secretaria de Desenvolvimento Rural tem desenvolvido, junto aos agricultores familiares do município, para atender as demandas do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE em São Lourenço do Sul?

_____3 – Qual é a avaliação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural à respeito do Programa Nacional de alimentação escolar – PNAE? _____

_____3.1 – Após a sanção da Lei 11.947/09 foram percebidas mudanças na produção agrícola do município? Por quê _____

_____3.1.4 – Caso fossem suspendidas a exigência legal da compra de no mínimo 30% dos alimentos oferecidos na merenda sejam produzidos pela agricultura familiar, que ações seriam – ou estão sendo – adotadas para que os agricultores tenham garantida a sua sobrevivência? _____

_____3.2 – Que sugestões daria para melhorar e/ou agilizar o processo escoamento da produção de alimentos da agricultura familiar em São Lourenço do Sul. _____

Roteiro de Entrevista com Nutricionista do município

Nome do entrevistado: _____

Formação acadêmica do entrevistado: _____

Data: _____

1 – Quantos alunos estão matriculados na rede de ensino municipal? _____

2 – Qual é o número de refeições oferecidas pela rede municipal de ensino em dia letivo normal? _____

3 – Em linhas gerais, o que é considerado fundamental na elaboração do cardápio da merenda escolar? E como é tratada a questão da sazonalidade da produção da agricultura familiar do município? _____

3.1 – Quais são as principais recomendações dadas às merendeiras das escolas? _

4 – Que tipo de alimento é dada preferência e por quê? _____

5 – À produção de alimentos local é dada prioridade, por quê? E quanto os produtos orgânicos e agroecológicos, é dado preferência na compra? _____

6 – O envolvimento dos agricultores familiares do município no fornecimento dos alimentos para a merenda escolar trouxe benefícios? Caso positivo, quais? _____

Roteiro de Entrevista com Representante Sindical

Nome do entrevistado: _____

Escolaridade: _____

Instituição que representa: _____

Data: _____

1 – Quantos agricultores familiares compõem o sindicato? _____

2 – Qual é o papel do sindicato? _____

3 – O que é preciso para tornar-se um líder sindical? _____

4 – Quais são os meios, encontrados pelo sindicato, para tornar pública as demandas da agricultura familiar? _____

5 – Atualmente, quais são as principais frentes de trabalho do sindicato? _____

6 – Como o sindicato se posiciona frente à participação da agricultura familiar do município no fornecimento de alimentos para a merenda escolar? _____

7 – Qual é a visão do sindicato em relação à produção de alimentos na região? _____

8 – Estão sendo pensadas ações para o futuro? Quais? _____

Roteiro de Entrevista com Presidente da Cooperativa

Nome do entrevistado: _____

Escolaridade: _____

Instituição que representa: _____

Data: _____

1 – Quantos agricultores familiares são cooperados? _____

2 – Qual é o papel da cooperativa? _____

3 – O que é preciso para tornar-se um líder cooperativista? _____

4 – Quais são os meios, encontrados pela cooperativa, para tornar pública as demandas da agricultura familiar? _____

5 – Atualmente, quais são as principais frentes de trabalho da cooperativa? _____

6 – Como a cooperativa se posiciona frente à participação da agricultura familiar do município no fornecimento de alimentos para a merenda escolar? _____

7 – Qual é a visão da cooperativa em relação à produção de alimentos na região? _____

8 – Estão sendo pensadas ações para o futuro? Quais? _____

Roteiro de Entrevista com Extensionista Rural

Nome do entrevistado: _____

Escolaridade: _____

Instituição que representa: _____

Data: _____

1 – É extensionista rural à:

☐ Menos de 1 ano ☐ De 1 à 3 anos ☐ De 4 à 9 anos☐ De 10 à 19 anos ☐ Mais de 20 anos

2 – Quais são as principais atividades que o (a) senhor (a) desenvolve junto à agricultura familiar do município São Lourenço do Sul? _____

3 – Para o (a) senhor (a) a implementação da Lei 11.947/09, a qual regulamenta a participação da agricultura familiar no fornecimento de alimentos para a merenda escolar, trouxe mudanças para os agricultores familiares do município? Por quê?

4 – Como a entidade a qual o (a) senhor está alocado percebe esta política pública?

5 – O (a) senhor (a) abordou com os agricultores familiares o surgimento da Lei 11.947/09? Como? _____

6 – Qual o impacto (político, econômico, educacional, produtivo) que a Lei 11.947/09 teve junto aos agricultores familiares do município? _____

7 – E o (a) senhor (a), que visão tem a cerca da Lei 11.947/09? _____

Roteiro de Entrevista com Agricultores Familiares de São Lourenço do Sul

Nome do entrevistado: _____

Escolaridade: _____

Data: _____

1 – O(a) senhor(a) é associado/cooperado à alguma organização da região:

Sim ☐ Não ☐ Por que? _____

1.1 – Em sua opinião, qual é o papel das organizações de agricultores familiares (ASSAF, COOPAR, CreSol, grupos de produtores orgânicos, etc.) _____

1.2 – Como o(a) senhor(a) avalia essas organizações aqui do município de São Lourenço do Sul? _____

1.3 – E em relação aos líderes/coordenadores/presidentes dessas organizações (cooperativas, associações, sindicatos, etc.) qual é a sua avaliação? _____

1.4 – O que o(a) senhor(a) acha que é preciso para tornar-se um representante/líder da agricultura familiar em São Lourenço do Sul? _____

1.4.1 – O(a) senhor(a) já pensou em ser um representante/líder da agricultura familiar do município? Sim ☐ Não ☐ Por que? _____

2 – A quanto tempo o(a) senhor(a) produz alimentos e porque? _____

3 – Sua produção é:

Convencional ☐Orgânica ☐Agroecológica ☐

3.1 – Quais foram os fatores que “pesaram” quando o(a) senhor(a) escolheu este tipo de produção? _____

4 – O(a) senhor(a) recebe ou já recebeu algum tipo de assistência técnica?

Sim ☐ Não ☐ Caso resposta positiva, quem presta(ou) este serviço? _____

4.1 – Qual é a frequência das visitas do técnico? _____

4.2 – Essas visitas são suficientes para discutir os problemas da produção e encontrar possíveis soluções? _____

4.3 – Para o(a) senhor(a) qual é o papel da assistência técnica _____

4.4 - Que importância tem este serviço para o agricultor(a) familiar de São Lourenço do Sul? _____

5 – O(a) senhor(a) vende seus produtos para a merenda escolar? Sim ☐ Não ☐

5.1 – O que o(a) senhor(a) sabe sobre o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar)? _____

5.2 – Como esta organizada a produção e a comercialização dos alimentos para a merenda escolar? _____

5.3 – O(a) senhor(a) participa das decisões sobre a organização da produção, comercialização, entrega e acompanhamento do programa da merenda escolar?
Sim ☐ Não ☐

Por que? _____

5.4 - O(a) senhor(a) já ouviu falar na Lei 11.947/09? Sim ☐ Não ☐

Em caso de resposta positiva:

5.4.1 – O que o(a) senhor(a) sabe a respeito da Lei 11.947/09? _____

6 – Como o(a) senhor(a) avalia esses programas de compra de alimentos, como por exemplo o PNAE e o Fome Zero, para o desenvolvimento da agricultura familiar? _____

6.1 – Ainda sobre esses programas, alguma coisa poderia ser melhorada? Como?__

7 – Qual(is) é(são) sua(s) perspectiva(s) para o futuro?_____